

XI CONGRESSO DE HISTÓRIA ECONÔMICA

ECONOMIA DE GUERRA:
GEOPOLÍTICA EM TEMPOS
DE PANDEMIA E CRISE SISTÊMICA

23 A 27 DE NOVEMBRO 2020





Expediente

Programa de Pós-graduação em História Econômica - FFLCH/USP

Coordenador

Prof. Dr. Francisco de Assis Queiroz

Vice-coordenadora

Profa. Dr^a. Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi

XI Congresso de História Econômica - PPGHE/USP

Comissão Organizadora

Prof. Dr^a. Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi (FFLCH-USP)

Bruno Giovani Chequin (Doutorando, PPGHE-USP)

Cristiano Addario de Abreu (Doutorando, PPGHE-USP)

Felipe Erra (Doutorando, PPGHE-USP)

Gefferson Santana (Doutorando, PPGHE-USP)

Luiz Cláudio Reginato (Mestrando, PPGHE-USP)

Herick Vazquez Soares (Doutor, PPGHE-USP)

Juliana Resende Bonomo (Doutora, PPGHE-USP)

Moisés Stahl (Doutorando, PPGHE-USP)

Paulo Fernando Lara Pereira de Araujo (Mestre, PPGHE-USP)

Peterson Pessôa (Doutorando, PPGHE-USP)

Comissão Científica

Profa. Dr^a. Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi (FFLCH-USP)

Prof^a. Dra. Raquel Glezer (FFLCH-USP)

Profa. Dr^a. Juliana Resende Bonomo (FFLCH-USP)

Coordenação Técnica Geral

Peterson Soares Pessôa

Crédito fotográfico

@cottonbro <<https://omycotton.com/>>

Sumário

por linha de pesquisa | em ordem alfabética por nome de autor/a

a) Agricultura, Estrutura Fundiária e Mercados – p. 1

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Augusto Fagundes Da Silva Dos Santos• Danilo Ferreira Da Fonseca• Denis Henrique Fiuza• Lilian da Rosa• Marco Volpini Micheli | <ul style="list-style-type: none">• Nicélio do Amaral Barros• Roger Neves Dezuani• Samir Lola Roland• Waniéry Loyvia de Almeida Silva• Wellerson Emanuel ferreira |
|---|---|

b) Demografia, Escravidão e Trabalho – p. 17

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Bruno César Pereira• Guilherme Ribeiro de Souza• José Pacheco dos Santos Júnior• Manoel Adir Kischener; Everton Marcos Batistela; Serinei Cezar Grigolo; Airton Carlos Batistela | <ul style="list-style-type: none">• Paulo Fernando Lara Pereira de Araujo• Rodrigo Perles Dantas• Wellington Joao Da Silva |
|---|--|

c) Economia da Cultura – p. 32

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Carolina Bednarek Sobral• Fabiana Marchetti• Geferson Santana | <ul style="list-style-type: none">• Maria Angela Raus• Natânia Silva Ferreira• Peterson Soares Pessôa |
|---|---|

d) Indústria, Tecnologia e Urbanização – p. 43

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Acson Gusmão Franca• Amanda Gonçalves Marinho; Guilherme Barreto Bacellar Pereira• Carlos Camilo Mourão Junior | <ul style="list-style-type: none">• Eujacio R Silveira• Fábio Lucas da Cruz• Pedro Sousa da Silva |
|--|---|

e) Instituições e Políticas Públicas – p. 55

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Abraão da Cruz Tavares & Gabriella Rodrigues Rocha• Adelino Martins• Bruna de Jesus Barbosa da Silva• Bruno Giovani Chequin• Camila Scacchetti• Dionatan França Rodrigues• Eduardo Silva Ramos• Felipe Ferreira Batista• Felipe Ferreira Batista• Francisco Thainan Diniz Maia | <ul style="list-style-type: none">• Giulia Falcone de Lourenço• Kátia Aline da Costa• Lucilene Schunck Costa Pisaneschi• Mario Francisco Simões Junior• Renato Silva Avelar• Tayanná Santos de Jesus Sbrana• Vinicius Marino Carvalho• Vinicius Martins Dalbelo• Viviane Belizario de Freitas Guinossi & Carlos Bauer |
|---|---|

f) Patrimônio e História de Empresas – p. 88

- Allan da Silva de Freitas
- Luiz Eduardo Simões de Souza
- Rafaela Carvalho Pinheiro

g) Teoria, Historiografia e Pensamento Econômico – p. 96

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">• André Stuchi de Almeida• Bruno Ferreira da Silva• Bruno Prado Prates• Camila Amaral Pereira• Camila Barbosa Monção Miranda• Cristiano Addario de Abreu• Davi Luiz Paulino• Diego Augusto Maia Baptista• Diogo Eduardo Moysés Carvalho dos Santos• Eduardo Brandão Ornelas• Fágner João Maia Medeiros• Felipe Cotrim• Francisco Quartim de Moraes• Gabriel do Carmo Lacerda• Igor Pasquini Pomini | <ul style="list-style-type: none">• Isadora Pelegrini• João Felipe Bronzato• Luis Claudio Reginato Carvalho• Marcos Taroco Resende• Múcio Tosta Gonçalves; Ana Luísa Costa Bernardes Faria• Paulo César das Neves Sanna Robilloti• Ricardo Antonio Soldera• Ricardo Neves Streich• Rodrigo Nagem de Aragão• Ronaldo Capel• Suelem Halim Nardo De Carvalho• Thomas Henrique de Toledo Stella• Vinícius Figueiredo Silva• Vinicius Moraes da Cunha• Yang Borges Chung |
|--|---|

a)

Agricultura, Estrutura Fundiária & Mercados

- Contempla estudos sobre as transformações históricas da agricultura, bem como sobre as mudanças que se processaram na estrutura fundiária dos diversos complexos agrícolas. Há espaço para análises voltadas para a organização dos mercados de terra e de gêneros agrícolas, para as inovações técnicas aplicadas à agricultura, para as estratégias de comercialização dos bens agrícolas e para a ascensão da agroindústria no Brasil e em outras partes do mundo. Também fazem parte do rol temático desta linha, pesquisas que tratam dos diversos tipos de atividade comercial, tais como: comércio atlântico, comércio interno e externo, comércio interprovincial, de abastecimento, de bens e serviços, etc.
-

A CASA DA PONTE E A COMERCIALIZAÇÃO DE FAZENDAS DE GADO NOS SERTÕES DA BAHIA NO FINAL DO PERÍODO COLONIAL

Augusto Fagundes da Silva dos Santos (UEFS)

augustofagundes@uefs.br

Esta comunicação tem como objetivo principal analisar a atuação mercantil dos Guedes de Brito, comercializando seu gigantesco morgado, na forma de terras no interior da Bahia, na conjuntura de retomada da economia de exportação no final do período colonial. No período compreendido entre os anos de 1777 a 1808, foram várias escrituras tendo o 6º Conde da Ponte, João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito, como vendedor. As fazendas de gado, embora fossem, via de regra, muito maiores do que as fazendas de cana e as fazendas de fumo, possuíam valor médio inferior a estas, isto se dava, por conta do tipo de solo, que tratavam-se geralmente de solos áridos, localizados mais distantes do litoral. Nestas terras de aluvião, predominavam a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva. A documentação permitiu observar que as fazendas de gado eram vendidas tanto “vazias”, ou seja, apenas as terras, sem reses, ou, com gados inclusos, o que elevava consideravelmente o valor médio da venda, contribuindo para que o valor deste tipo de propriedade, oscilasse demasiadamente. Embora seu valor médio fosse de 2:592\$889 réis, é possível encontrar “fazendas de gado” a partir dos 300\$000 réis. A Casa da Ponte ou Morgado Guedes de Brito, por exemplo, umas das maiores latifundiárias do Brasil colonial, era detentora de fazendas de criar gados de tamanhos variados, espalhadas pelos sertões. A queda da mineração aurífera próxima dos rios Paramirim e Rio de Contas levaram ao crescimento demográfico, por meio da migração para áreas com terras devolutas nos sertões da Bahia, a partir da segunda metade do século XVIII. A economia sertaneja será, a partir da queda da mineração, predominantemente direcionada rumo ao desenvolvimento dos minifúndios e da policultura, através de posseiros, rendeiros, meeiros e, outros pequenos produtores rurais. Este fator tratado isoladamente, já causaria forte tendência ao crescimento da demanda por terra. Entretanto, deve-se acrescentar a este, outro elemento, que vai tensionar, ainda mais, as disputas em torno do principal meio de produção nos sertões da Bahia. Estamos nos referindo à elevação dos preços do algodão no mercado mundial. Este aspecto incrementou a demanda por terra na região, elevando seus preços e fomentando

conflitos, entre os grandes e os pequenos proprietários, resultando no aumento de disputas jurídicas na busca por provar a legitimidade na posse da terra. As várias escrituras de venda indicam que a Casa da Ponte, utilizou a comercialização de suas terras como estratégia para solucionar as dificuldades encontradas em manter o senhorio efetivo destas propriedades no contexto do início do século XIX. A valorização econômica da terra na região do alto sertão da Bahia no final do período colonial, as dificuldades político-jurídicas e, os custos envolvendo vigilância e despesas paramilitares, em conjunto, podem ter contribuído para esta tomada de decisão. Foram onze escrituras que ilustram a tendência dos Guedes de Brito, em se desfazer de suas propriedades fundiárias nos sertões da Bahia.

Palavras-chave: Casa da Ponte; Fazendas de Gado; Comércio; Sertões da Bahia; Final do período colonial

ACESSO À TERRA EM RUANDA: POLÍTICA E REGULAMENTAÇÃO DE POSSE NO GOVERNO DA FRENTE PATRIÓTICA RUANDESA APÓS O GENOCÍDIO DE 1994

Danilo Ferreira da Fonseca (UNICENTRO)

daniloffonseca@gmail.com

A presente proposta de comunicação tem como intuito apresentar as análises e resultados obtidos com a pesquisa das políticas de regularização, regulamentação e acesso à terra e a formalização da propriedade privada em Ruanda após a guerra civil ruandesa (1990 – 1994) e o subsequente genocídio ocorrido em 1994. Com foco principal no governo da Frente Patriótica Ruandesa (RPF), analisamos como o governo ruandês liderado pela figura do General Paul Kagame, a partir do início do século XXI, tomou uma série de medidas e atitudes, em que destacamos a “National Land Policy” de 2004 e seus desdobramentos, como a “Organic Land Law” de 2005 e a “Land Tenure Regularization Program” de 2010 que mudaram significativamente o entendimento sobre o lugar da terra e da agricultura, em que o direito costumeiro a terra é substituído por um modelo que valoriza a produtividade e os ganhos financeiros atrelados à propriedade. Desta forma, com tais documentos e o modo que foram implementadas tais medidas pelo governo da Frente Patriótica Ruandesa, podemos observar as

suas consequências para a vida dos ruandeses, como a dificuldade ao acesso à terra e a precarização do trabalho, principalmente entre a população mais jovens. Com uma postura autoritária frente à oposição, reprimindo vozes dissidentes até mesmo dentro de seu próprio partido, Presidente Paul Kagame, administra o país com mão de ferro, ao passo que busca implementar políticas neoliberais no âmbito econômico, o que afeta diretamente o entendimento acerca da posse e utilização da terra, assim como modelo de “desenvolvimento” do país (baseado também na pilhagem de metais valiosos – como o tungstênio – de seu instável vizinho República Democrática do Congo) e os trabalhadores ruandeses (submetidos a duras condições por novas reformas trabalhistas). A postura autoritária do governo é fundamental na implementação das mudanças neoliberais pretendidas, na medida em que dados acerca da qualidade de vida e de pobreza são camuflados nas apresentações oficiais, ao mesmo tempo que a população não possui margem política para realizar questionamentos e mobilizar a oposição. O autoritarismo ruandês é relevado por parte da comunidade internacional, já que o governo ruandês, com suas propostas de reformas e ajuste estrutural, conseguiu forte prestígio frente a órgãos internacionais como o Banco Mundial e potências ocidentais, além de ofertar matérias primas valiosas de zonas de guerra de modo estável, deste modo Ruanda tem sido colocada como um modelo de referência para o desenvolvimento do continente africano, daí a urgência de refletir sobre o caráter autoritário e neoliberal proposto pela Frente Patriótica Ruandesa e suas consequências para a população ruandesa, principalmente no que tange o acesso à terra. A presente comunicação faz parte dos resultados obtidos no decorrer da pesquisa de pós-doutoramento na Universidade Federal do ABC (UFABC) no Programa de Pós-graduação em Economia Política Mundial. Com um embasamento teórico a partir de Sam Moyo e outros intelectuais africanos, o artigo encara a temática com uma perspectiva crítica.

Palavras-chave: Ruanda; Frente Patriótica Ruandesa; Política de Terra; Regularização de posse, Paul Kagame.

AGRONEGÓCIO, ESTRUTURA FUNDIÁRIA E QUESTÃO DA FOME: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REVISTA GLOBO RURAL (1985-2015)

Denis Henrique Fiuza (UFSC)

dfuzaahistoria@gmail.com

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, expandiu-se na esfera pública da América Latina a valorização de uma “outra ruralidade”. A plataforma geopolítica estadunidense conhecida como Revolução Verde, importada para toda a América incentivou a reconstrução do espaço rural tanto no que tange a produção agrícola altamente mecanizada, quanto na produção de uma nova imagem do rural, modernizado, mas, detentor da herança cultural que seus antigos moradores têm desse espaço. Nessa perspectiva, através da história ambiental, relacionando as discussões sobre imprensa, analisa-se o discurso da revista Globo Rural no que diz respeito ao combate a fome através da modernização agrícola pelo agronegócio. Na segunda metade do século XX, o Brasil viveu um paradoxo da intensa modernização das atividades agrícolas que conviviam com a sua dependência com relação a variedades agrícolas importadas, desde o arroz até o feijão, produtos fundamentais na mesa das famílias brasileiras. Além de um tempo de descoberta das calamidades e das ameaças que fertilizantes, agrotóxicos, mecanização, concentração de terra e de renda e proletarização do campesinato trouxeram à vida humana, e ao meio ambiente; e uma escassez de alimentos, enquanto a exploração predatória da natureza e desemprego crônico convivia lado a lado. Nesse sentido, busca-se refletir como essas ideias foram articuladas no discurso do periódico que buscava publicar discursos que apresentaram a modernização como solução para a fome com dados sobre o contexto histórico desse período. Sendo assim, incorporam-se preocupações próximas da história ambiental e da história a partir da imprensa. Especialmente por considerar que, para se pensar a agricultura moderna enunciada pela revista, é necessário enredá-la na dimensão contemporânea da temática das relações entre humanos e mundo natural, crucialmente vinculada à atividade agrícola que é, como Gregg (2006) observa, o elo de ligação mais direto e complexo dessa relação historicamente construída. Além disso, dialoga-se com Klanovicz (2011), Worster (1991), entre outros. Globo Rural é um periódico inicialmente impresso, criado em 1985 pela empresa de comunicações e jornalismo Organizações Globo, do Rio de Janeiro/RJ. O periódico colabora, desde sua criação, com o programa de televisão de mesmo nome, estabelecido pela mesma

empresa no início de 1980. Tanto o programa televisivo quanto a revista vieram a se autoconstruir como porta-vozes do “campo brasileiro”, com o objetivo de “informar o homem do campo” acerca da agricultura moderna. Segundo Maria Helena Capelato (1988, p. 20) a imprensa é fonte de sua própria história e das situações mais diversas, meio de expressão de ideias e depósito de cultura (CAPELATO, 1988, p.20). O uso de fontes impressas na escrita da história amplia as perspectivas de compreensão das sociedades do passado, suas percepções culturais e seus costumes, além de movimentos políticos e econômicos que elas veiculam (CAPELATO, 1988, p.20).

Referências Bibliográficas: CAPELATO, M. H. R. Imprensa e história do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. GREEG, Sara M. Cultivating an Agro-Environmental History. In: SACKMAN, Douglas. A companion to American Environmental History. Nova York: Wiley-Blackwell, 2010. KLANOVICZ, Jó. Bioregionalismo, modernismo e escrita da natureza: uma leitura sobre as obras de história local e agricultura moderna no Sul do Brasil. In: SOCHODOLAK, H.; KLANOVICZ, J.; ARIAS NETO, J. M. (orgs.) Regiões, imigrações, identidades. Ponta Grossa: Editora da ANPUHR, 2011. p. 35-52. WORSTER, D. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.4. n.8, p.198-215, 1991.

Palavras-chave: Agronegócio; globo rural; história ambiental; agricultura.

ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E TERRITORIAL DA REAL FEITORIA DO LINHO CÂNHAMO

Lilian da Rosa (UNICAMP)

lilianrosa.rs@gmail.com

Assegurados pelo poder militar e econômico europeu, as grandes navegações marítimas levaram a uma economia em escala mundial, assentada na circulação de mercadorias, na divisão internacional do trabalho e nas trocas desiguais (PEDREIRA, 1994). Essa organização forjou uma certa hierarquia de capacidades, certos níveis de desenvolvimento econômico, bem como uma integração estratificada e assimétrica dos espaços – um centro dominante, uma semiperiferia intermediária e uma periferia dominada – o que, ao longo do século XVI, suscitou

a emergência de um sistema-mundo moderno (WALLERSTEIN, 1974, 1996). De certo modo, essa emergência e expansão do sistema-mundo moderno só foi possível graças ao desenvolvimento do poder militar e naval. Nesse sentido, as tecnologias de navegação do período aprimoraram a construção de naus e caravelas, que possibilitaram, por sua vez, o trânsito de homens, plantas e mercadorias pelos oceanos. Particularmente, as velas e cordoarias dessas embarcações eram fabricadas a partir de cânhamo (*Cannabis*) – planta que, por essa razão, tem ganhado destaque nos estudos historiográficos sobre a época do Mercantilismo. Ao longo do período mercantilista, o cânhamo era a principal matéria-prima na produção de cordoarias e velas de navios (DÍAZ-ORDÓÑEZ, 2016; CONTRERAS, 1974), a tal ponto que algumas estimativas indicam que as embarcações europeias utilizaram mais de 300 mil toneladas só para a primeira armação, sem contar as reposições conforme o desgaste do tempo (DÍAZORDÓÑEZ, 2009). Nesse contexto das grandes navegações, o leque temático aberto pela historiografia internacional configura terreno bastante profícuo à análise da produção de cânhamo. Isso porque já existe uma discussão bibliográfica alavancada por diferentes centros de pesquisas, principalmente os europeus. Alguns desses centros de pesquisa analisam o papel decisivo do comércio e da mobilidade dos chamados produtos estratégicos – aço, madeira, cânhamo, mastro, entre outros – e relacionam esses produtos com a política defensiva dos Estados Nacionais no período mercantilista. Nessa linha interpretativa, o cânhamo é entendido como um dos produtos fundamentais de defesa das potências europeias, sobretudo porque “os veleiros militares e mercantes, que criaram e sustentaram essas mesmas instituições políticas nos séculos modernos, foram combinados com centenas de milhares de toneladas de cordame e velas feitas de cânhamo” (DÍAZ-ORDÓÑEZ, 2016). Em Portugal, o cânhamo foi inserido no século XIV e se tornou um produto importante. Pedreira (1994), por exemplo, recupera o testemunho de Duarte Ribeiro de Macedo e mostra que, por volta de 1680, o cânhamo português abastecia o mercado interno e o excedente era exportado para Castela. Nesse período, essa produção ocorria principalmente na vila de Moncorvo, Comarca de Trás-os-Montes. Considerada a maior produtora de cânhamo de Portugal, Moncorvo desfrutou de uma certa prosperidade econômica entre os séculos XVI e meados do século XVII (SÁ, 1991; SOUSA, 2009), antes de ser invadida pelos exércitos espanhóis: na Guerra da Restauração (1640-1668), houve conflitos, saques e cercos em localidades do vale de Vilariça; na Guerra de Sucessão (1703-1713), houve a ocupação de Trás-os-Montes; e, finalmente, na Guerra dos Sete Anos (1762-1763), houve a rendição de Bragança, Outeiro e Moncorvo. Como consequência, essas beligerâncias contribuíram para um acentuado processo de emigração e de desestruturação da

produção de cânhamo na região de Trás-os-Montes (SÁ, 1991; SOUSA, 2009; LEONARDO, 2013; SOUSA et al., 2009). Com a decadência dessa produção, o governo de Marques de Pombal, em 1755, criou a Real Fábrica da Cordoaria, em Lisboa, com o objetivo de manter a produção de velas e cordoarias necessárias à indústria naval (PEREIRA, 1972). Assim, dada a importância do cânhamo para a sociedade portuguesa nesse período e dado o declínio dessa produção na região transmontana, a Coroa tentou estabelecer a agricultura de cânhamo em suas colônias. Com base nisso, este trabalho realiza uma primeira análise preliminar sobre a produção de cânhamo na Real Feitoria do Linho Cânhamo (RFC). A RFC foi criada em 28 de julho de 1783 e se localizava no rincão de Canguçu, Capitania do Rio Grande de São Pedro, próximo a lagoa dos patos, pois facilitaria o transporte e o escoamento da produção para o Rio de Janeiro. No início, a feitoria era administrada pelo padre Francisco Rodrigues Prates Xavier, que contava com uma equipe de apoio. Entre os membros dessa equipe estavam os irmãos, e soldados do Regimento de Bragança, João e Mathias Martins, já experientes em lavouras de cânhamo na Europa (JOHANN, 2010). O empreendimento se dava nos moldes de plantation e contava com aproximadamente 20 casais de cativos. “Com esse estabelecimento, o governo metropolitano objetivava desenvolver a cultura do cânhamo e, ao mesmo tempo, criar um centro produtor de sementes, a partir do qual a cultura fosse disseminada entre os lavradores privados” (MIRANDA, 2000, p. 143). Nos primeiros anos, o cânhamo era cultivado de forma intermitente. Em 1786, por exemplo, a Feitoria contava com 50 alqueires de sementes de linho e 3 1/4 de linho “donzela”, colhido para preparar as sementeiras (MENZ, 2003). No ano de 1788, a Real Feitoria ganhou um novo inspetor, Antônio José M. M. Sarmiento. Durante sua administração, ele optou por transferir o estabelecimento para o Faxinal do Courita, próximo de Porto Alegre e do Rio dos Sinos. Além disso, ele também recebeu 53 escravos - 12 homens e 39 mulheres - confiscados de contrabandistas, o que contribuiu para um aumento na produção. O rendimento anual passou de 111 arrobas em 1785 para 329 arrobas e 16 libras no ano de 1789 (MENZ, 2005). A RFC funcionou por cerca de 40 anos. Em 1824, o estabelecimento foi extinto por decisão do governo imperial e suas terras foram destinadas aos imigrantes alemães que ali chegaram naquele ano. De certo modo, o novo momento político caracterizado pelo Império brasileiro (1822-1889) priorizava outros projetos políticos e econômicos e a Real Feitoria aparentemente não se incluía nestes. Diante do exposto até aqui, o artigo realizará uma análise preliminar da organização produtiva e territorial da RFC. Para tal, serão consultados documentos administrativos da RFC localizados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e no Projeto Resgate.

Referências: DÍAZ-ORDÓÑEZ, M. La comisión del cáñamo en Granada. Sustituir la dependencia báltica como estrategia defensiva del Imperio español en el siglo XVIII. *Vegueta*, n. 16, 2016. MENZ, Maximiliano Mac. Os escravos da Feitoria do Linho Cânhamo: trabalho, conflito e negociação. *Afro-Asia*, Salvador, v. 32, 2005. PEDREIRA, Jorge M. Viana. Estrutura industrial e mercado colonial Portugal e Brasil (1780- 1830). Portugal. Difel. 1994.

Palavras-chave: Colônia do Brasil; Capitania do Rio Grande de São Pedro; Real Feitoria do Linho Cânhamo.

FALÊNCIAS E HIPOTECAS NA CRISE DO COMPLEXO CAFEEIRO DE JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS – 1920- 1940

Nicélio do Amaral Barros (PPGHE/USP)

nicelio@usp.br

O propósito dessa Comunicação é o de apresentar os resultados parciais da pesquisa de um projeto de doutorado em curso. O tema central está focado na análise dos aspectos econômicos, financeiros e empresariais da Crise de 1929 a partir de um estudo mais aproximado das realidades nacionais e de suas complexidades no âmbito de mercados locais, levando em conta a dinâmica do modelo do desenvolvimento capitalista no Brasil. O recorte espacial analisado é a região de maior dinâmica econômico-empresarial do estado de Minas Gerais, pelo menos até meados do século XX, a Zona da Mata, tendo como lócus seu município polo, Juiz de Fora. Cronologicamente, os resultados apresentados na Comunicação, estão delimitados entre os anos de 1920 e de 1940, período no qual o mercado local citado apresenta seus primeiros sinais de retração e de crise estrutural. A pesquisa busca levantar especificamente os fatores que constitutivos da crise econômico-financeira no mercado de Juiz de Fora, correlacionando seus aspectos endógenos e exógenos. Desse modo, leva-se em conta na abordagem desse objeto de estudo o uso do trinômio economia-política-ideologia como elementos históricoestruturais desse espaço, onde suas relações orgânicas e sociais comporiam o que podemos chamar estrutura regional. Teoricamente, é privilegiada a abordagem ligada à “teoria do crescimento econômico induzido por produtos básicos” (Watkins: 1977) ou “abordagem dos linkages

generalizados ao desenvolvimento” (Hirschman: 1981), chamadas na literatura econômica e de empresas no Brasil de “teoria do produto principal” (Suzigan:1986; Pires:2004) estabelecendo suas correlações com a “crise de tipo misto” (Hobsbawm: 1974; Bouvier: 1988) e com estudos de outros mercados regionais brasileiros para o mesmo período, onde elementos próximos daqueles abordados para Juiz de Fora também estavam colocados. No escopo das fontes primárias pesquisadas, dois acervos documentais se destacam pelas informações neles contidas: os Processos de Falências e de Concordatas de empresas industriais e comerciais sediadas em Juiz de Fora, e os Registros de Hipotecas constantes nestes mesmos Processos. Assim, com referência ao comportamento da estrutura empresarial, industrial e comercial, da economia local no período em questão, a pesquisa investiga elementos tais como: investimentos no setor, captação de recursos via segmento financeirobancário e lançamentos no mercado local de ações, títulos e debêntures. A esse respeito, pode-se dizer que, em grande parte, o comportamento deste setor e suas relações com os demais segmentos da economia local podem ser captados através dos Processos de Falência e dos Registros Hipotecários. A partir da consulta e análise dos Processos de Falência pudemos até aqui identificar os principais insolventes, com atenção especial para as unidades industriais, e os momentos em que, eventualmente, as falências se avolumaram. Assim, pudemos estabelecer uma correlação entre o número de falências e as principais flutuações econômicas que marcaram o período. Inferimos, metodologicamente, e a partir do que vem revelando os créditos hipotecários no âmbito das massas falidas, que o sistema financeiro sediado em Juiz de Fora, jamais no decorrer do período aqui investigado, tivesse se sustentado sem os empréstimos hipotecários. Seja o endividamento através de empréstimos pessoais a partir de garantias hipotecárias na forma da lei, seja através de hipotecas bancárias. Entendemos que o significado do montante hipotecário nos ativos/passivos dos industriais e comerciantes falidos na Praça de Juiz de Fora entre 1920 e 1940, demonstram efetivamente como o sistema urbano-industrial deste núcleo exportador jamais deixou de se alicerçar nessa forma de endividamento – as hipotecas. A despeito do crescimento de um segmento financeiro-bancários, as relações pessoais e de sociabilidade continuaram muito significativas no decorrer das três primeiras décadas do século XX, apesar de alguns estudos relegarem sua importância, sobretudo para o período basicamente compreendido entre 1870 e 1889. Procuramos demonstrar que o desenvolvimento capitalista em Juiz de Fora trouxe efetivamente novas formas de financiamento para a economia local, mas de forma alguma superou as relações pessoais de empréstimos, financiamentos e endividamentos. Os Processos de Falências de industriais e comerciantes demonstram a magnitude desta forma de

investimento, apontando que a maioria dos credores eram homens ditos “capitalistas” e “financistas”, que em sua maioria tinham negócios e investimentos na cafeicultura, na pecuária, em diversas atividades agrícolas que não o café, em empresas comerciais e industriais, inclusive as sociedades anônimas. Assim, delineadas as orientações teóricas e metodológicas com relação à crise de 1929 e suas imbricações regionais, a pesquisa tem-se aprofundado na abordagem dos fatores que permearam a crise do mercado local e de suas empresas. Como se discute no trabalho, guarda este mercado aspectos relevantes para análise, uma vez que, desenvolveu endogenamente a partir do crescimento de seu segmento agrário – baseado na cultura do café – outros setores como o urbano-industrial, o mercantil, o rodoferroviário e o bancário-financeiro. Procura-se abordar, desse modo, as relações entre os acontecimentos posteriores à crise de 1929 e o desenvolvimento dos setores empresariais dessa região, a mais dinâmica economicamente do estado de Minas Gerais no período abordado. Contudo, conforme dito anteriormente, é preciso que, na análise dos efeitos de uma crise econômicoempresarial numa determinada região, situar onde estes se iniciam – qual o setor ou setores, se agrário, comercial, bancário, industrial – e por onde se dá seu desenvolvimento posterior. Tais são as conclusões analisadas neste trabalho.

Palavras-chave: Crise de 1929; Economia Regional de Juiz de Fora; Capital Agrário; Falências; Hipotecas.

O MARANHÃO NA CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL. COMÉRCIO E FINANCIAMENTO DO ALGODÃO BRASILEIRO NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Roger Neves Dezuani (PPGHE/USP)

dezuaniroger93@gmail.com

A Europa ocidental, nos últimos anos do século XVIII passou por mudanças estruturais decorrentes de um processo histórico que tinha como resultado a industrialização cada vez mais acelerada da Inglaterra e a instauração de um novo regime político na França. A dupla revolução que alterava a ordem social e política daquele continente, forçava as potências européias definirem novas estratégias para tentar superar a defasagem industrial em relação a Inglaterra e

ao mesmo tempo impedir a difusão das ideias subversivas nos seus próprios domínios. Tanto a França quanto a Inglaterra perdiam parte do seu império. O atlântico norte se libertava do jugo colonial e os Jacobinos negros liderados por Toussaint Louverture colocavam fim no sistema brutal de escravidão que vigorava em São Domingos. Portugal tinha consciência que para defender sua posição no conjunto das relações internacionais, nessa conjuntura, e implementar uma política de desenvolvimento no reino, tinha que defender o seu sistema colonial. A salvaguarda de seu patrimônio se dava por duas frentes: uma delas era defender das ameaças externas as fronteiras dos seus domínios, que eram cada vez mais frequentes devido a intensa disputa pelos mercados coloniais, e ao mesmo tempo tentar lidar com as contradições internas, que colocava em conflito os interesses dos colonos e da metrópole. A intelligentsia portuguesa, com base nas ideias mercantilistas, implementou medidas para garantir o pleno funcionamento do exclusivo metropolitano. As estratégias colocadas em prática na época do Marquês de Pombal tinham por objetivo expandir a dominação da metrópole para regiões que não estavam completamente integradas na lógica de exploração colonial. Esse processo ocorre, de um lado, com a fundação de vilas e povoados na região norte da colônia e de outro com a criação das companhias de comércio monopolista, que incentivaram a produção agrária de capitâneas que viviam praticamente do autoconsumo e de uma economia de mercado rudimentar, como foi o caso do Amazonas, Pará e Maranhão. O inserção do Maranhão na produção em larga escala para exportação se deu de maneira adversa. Em 1780 era a quarta capitania com maior volume de exportações, mas não produzia açúcar em grande quantidade, como era o caso da Bahia, Pernambuco e do Rio de Janeiro. A ascensão do Maranhão é produto da combinação entre o desenvolvimento da produção de algodão em larga escala e a evolução do processo produtivo europeu, que incorporava essa matéria prima como elemento principal para a produção de tecidos nas manufaturas. Esse avanço tecnológico necessitava de regiões com terra e clima propícios para sua produção. O Maranhão, a Jamaica e São Domingos assumiram esse papel tão vital para o desenvolvimento das potências européias. O fomento para o início da produção se dá por meio do estado metropolitano, pelas companhias de comércio de Pombal, ao introduzir mão de obra africana na capitania e fornecer capital necessário por meio de crédito para os lavradores. Fernando Novais nos mostra que essa política estratégica mercantilista levou o sistema colonial ao seu ápice. Ao mesmo tempo que a colônia experimentava alta nos preços de seus produtos, as relações comerciais entre Portugal e Inglaterra mudaram de rumo e a balança comercial passava a favorecer a economia portuguesa. Segundo José Jobson de Arruda a mudança que proporcionou esse fato histórico e levou o sistema colonial a sua maior pujança,

na época de crise do sistema colonial, foi a articulação entre a diversificação da produção colonial e o desenvolvimento das fábricas no reino. A nossa contribuição no debate consiste em apresentar o papel específico desempenhado pelo Maranhão nessa conjuntura, analisando a produção de algodão da capitania integrada com os movimentos da economia internacional no final do século XVIII. Mostrarei as mudanças no volume das exportações e nos níveis de preço do algodão ao decorrer da última fase do sistema colonial e como a expansão Inglesa em busca de novos mercados fornecedores de algodão influenciou nesse processo.

Palavras-chave: Comércio, Indústria, Algodão, Maranhão, Colonia.

CAPITALISMO VIRÓTICO: A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA, A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E A PRODUÇÃO DE CORPOS MORTOS PARA O CAPITAL

Waniéry Loyvia de Almeida Silva (PPGHE/USP)

loyviaalmeida@hotmail.com

Pensar o mundo nos dias atuais é sem dúvida uma tarefa hercúlea, mas necessária. Hercúlea porque diante da liquefação de nosso tempo, "onde nada foi feito para durar" (BAUMAN, 2010), o presente instantaneamente se torna passado e o "ser" já foi, perdendo assim, graus de importância. Dessa forma, historiadores, economistas, cientistas políticos e sociólogos, veem seus esforços de análises ruírem em meio as mudanças repentinas que ocorrem dentro das dimensões de uma sociedade liquefeita. Mas tal tarefa, por mais ingrata que possa parecer, é primordial, pois sem as reflexões e mapeamentos produzidos por esses profissionais, seria muito mais difícil entender o intrincado jogo político, econômico e social que se desenrola à nossa frente. Sendo assim, em momentos de crises e dilemas, como os que vivenciamos hoje, nos parece mais que oportuno, que esses profissionais justifiquem o seu ofício e definam sua função na sociedade. Desta forma, esse breve artigo pretende produzir uma reflexão sobre as condições da economia brasileira, no momento anterior a pandemia e durante esta, a fim de mostrar como nossa situação já era de desalinhamento mesmo antes da chegada do Covid-19 e como se aprofunda a partir de então. Num segundo e terceiro momentos, pretendemos levar em consideração fatores como a fuga de capitais e perda de credibilidade no mercado internacional e seus reflexos

internos, sem deixar de considerar as condições específicas do nosso tipo de capitalismo e como este, em meio ao cenário pandêmico, desnudou-se mostrando sua face mais cruel, no que diz respeito a superexploração do trabalhador e na precarização das relações de trabalho, uma vez, que no Brasil, tais formas de exploração tem consequências ainda mais perversas do ponto de vista social (ANTUNES, 2020, p. 07) e que tem acarretado um alto número de mortes entre a população negra, pobre e trabalhadora. O resultado não poderia ser outro, de sorte que o governo ao invés de se preocupar com os mais penalizados pela pandemia, aproveita a mesma para reduzir ainda mais os direitos do trabalhador, a fim de "passar a boiada" e assegurar para alguns uma acumulação supostamente infinita (FONTES, p. 17). A seguir, diante do exposto, coube nos inquerirmos também se: seria então a atual pandemia, não um fenômeno da natureza, mas uma consequência "quase" que inevitável de um sistema profundamente destrutivo e autofágico? Ora, inegavelmente o capitalismo democrático vem enfrentando crises cada vez com maior regularidade, condição essa, marcada por um conflito endêmico entre mercados capitalistas e políticas democráticas, que aumentaram a partir do fim do alto crescimento econômico dos anos de 1970. Sendo assim, os mercados é que passaram aditar aos respectivos governos de Estados-nações, o que e quando, algo deve ser feito pelos seus cidadãos. (STREECK, 2012, p. 36). A trípole destrutiva que sustenta o capital nos dias de hoje: (capitalismo financeiro, neoliberalismo exacerbado e a revolução tecnocientífica que mais se parece o moinho satânico descrito por Karl Polanyi), provoca o caráter trágico do mundo em que vivemos (ANTUNES, 2020, p. 13). Por fim, em vista da atual situação, nossas inquietações nos levaram a questionar: será que já não é mais que chegada a hora de superar tal sistema? Nosso breve texto se encerra com uma ponderação: até onde essa estrutura permanece sendo viável para o nosso tempo?

Palavras-chave: pandemia; superexploração; capitalismo virótico.

PUXIRÕES: TRABALHO GRUPAL/AGRÍCOLA EM COMUNIDADES FAXINALENSES DO MUNICÍPIO DE REBOUÇAS-PR – AS INFLUÊNCIAS ECONÔMICAS POR TRÁS DA PRÁTICA

Wellerson Emanuel Ferreira (UNICENTRO-PR / Campus de Irati)

wellersonferreira91@gmail.com

Esta pesquisa se propõe a realizar uma análise a respeito dos puxirões, prática de trabalho agrícola em grupo, realizado nas comunidades faxinalenses do Salto e Marmeleiro dos Soares do município de Rebouças PR, as quais serviram como campo de pesquisa para análise da prática. Buscou-se ao longo da pesquisa, aprender as diferentes variações em relação nomenclatura, as influências na configuração do cotidiano e na economia das comunidades em que é praticado (alterações na economia das comunidades devido a prática de puxirão, assim como, as alterações da economia nesse modo de trabalho agrícola, dentro de um recorte considerando a década de 1970 até o início dos anos 2.000). Percebeu-se inclusive, a prática de puxirão como elemento constituinte de identidade do que vem a ser o Faxinalense. Assim sendo, focando em cada linha de abordagem presente na análise desenvolvida, ao problematizar o cotidiano influenciado pela presença desse modo de trabalho agrícola, sendo o mesmo repleto de relações simbólicas, destacamos a troca e a reciprocidade, presentes em âmbito quase geral em ambas as comunidades. Ao adentrar as comunidades foi possível trazer à tona, as maneiras de relacionarem-se na esfera social, as “bricolagens” realizadas no dia-a-dia, a criatividade não explícita que compõe o viver em Faxinal, as “mil maneiras” de procedimentos adaptados a uma vivência específica em determinada realidade, as manipulações técnicas, os sistemas de vantagens desenvolvidos em buscas de benefícios, entre outras práticas, percebíveis nesse sentido, não no cotidiano, mas na cotidianidade. Entre as criatividades presentes no cotidiano faxinalense, o trabalho em puxirão ocorrendo por meio da troca de dias em que está presente a reciprocidade, nas lavouras de inúmeras culturas, barateia a produção, ajudando economicamente famílias menos abastadas financeiramente. Nestas circunstâncias, os mutirões detinham a capacidade de agregar valor, uma maneira de ganho econômico anexo ao produto através do barateamento no processo de produção. O trabalho em mutirões vai além da simbologia da troca, da festividade, da interação e zelo pelo vizinho, as trocas possuíam significados variados e sentidos relacionados as necessidades, como em relação a economia mais

precária na década de 1970 e 1980, (conforme relataram entrevistados quais estarão presentes no envio do trabalho completo, caso resumo seja aprovado). Em relação sobre como uma prática de trabalho tipicamente agrícolas nas comunidades supracitadas podem influenciar na constituição da identidade dos moradores (no singular ser em relação ao grupo da comunidade faxinalense) destes locais, optamos em trabalhar com a história oral como fonte atrelada ao uso de fotografias. Trazendo uma noção do que seria essa identidade faxinalense transparecida pelos moradores, quais mencionam como uma prática cultural e econômica influencia no ser faxinalense, em especial, uma categoria estipulada pelos próprios moradores, o “faxinalense tradicional”, os puxirões ensinavam a necessidade de trabalhar unidos, elemento de destaque no ser faxinalense hodiernamente. Temos elementos que foram fundamentais na constituição da identidade “faxinalense tradicional”, nas décadas de 1970 a 1980, temos momentos de destaque por ocorrência frequente (KREVELIN, 2020), e considerando a idade média dos faxinalenses ditos “tradicionais” nesse período, a maioria era criança ou rapaz, e segundo Seu Natalin (2020) “por acompanhar o pai na lida, nós já ia aprendendo”. Aqui, cabe ressaltar, que não há a intenção em hierarquizar a identidade dos moradores, trazendo uma identidade como sendo a “tradicional”, daqueles de mais idade, a contraponto do jovem faxinalense. O que notou-se, fora um receio e um anseio destes ditos “tradicionais” em relatar que muito das tradições dos faxinais vêm se perdendo, todavia, se vamos comparar temporalidades, identidades em diferentes contextos, tornase necessário trazer o posicionamento de um jovem morador. Destaco e friso, a intenção desta pesquisa, em especial desta discussão, é problematizar a prática de trabalho grupal como elemento constituinte de identidade, ou seja, como não há a presença de jovens hodiernamente na prática dos puxirões que ainda são realizados, o foco principal está envolto do “tradicional”, pois são estes que o praticam. Enfim, por meio deste trabalho, buscamos analisar uma prática de trabalho tradicionalmente agrícola se tratando das comunidades interioranas citadas, Faxinal do Salto e Faxinal Marmeleiro dos Soares. Perceber como um modo de trabalho em grupo envolvendo inúmeros moradores influencia na economia local, no cotidiano e na identidade do faxinalense.

Palavras-chave: Puxirão; Faxinal; Economia; Agricultura.

b)

Demografia, Escravidão & Trabalho

- Envolve estudos de demografia história e demografia da escravidão, além de pesquisas sobre os diversos aspectos relacionados ao mundo do trabalho. A linha incorpora também estudos sobre gênero, família, dinâmica populacional, dentre outras temáticas relacionadas à formação e ao desenvolvimento do mercado de trabalho em diferentes contextos locais e temporais.
-

O NORDESTINO, A USINA E A CIDADE: TRABALHO E MIGRAÇÃO NO "MAR DE CANA"

Bruno César Pereira (UNICENTRO-PR)

bruno_o8cesar@outlook.com

O presente texto propõe realizar uma reflexão acerca da migração nordestina para o "mar de cana", região metropolitana de Ribeirão Preto (nordeste do Estado de São Paulo), em especial, dedicaremos atenção aos migrantes no município de Orlandia. Esta cidade, e região, desde as décadas finais do século XX tem recebido um considerável número de migrantes nordestinos, e isto acarretou em diversas implicações no contexto urbano, social, cultural e econômico, destes espaços. Isto pode ser observado a partir de uma série de estudos científicos realizados pela Ciências Humanas e Sociais. Esta temática tem sido debatida a anos sobre diferentes reflexões teóricas e empíricas, contudo, existem pouquíssimos estudos consolidados da área da História sobre a migração nordestina nas regiões interioranas do Estado de São Paulo (ao contrário do que ocorre com a região metropolitana e capital paulista, que avoluma-se o número de estudos sobre a migração), desta forma a presente comunicação busca refletir sobre a migração a partir dos pressupostos científicos (teóricos e metodológicos) da História. Assim, em um primeiro momento, realizaremos, a partir de um estudo historiográfico sobre a região do "mar de cana" (utilizado estudos das Ciências Sociais, com destaque a Sociologia), uma análise sobre o processo histórico de desenvolvimento econômico deste espaço a partir ampliação do complexo canavieiro nas últimas três décadas do século XX (1970-2000), a partir, dos investimentos e concessões por parte do governo paulista e governo federal (em especial a partir do programa Proálcool, que consistia no oferecimento de incentivos fiscais e empréstimos bancários com juros abaixo da taxa de mercado para os produtores de cana de açúcar adquirirem novas terras para o plantio e novas tecnologias). Em sequência, a partir da narrativa dos migrantes e de alguns estudos científicos, buscaremos analisar e problematizar aspectos acerca do trabalho nos canaviais, como: as relações de tensão entre trabalhadores e empreiteiros, o corte da cana e suas implicações a saúde dos cortadores (física e mental), assim como daremos atenção a aspectos do cotidiano migrante fora dos canaviais (residências e espaços de lazer). As reflexões expostas ao longo deste texto fazem parte de minha dissertação de mestrado (Capítulo I - "Na época quando eu vim já tinha, tinha poucos, mas tinha, aí foi se chegando muito mais": narrativas de

migrantes nordestinos na cidade das avenidas), as entrevistas, que serão utilizadas para a reflexão no segundo item, que tratará acerca do trabalho, foram coletadas com migrantes nordestinos entre os meses de dezembro de 2019 e março de 2020, no município de Orlandia-SP. Para a escrita deste artigo, utilizaremos estudos teóricos e historiográficos que debatem e relacionam as seguintes temáticas: migração nordestina, trabalho e violência (física e simbólica), assim nos utilizaremos das reflexões de autores (as) como: Rosana Baeninger, Eunice Sueli Nodari, Maria Aparecida de Moraes Silva, José Roberto Noaves, Neiry Primo, Alessi, entre outros (as).

Palavras-chave: Migração; Trabalho; "Mar de Cana".

A HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO CONTADA POR NÚMEROS: UM ESTUDO ACERCA DO CRESCIMENTO POPULACIONAL DA CAPITAL PAULISTANA DESDE A SUA FUNDAÇÃO ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XXI

Guilherme Ribeiro de Souza (UNIFESP)

gr.souza@unifesp.br

O objetivo do presente estudo é realizar a consolidação dos dados históricos da população da cidade de São Paulo desde a sua fundação, no século XVI, até o último censo demográfico realizado mais recentemente, em 2010. Este artigo tem como base uma pesquisa bibliográfica e demográfica dos mais diversos autores e bancos de dados que levantaram os dados populacionais referentes ao município de São Paulo no período de interesse. Através desse histórico será possível contribuir com a literatura acerca da organização dos dados disponíveis de acordo com cada fonte. E, dessa forma, contar a história do crescimento populacional que marcou os séculos da cidade de São Paulo. A Vila de São Paulo de Piratininga teve sua fundação no dia 25 de janeiro de 1554 e contava com aproximadamente 80 habitantes. No século XVII sua população era de aproximadamente 1520 habitantes, sendo que este período fora marcado pelas buscas de índios, escravos, ouro e diamantes pelos bandeirantes, processo que iniciou a interiorização na região. Em 11 de julho de 1711, a Vila de São Paulo de Piratininga foi elevada à categoria de cidade, se tornando a cidade de São Paulo. Nessa época a cidade contava com

aproximadamente 3 mil habitantes, incluindo brancos, índios e negros. Em meados do século XVIII teve início o ciclo econômico da cana-de-açúcar na região, que possuía, em 1798, uma população que contava com cerca de 8 mil pessoas. O século XIX é marcado por transformações arquitetônicas e urbanísticas na cidade, como a inauguração da primeira ferrovia paulista, o surgimento do Viaduto do Chá, além da criação da Avenida Paulista e do Museu do Ipiranga. Neste período, a produção cafeeira atingiu altos níveis de produção, o que permitiu o investimento no setor industrial através dos excedentes obtidos com o café. Em 1822, São Paulo contava com pouco mais de 23 mil habitantes. Em 1875 haviam pouco mais de 30 mil habitantes, além de contabilizar um total de 3 mil edificações. Já em 1900, de acordo com o censo, a capital paulista contava com aproximadamente 240 mil pessoas e, de acordo com outros estudos, por volta de 21 mil edificações. Em 1920, a cidade de São Paulo tinha mais de 500 mil habitantes. O século XX marca São Paulo como uma metrópole, polo financeiro, econômico, social e cultural, com centenas de obras e eventos de grande relevância mundial, marcando a capital do Estado de São Paulo como uma cidade pulsante diuturnamente. O crescimento do número de automóveis, o surgimento dos primeiros ônibus urbanos e a expansão da cidade deram início a um período de grandes projetos e obras viárias. Em 1950 a cidade já possuía mais de 2 milhões de habitantes. Em 1970 haviam mais de 6 milhões de moradores. O ritmo de crescimento foi acelerado, sobretudo com a chegada de milhares de migrantes nordestinos, mineiros e do interior do Estado. Além disso, a imigração estrangeira não acabara. Em 2000 a cidade já contava com mais de 10 milhões de paulistanos. De acordo com o censo demográfico disponibilizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2010 a cidade de São Paulo contabilizava mais de 11 milhões de habitantes. Ou seja, do século XVI para o XVII a cidade de São Paulo teve um aumento de 1.900% em sua população. Do século XVII para o XVIII o crescimento foi de aproximadamente 526%. Já do século XVIII para o XIX o aumento da população foi de 3.000%. Em seu ápice de crescimento populacional a cidade teve um aumento de 4.166% entre os 100 anos do século XIX e XX. A disponibilidade histórica dos dados nos permite contar a história do período com maior enfoque na quantidade populacional. Como há um recorte histórico de um amplo período de tempo, decidiu-se por selecionar, delimitar e expor os diferentes dados, quando houve, de determinados autores e bases de dados que versam sobre a quantidade populacional de cada período. Os autores, trabalhos e bancos de dados selecionados são os seguintes:

AZEVEDO, Aroldo de; DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, Associação. A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana. Brasileira, 1958. BALDIN, Adriane Acosta. O processo de urbanização da cidade de São Paulo no século XIX, através das imagens do fotógrafo Militão Augusto de Azevedo. Revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente, FAU. USP, v. 45, 2006.

BASSANEZI, MSCB et al. São Paulo do passado: dados demográficos. Campinas: NEPO–Núcleo de Estudos em População/UNICAMP, v. 1, 1999. BASSANEZI, MSCB et al. São Paulo do passado: Capital. Campinas: NEPO–Núcleo de Estudos em População/UNICAMP, v. 1, 2000. Biblioteca Virtual do Governo do Estado de São Paulo. História de São Paulo. Biblioteca Virtual, 2019. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/temas/saopaulo/sao-paulo-historia-de-sao-paulo.php>>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo: Difel, 1977. CARRARA, Angelo Alves. The population of Brazil, 1570-1700: a historiographical review. Tempo, v. 20, p. 0-0, 2014.

DATASUS, Tecnologia da Informação a Serviço do SUS. Banco de Dados da População Residente em São Paulo. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popsp.def>>. Acesso em: 21 de junho de 2020.

DE ANDRADA, Raul et al. São Paulo nos tempos coloniais. Revista de História, v. 10, n. 21- 22, p. 55-88, 1955.

DE ESTATÍSTICA, Directoria Geral. Synopse de Recenseamento. 1905.

DE MATOS, Odilon Nogueira. A cidade de São Paulo no século XIX. Revista de história, v. 10, n. 21-22, p. 89-125, 1955.

FUNDAÇÃO SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=esta>>. Acesso em: 21 de junho de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela 1287 - População dos municípios das capitais e Percentual da população dos municípios das capitais em relação aos das unidades da federação nos Censos Demográficos. SIDRA IBGE. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1287#/n6/3550308/v/591/p/all/l/v,p,t/resultado>>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

LUNA, Francisco Vidal. Características Demográficas dos Escravos de São Paulo. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 22, n. 3, p. 443-483, 1992.

PAPALI, Maria Aparecida; DEL OLMO, Maria José Acedo; DE ALMEIDA, Valéria Zanetti. Colonização da Região de São Paulo: Índios, colonos, jesuítas e bandeirantes. PRESTES FILHO, Ubirajara de Farias. Câmara Municipal de São Paulo: 450 Anos de História. 2.ed. rev. e atual. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

Palavras-chave: história; cidade de São Paulo; população; habitantes; dados históricos.

A CONVENÇÃO N° 124 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: A SAÚDE DO JOVEM MINEIRO EM DISCUSSÃO GLOBAL (1963-1965)

José Pacheco dos Santos Júnior (PPGHE/USP)

josepsjunior@alumni.usp.br

Em 1919, logo ao término da Primeira Guerra Mundial e como parte do intitulado Tratado de Versalhes, surgiu a Organização Internacional do Trabalho (OIT) com o ousado propósito de “melhorar as condições de trabalho para assegurar a paz mundial”. Amparando-se em dois instrumentos jurídicos, convenções e recomendações, a Organização, desde a sua gênese, vem tocando em aspectos e pontos fundamentais e inerentes às condições de trabalho de diversas categorias profissionais, normatizando e estimulando seus países-membros a ratificar as regras criadas por seu órgão deliberativo máximo: a Conferência Internacional do Trabalho. Nesse sentido, a comunicação almeja apresentar o processo de discussão e aprovação da Convenção n° 124, consumado em 1965. Destinada a exigir o exame médico dos adolescentes para o trabalho subterrâneo em minas de todos os tipos, o debate e a atividade normativa gerados permitem descortinar as instituições, sujeitos e canais que deram vazão ao pensamento econômico jurídico que definiu a posição da OIT perante o trabalho infantojuvenil no século XX e os tons da política internacional que preencheram o intitulado Primeiro Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1961-1970). As últimas décadas foram frutíferas em estudos sobre a OIT e a relação existente entre esta agência da ONU e seus países-membros. A Organização, que completou um século de existência recentemente, colocou à disposição dos pesquisadores o ILO Century Project, destinado a fortalecer a pesquisa mundial acerca de sua própria história e da História do Trabalho. A digitalização de documentos oficiais, a possibilidade de consulta presencial ao arquivo histórico e biblioteca em Genebra, Suíça, como também aos vários escritórios regionais espalhados pelo mundo, possibilitou, aos pesquisadores, acessar as fontes da Organização e estimulou os estudos correspondentes. Em conexão com a História Econômica, a análise procura compreender a natureza das racionalidades jurídicas e econômicas que deram base e legitimidade à atividade normativa da OIT na década de 1960. Uma História Econômica alinhada às relações internacionais e ao Direito, afinada com o estudo da legislação que contemplou ou se esquivou de diversos adolescentes que estavam no cotidiano

do labor, alimentando a esfera produtiva, com a sua força de trabalho, nos contraditórios e delicados panoramas da codificação dos direitos trabalhistas no plano internacional. Em essência, a História almejada nesta pesquisa privilegiou o diálogo, necessário e fundamental, com as dimensões econômicas, jurídicas, culturais, sociais e políticas do período aqui demarcado, compreendendo o Direito como uma estrutura com temporalidade própria. Nesse sentido, o Direito é aqui entendido como um lócus de disputas e interesses que têm sua historicidade por ele redimensionada e que, por sua vez, lhe conferem historicidade. Sob esse aparato teórico-metodológico, a investigação objetivou evitar a abordagem ancorada no determinismo econômico, rompendo com o olhar que compreende o Direito, única e exclusivamente, como instrumento de dominação de classe.

Palavras-chave: Mineração; OIT; Juventude; Saúde; Trabalho

A PROBLEMÁTICA DA SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE PARANAENSE

*Manoel Adir Kischener (UEM); Everton Marcos Batistela;
Serinei Cezar Grigolo & Airton Carlos Batistela*
manoelkischener@yahoo.com.br

A presente proposta, de cunho interdisciplinar, busca discutir a problemática da sucessão geracional no âmbito da agricultura familiar na região do Sudoeste paranaense. Para tanto, partimos da contextualização histórica da região, buscando compreender – desde o início de sua ocupação na década de 1920, passando pelas políticas de colonização da década de 1940, até o conflito fundiário da década de 1950 – como isso desfecha na implantação da Getsop (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste) em 1962, que consolida uma ocupação fundiária marcada por minifúndios e agricultura familiar, predominantemente. A partir disso, centramos a análise nas transformações mais recentes da região Sudoeste do Paraná, especialmente nos últimos 15 anos, que, com base em análises comparativas entre os Censos agropecuários de 2006 e de 2017, permitem compreender a emergência da problemática da sucessão geracional na agricultura familiar da região. Esta é uma região de grande atividade agrícola de base familiar e sua constituição geográfica e histórica se deu, de forma mais acentuada, depois da Revolta dos

Posseiros em 1957. Por outro lado, é região de acentuada transformação na prática da agricultura, com elevada adesão ao modelo tecnológico, em que pese, ainda manter grande base familiar. A análise dos dados e da observação in loco permitem concluir que essa problemática está conjugada à um conjunto de outras transformações que operam simultaneamente no âmbito do meio rural sudoestino; como, a especialização produtiva na agricultura e sua “seletividade” econômica no âmbito da agricultura familiar, a industrialização e o crescimento urbano regional, o envelhecimento das populações do campo e a migração dos jovens em direção aos centros urbanos. A partir dessa perspectiva, estabelecemos análise de pesquisa com 50 famílias sudoestinas, onde se busca questionar e compreender as múltiplas significações da problemática da sucessão geracional. A análise aponta para a existência de múltiplos fatores que influenciam o desfecho de uma propriedade ter sucessor ou não, desde a atividade predominante com sua margem de renda, quantidade de terra, percepção dos pais e filhos sobre a situação; bem como a estruturação da comunidade à qual a família pertence, no sentido de propiciar um senso de laços comunitários que atuam de forma significativa na permanência ou não dos jovens no campo. A História, enquanto ciência, aqui junto a Sociologia principalmente, também possui condições de trazer a lume interpretações a respeito das transformações recentes, sem ser meramente presentista. Mas na busca do sentido do entendimento das dinâmicas regionais, em situação que, como modelo de exploração agrícola, tem se espreado para outras partes do país, na crescente modernização de sua agricultura, que além de levar rios de riquezas aos recantos onde adentra, principalmente com a soja, também, segundo evidências empíricas, produz desertos culturais. Por fim, sendo complexa a questão da sucessão na agricultura e, estar ligada a uma série de aspectos, os fatores históricos podem contribuir para o entendimento do presente e, mesmo vir a fomentar políticas públicas futuramente.

Palavras-chave: Sudoeste do Paraná; Agricultura Familiar; Sucessão Geracional, História.

A DECOMPOSIÇÃO DO GOVERNO ALLENDE E A CLASSE TRABALHADORA CHILENA

Paulo Fernando Lara Pereira de Araujo (PPGHE/USP)

paulo.historia.usp@gmail.com

Nosso texto visa explorar um aspecto específico da história do Chile. Desejamos apresentar ao leitor uma análise sobre as políticas econômicas adotadas pelo governo de Salvador Allende durante o último ano em que a aliança política de esquerda, denominada Unidade Popular, governou o Chile (1970-1973) e tentou levar a cabo mudanças estruturais que pudessem conduzir o país rumo ao socialismo. Também discorreremos sobre a organização da classe trabalhadora chilena e sua relação (de apoio e oposição) ao governo socialista. A experiência da ‘revolução chilena’ liderada por Salvador Allende trouxe à tona a perspectiva de uma ‘via pacífica’ para o socialismo através da organização da classe trabalhadora e da conquista do poder político pela vitória eleitoral. Como mostra Carlos Altamirano, ex-senador do Partido Socialista durante o governo da Unidade Popular, em seu livro ‘Dialética de uma Derrota’, “A tarefa assumida pelo governo de Salvador Allende constituiu-se em [...] transformar a velha estrutura capitalista usando uma institucionalidade cujos pressupostos ideológicos estão enraizados na mais pura tradição liberal” (pg.43). A ideia de uma revolução na estrutura econômica burguesa em direção ao socialismo, iniciada a partir da conquista do Poder Executivo, do acúmulo de poder político e dentro das regras dadas pela sociedade burguesa, chamou a atenção de diversos personagens políticos, intelectuais e partidos de esquerda espalhados pelo mundo. Além disso, o surgimento de uma nova força política de esquerda, anticapitalista e anti-imperialista no continente americano fez soar o alarme de preocupação nos Estados Unidos, a grande potência ocidental capitalista, que passou a empreender grandes esforços no sentido de apoiar as forças conservadoras da sociedade chilena e de desestabilizar o governo Allende. Depois de um início de governo muito promissor com crescimento econômico, aumento do consumo, queda no desemprego etc., o Chile entrou em um ciclo muito forte de inflação, desabastecimento e mercado negro. A oposição política ganhou força, tanto no parlamento como nas ruas, o que praticamente inviabilizou qualquer manobra do governo de conduzir politicamente o país dentro das normas do sistema democrático existente. Ao longo do

último ano da “via chilena” para o socialismo, o governo Allende perdeu completamente a capacidade de liderar o país e viu sua economia se desfazer diante de uma avalanche de greves, manifestações e atentados. Neste cenário, da luta de classes, abordaremos não apenas as últimas tentativas do governo Allende de reverter o cenário catastrófico da economia, mas também analisaremos a participação da classe trabalhadora tanto nas esferas de poder que foram abertas pelo governo popular como naquelas esferas construídas pelos próprios trabalhadores, muitas vezes em rota de colisão até com o próprio governo, demonstrando não apenas a criatividade e a consciência construída durante décadas de lutas, mas também interesses específicos que conflitavam com a visão pragmática do poder público. Dividiremos nosso texto em três partes, a saber: 1 – A política econômica após outubro de 1972 e a paralisação do governo: apresentaremos as medidas de cunho econômico adotadas pelos gabinetes ministeriais escolhidos por Salvador Allende, as disputas internas entre setores que defendiam um avanço mais rápido nas nacionalizações e expropriações e grupos que defendiam a manutenção daquilo que já havia sido alcançado pelo governo, e a importância do elemento eleitoral dentro da lógica de disputa do poder pela Unidade Popular. 2 – A classe trabalhadora durante a ‘via chilena’ para o Socialismo: discorreremos sobre a classe trabalhadora chilena, como ela estava estratificada, como estava organizada e seu posicionamento em relação ao governo Allende. 3 – A fraqueza do governo e a ação independente dos trabalhadores: abordaremos as diferenças internas entre a coligação governamental de esquerda, seus reflexos na administração do Estado e o papel autônomo da classe trabalhadora em sua tentativa de construir instrumentos independentes de poder que pudessem atuar na vanguarda da luta de classes que se desenrolava no seio da sociedade chilena.

Palavras-chave: Chile; Economia; Socialismo; Classe trabalhadora; Salvador Allende.

AS EPIDEMIAS SÃO HISTÓRICAS: UMA RELAÇÃO ENTRE AS DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS E CRISES ECONÔMICAS NA AMÉRICA PORTUGUESA

Rodrigo Perles Dantas (UEM)

rodrigodantas789@gmail.com

Esta comunicação tem como objetivo o desdobramento de uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento, sobre a descrição, apropriação e uso de plantas medicinais na América Portuguesa dos primeiros séculos (XVI e XVII). Como esta temática se encaixa na área da História das Ciências da Saúde, pensamos em trazer contribuições importantes para a proposta do congresso de relacionar epidemias ou pandemias com as respectivas crises econômicas. O recente problema sanitário causado pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2) se reflete claramente nas economias nacionais, forçando a paralisação das atividades a fim de controlar o surto. Seguindo este pressuposto, pensamos ser interessante abordar a relação dos seres humanos com seus germes de maneira histórica, demonstrando como isso impacta o cotidiano e a vida socioeconômica. Nosso foco neste trabalho é o de estudar, por meio das fontes e da bibliografia especializada no tema, as doenças que grassaram sobre a população colonial e os impactos na produtividade. Buscaremos fazer uma análise geral, cobrindo principalmente a região Norte e Nordeste do atual Brasil. Partimos da ideia de que, como indicam as referências no tema, a maior "arma" do colonizador para seu estabelecimento e interiorização foram os germes, experimentados há milênios pelos europeus (muito pelo seu intercâmbio com outras regiões do globo), os quais possuíam um sistema imunológico mais adaptado à certas enfermidades. Os nativos americanos, condenados pelo seu longo isolamento geográfico, não compartilharam estas mesmas doenças que, ao contatar o colonizador, sofre com as consequências devastadoras da varíola, sarampo, gripes, resfriados, dentre outras. O contato humano mais próximo de animais domesticados e a vida em cidades mais densamente povoadas fez com que os povos eurasiáticos tivessem relação mais prolongada com as zoonoses, contribuindo com o sucesso colonizatório. Portanto, nosso objetivo é demonstrar como as doenças infectocontagiosas contribuíram com a colonização, a instalação da economia de canade- açúcar e a exploração das drogas do sertão na Amazônia, sendo estas exportadas para todo o mundo a partir do século

XVIII. Mesmo que, inicialmente, a mortandade entre os nativos abriu espaço para a fixação do europeu em terras americanas, após este processo, as enfermidades grassavam sobre a população tendo, a partir de então, efeito contrário, gerando baixas na mão de obra na América Portuguesa, formada, majoritariamente por escravos africanos no Nordeste açucareiro e por indígenas no interior da Amazônia. Estes grupos eram os mais vulneráveis da sociedade, já que eram mal alimentados e condicionados às mais precárias condições de habitação e higiene, contribuindo para a proliferação e transmissão das moléstias contagiosas. Assim sendo, quando as epidemias grassavam, estes trabalhadores escasseavam, gerando preocupação por parte de missionários e grandes proprietários que se aproveitavam desta mão de obra. São vários os relatos sobre o problema de produção que se seguia às moléstias no Período Colonial, gerando crises econômicas. Estas foram apontadas, inclusive como um dos motivos da expulsão dos holandeses do Nordeste açucareiro em meados do século XVII, já que a Companhia das Índias Ocidentais financiou os senhores de engenho para que pudessem trazer escravos africanos após uma epidemia de varíola na região que gerou grande mortandade entre os negros nas senzalas. Portanto, nosso trabalho tem como objetivo demonstrar que as doenças são históricas, acompanhando o ser humano ao longo de todo seu processo de expansão e que, claramente, por onde grassavam, as moléstias contagiosas geravam pânico e crises nos respectivos sistemas de produção, sejam eles simples ou complexos, gerando fomes e até mesmo conflitos sociais.

Palavras-chave: História das Ciências da Saúde; epidemias; crises econômicas; América Portuguesa.

A EDUCAÇÃO COMO TRANSIÇÃO ENTRE O TRABALHO MANUAL E O TRABALHO INTELECTUAL NO BRASIL NEOLIBERAL DO SÉCULO XXI

Wellington Joao da Silva (IFSP/Câmpus São Paulo)

welt.adrenalina@yahoo.com.br

Este artigo tem por objetivo fazer uma reflexão teórica sobre o papel da educação como ferramenta de transição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual da classe trabalhadora brasileira neste início de século XXI, que traz consigo a consolidação da nova fase histórica do sistema capitalista e, que apesar da existência de algumas resistências e tentativas de experiências não capitalistas, este se tornou, o modelo hegemônico, cuja sua aparência na concretude do atual momento histórico é o neoliberalismo, que como aponta Almeida e Furtado, utilizando-se do conceito de hegemonia, definido por Gramsci (2000), “a chegada do PT ao governo não teve um sentido contra hegemônico. Ao contrário, o que houve foi um processo de reforço da hegemonia política burguesa no Brasil” (ALMEIDA. FURTADO, 2017, p. 10). Partindo dos argumentos apresentados por Rebuá (2017), observamos que o Brasil, política, econômica e socialmente encontrar-se em um momento histórico cuja sua característica fundamental é uma contradição em sua essência, pois, apesar de sua definição progressista e das críticas feitas de forma constante ao modelo neoliberal, estes governos não findaram com tais políticas, e adotaram um modelo que pode ser denominado de social-liberalismos (REBUÁ, 2017 P. 109). Como resultado dessa contradição em sua base estrutural, verificar-se o surgimento de uma outra contradição no campo educacional que modifica seu papel na formação da classe trabalhadora brasileira. Assim, no período que inquestionavelmente ocorreu a maior expansão e democratização da educação na história do país, também é possível afirmar que o cenário vivenciado é de uma contínua negação do direito a educação básica à maioria da população brasileira, (PALUDETO, 2018, p.230). Neste sentido, o que se verifica em relação aos projetos de educação das massas, é que “a pedagogia mais importante do século XXI passa a ser a “pedagogia da deseducação”, projeto educacional, presente em todos os países que compõem o sistema capitalista, e a sua efetivação se dar de forma mais abrangente, “principalmente nos chamados países de capitalismo dependente e periférico” (NOVAES, 2018, p.51)”. O mundo do trabalho no século XXI apresentou-se, para os trabalhadores de todo o mundo – porém de

formas mais drásticas nos países de economias dependentes e periféricas –, com profundas transformações. Estas transformações, em si mesmas, estão em contínuo processo de mutação. Diante da realidade concreta, provocada pelo desenvolvimento desenfreado da tecnologia e da aplicação desta ao setor produtivo, além de um desenvolvimento econômico proporcionado por um período de crescimento da economia mundial, aliada a uma articulação política dos chamados “países em desenvolvimento”, o Brasil se mostrou para a população brasileira, em relação ao período anterior, como um país de oportunidades. Como em poucos momentos da História Brasileira, o Brasil se mostrava para o conjunto de sua população, como um país onde existe uma possibilidade concreta de um futuro melhor para todos. Segundo Ferreira (2018, p. 129), este cenário provoca uma corrida a formação superior, e como consequência desta, uma proliferação de faculdades de baixa qualidade. Estamos agora diante da questão central deste estudo. Trata-se da busca e necessidade de formação do trabalhador brasileiro, ao mesmo tempo, em que, esta formação, é transformada em mercadoria pelas políticas neoliberais. É importante lembrar que, ao falarmos de formação, nas palavras de Marx, estamos falando de “uma educação que desenvolva todas as dimensões e os sentidos humanos”, (MARX apud FRIGOTTO, 2018, p.19). Ou seja, a educação quando está relacionada apenas aos objetivos de desenvolvimento dos conhecimentos voltados a aplicação no mercado de trabalho, não cumpre com o seu papel de formação. Neste sentido, a educação que está sendo oferecida a classe trabalhadora brasileira e aos seus filhos, no contexto atual, é uma educação que atende apenas aos interesses do capital. Ferreira (2018), ao falar sobre projeto de educação salienta que, “qualquer projeto educacional, de forma implícita ou explícita, traz no seu substrato um projeto de sociedade, seja para manter o que existe, seja para construir um mundo novo” (FERREIRA, 2018, p. 137). Ora, se todo projeto educacional traz em suas entranhas um projeto de sociedade, e diante do exposto até o momento, as evidências de que o projeto educacional existente no Brasil hodierno tem por objetivo, os interesses do capital, a transição da qual estamos falando, seria a superação deste projeto atual, para um, no qual o objetivo e os interesses fossem de alto libertação, de criação de consciência, e de desenvolvimento dos potenciais humanos da classe trabalhadora. Marx ao apresentar uma educação voltada aos interesses dos trabalhadores, defende que ela precisa ter uma base teórica e prática, e ao mesmo tempo ser profissional, (MARX, apud FRIGOTTO, 2018, p.19). Ainda segundo o mesmo autor esta educação tem por objetivo no plano teórico a “defesa do caráter científico da escola, fundamento para entender como funciona o mundo da natureza e da sociedade humana” (MARX, apud FRIGOTTO, 2018, p. 19). Assim, o papel da educação, deveria ser o de proporcionar ao formando, os elementos

necessários para a compreensão do processo histórico de desenvolvimento dos meios de sobrevivência humana e, de como a humanidade se relaciona em suas especificidades territoriais que compõem as diversas sociedades existentes (FRIGOTTO, 2018, p. 19). No atual momento histórico, é impossível pensar na relação entre educação e trabalho sem pensar na transição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, no sentido de superação e de libertação do trabalhador enquanto ser consciente de sua condição no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Educação; trabalho manual; trabalho intelectual; neoliberalismo.

c)

Economia da Cultura

- Privilegia a análise econômica de objetos relacionados às produções simbólicas e materiais das sociedades. Tem lugar nesta linha a análise econômica do espetáculo cênico (teatro, música, dança), do mercado de arte, do patrimônio e das indústrias culturais (livro, disco, cinema, moda, propaganda). Reflete-se sobre questões relacionadas ao mercado de bens simbólicos, ao consumo de bens culturais e às políticas públicas voltadas para diversos segmentos culturais (intelectuais, religiosos e artísticos).
-

O LIVRO COMO PARATEXTO: A COLEÇÃO “COMO LER A BÍBLIA” (1990-1992)

Carolina Bednarek Sobral (PPGHE/USP)

carolina.bednarek@gmail.com

Em 1991, um ano após a primeira edição da Bíblia Pastoral, foi lançada pelas Edições Paulinas a coleção “Como Ler a Bíblia”. Cada um de seus volumes trazia interpretações dos livros bíblicos, capítulo a capítulo. Assim como a Bíblia Pastoral, o faziam sob a perspectiva da Teologia da Libertação, visível já nos títulos das obras, tais como “Como Ler o Evangelho de Lucas: Os Pobres Constroem a Nova História”, “Como Ler o Livro de Amós: A Denúncia da Injustiça Social”, ou “Como Ler o Livro de Miquéias: Um Profeta Contra o Latifúndio”. Os textos vinham sendo publicados no semanário “Bíblia-Gente”, também das Edições Paulinas (que possuíam grande inserção nas paróquias de todo o país por conta do folheto litúrgico “O Domingo”, amplamente utilizado nas missas) e foram, então, editados em formato de livro. Os primeiros volumes, que abordavam os livros mais populares da Bíblia, eram de autoria de Ivo Storniolo, Euclides Martins Balancin e José Bortolini, tradutores da Bíblia Pastoral, e de Marc Girard, este último membro da École Biblique et Archéologique Française de Jérusalem, instituição responsável pela Bíblia de Jerusalém, publicada no Brasil pelas mesmas Edições Paulinas, tradução na qual também participaram Storniolo, Balancin e Bortolini. A coleção foi um sucesso editorial e continuou sendo publicada ainda nos anos 2000. Seus volumes foram também traduzidos para o espanhol (“Cómo Leer la Biblia”) pelos editores paulinos da Colômbia. Considerando a ideia de paratexto editorial, elaborada por Gérard Genette (Gérard Genette, *Paratextos Editoriais*, Cotia, Ateliê Editorial, 2009), nossa proposta é compreender a coleção “Como Ler a Bíblia” como formada por livros que são, em si mesmos, paratextos ao texto bíblico, sobretudo à primeira edição Pastoral, de 1990. Assim, a editora, instituição mediadora por excelência, exerce também uma mediação religiosa entre o leitor e o texto, isto é, entre o católico e a Bíblia. Tal mediação de caráter duplo, editorial e religioso, somente foi possível dentro da Igreja pelo próprio status dos editores paulinos, padres ordenados. Ainda que as Edições Paulinas possuíssem também uma seção feminina, na qual freiras realizavam o trabalho editorial, somente aos homens cabia editar a Bíblia e, por conseguinte, livros de exegese e teologia. Por outro lado, a despeito do esforço eclesial para estabelecer interpretações

específicas do texto bíblico, as perspectivas pouco ortodoxas (e, por vezes, quase radicais) expressas nos volumes de “Como Ler a Bíblia” e na própria tradução Pastoral demonstram a existência de diversas interpretações no núcleo da Igreja Católica, impossibilitando que esta seja considerada como uma instituição única e homogênea. Tendo tudo isso em vista, a comunicação pretende apresentar a coleção “Como Ler a Bíblia” em sua relação com a Bíblia Pastoral e a Teologia da Libertação, questões abordadas por nossa pesquisa de mestrado em andamento, “As Edições Paulinas e a Comunicação Católica no Brasil no século XX”, sob orientação da Profa. Dra. Marisa Midori Deaecto e financiada pela Capes.

Palavras-chave: Como ler a Bíblia; Edições Paulinas; Bíblia Pastoral; Teologia da Libertação; Igreja Católica.

O LIVRO E A GUERRA: AS EDITORAS CLANDESTINAS DA RESISTÊNCIA FRANCESA E A CONSTRUÇÃO DO INTELLECTUAL ENGAJADO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX (1942-1947)

Fabiana Marchetti (USP/Fapesp/EHSS)
fabiomarchetti@gmail.com

Esta comunicação tem por objetivo apresentar referências do processo de resistência dos intelectuais franceses durante a II Guerra Mundial, a partir da fundação de duas editoras clandestinas: Éditions de Minuit e Bibliothèque Française. A primeira foi criada em 1942 por Jean Bruller (Vercors) e Pierre de Lescure, indivíduos envolvidos com o meio intelectual e editorial francês desde os anos 1930; a segunda, surge como órgão do Partido Comunista Francês (PCF), dirigida por Louis Aragon, e edita seu primeiro texto em 1943. O surgimento dessas estruturas da imprensa clandestina é tido como uma ação inovadora das formas de expressão do engajamento intelectual e das atividades de propaganda contra a ocupação nazista da França e a imposição de uma nova ordem social representada pelas práticas e ideologia do ocupante - que pretendia estender seu domínio por todo o mundo. O livro *Le Silence de la mer*, escrito por Vercors, inaugura a criação de um circuito editorial clandestino que mobilizou autores, gráficos, impressores, fornecedores de material e um sistema de distribuição que se diferenciava das práticas de produção e circulação de panfletos e periódicos. Em sua realização

material e na concepção de seu conteúdo, o livro se apresenta como um novo suporte para as ideias que também estão em guerra, na medida em que constroem e participam das formas de adesão, ou combate, às respectivas partes do conflito bélico. Segundo os historiadores do livro, surge a noção de uma literatura clandestina que aproxima, naquele contexto, a busca pela afirmação da liberdade de espírito da necessidade de engajamento ou, ao menos, de uma atitude engajada. Tendo em vista o tema e objetivo proposto pelo congresso, pretendemos refletir como as edições clandestinas e o conteúdo veiculado por elas representam esferas de uma “economia da cultura” no interior de uma “economia de guerra”. Essa rede de produção e resistência cultural/intelectual se estrutura no período 1939-1945, e acompanha os processos de transformação da sociedade francesa e mundial ao longo da segunda metade do século XX, que envolverão outras guerras de fato, e a chamada Guerra Fria. A partir de 1945, vê-se no caso francês, mas também em outras partes do mundo, um intenso debate sobre a natureza da produção intelectual e sua posição diante das questões polêmicas do período que envolviam, por um lado, a manutenção do imperialismo europeu diante de suas colônias e, por outro, a afirmação da nova hegemonia estadunidense. Ao lado dessa discussão histórica, tomaremos alguns pontos de reflexão com o debate sobre as condições culturais, políticas e econômicas com as quais estamos lidando no processo, ainda inconcluso, da atual crise. Novos suportes tem dado vida às relações e à prática intelectual, retomando e atualizando a ideia de engajamento e de superação da inércia imposta pelo confinamento e pela guerra ao vírus - que talvez tenha se revelado como ‘apenas’ mais uma face da revoltante dinâmica social e política do país nos últimos anos. Das editoras clandestinas da França ocupada em meio à Guerra Mundial, às manifestações políticas de um mundo em crise pandêmica no ano de 2020 demonstraremos alguns aspectos que possibilitam ao livro se atualizar como meio de ação e, mesmo diante da força tomada pelo antiintelectualismo no passado que evocamos e no presente vivido, permanecer como instrumento da livre expressão, da tomada de consciência, da reflexão crítica e, por vezes, de refúgio.

Palavras-chave: História do Livro; Segunda Guerra Mundial; Resistência Francesa; Editoras Clandestinas.

OS INTELLECTUAIS COMUNISTAS E AS QUESTÕES RACIAIS NOS ANOS 20: BRASIL E AMÉRICA LATINA

Geferson Santana (PPGHE/USP - FAPESP)

santanageferson@gmail.com

O objetivo da comunicação é analisar como os intelectuais comunistas brasileiros refletiram sobre as questões raciais entre os anos de 1922 e 1929. A Internacional Comunista (IC) ou Komintern, nos quatro primeiros congressos, discutiu sobre a questão colonial e o processo de escravização, opressão e exploração das raças não europeias (negros, indígenas e chineses), o que ganhou força nas teses do movimento comunista internacional. Este órgão e alguns líderes de Partidos Comunistas (PCs) da América Latina, reconhecendo a seriedade dos problemas de opressão e segregação racial existentes no território latino-americano, acabaram pressionando para que os brasileiros pudessem adotar uma nova postura teórico-ideológica em relação à temática. Sabe-se que os debates dos brasileiros foram muito influenciados pelas teorias raciais europeias, especialmente do Cesare Lombroso, Gustave Le Bon, Arthur de Gobineau e Herbert Spencer. Para entender os pontos de aproximação e distanciamento entre o PCB e o Komintern, assim como os discursos dos líderes comunistas sobre a questão racial no I Congresso Comunista, em Buenos Aires (Argentina), em 1929, serão analisados alguns textos clássicos como “Agrarismo e industrialismo” de Octávio Brandão, “Sociologia e apologética” de Astrojildo Pereira, “Por um socialismo indo-americano”, “Sete ensaios de interpretação da realidade peruana” e “O problema das raças na América Latina” de José Carlos Mariátegui, correspondência trocadas entre os comunistas brasileiros e a IC e os discursos que os latino-americanos proferiram no I Congresso. Faremos um aprofundamento do debate a partir da historiografia sobre as condições socioeconômicas dos trabalhadores não brancos, que associada aos documentos permitirá uma visão mais ampla das condições sociais e econômicas enfrentadas por estes. Foram alguns anos de negociação para que o PCB reconhecesse o preconceito e o racismo sofridos pelos negros e indígenas no país, sendo o texto “Situação do negro no Brasil” de Edison Carneiro, publicado nos anais do I Congresso Afro-Brasileiro, em 1934, no Recife, a primeira produção científica vinculada ao partido que reconhecia o racismo no Brasil e seus efeitos entre o proletariado. Nesse sentido, a comunicação inscreve-se dentro de um diálogo profundo entre a “Nova História Política”, nos termos cunhados pela historiografia

francesa, especialmente pelo historiador René Rémond, nos anos de 1980, e a “Economia da Cultura”, na medida em que analisa a “cultura política” e as redes de poder dos comunistas do período e a metodologia que adotaram para fazer circular suas ideias sobre estes debates pelos impressos (livros e periódicos). A comunicação apresentará um debate rico que contribuirá com as discussões sobre a atuação dos comunistas na pauta das questões raciais nos anos 20, assim como analisará documentos inéditos, num movimento de diálogo com a historiografia existente para tentar compreender aspectos das sociedades da América Latina que são citados nos discursos de congressos, impressos e outros documentos.

Palavras-chave: América Latina; Brasil; Intelectuais comunistas.

TEMPO PRESENTE E PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

Maria Angela Raus (PPGHE/USP)

xuraus@uol.com.br

O presente trabalho buscará refletir sobre a situação de restrições vividas atualmente pelo mercado de produção audiovisual de ficção seriada no Brasil e no México, tendo como objetos principais as empresas Globo e Televisa. É parte de pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica, na linha de pesquisa Economia da Cultura. Inicialmente a pesquisa de doutorado visava compreender melhor a circulação das novelas como histórias originais, adaptações ou remakes, ainda no início da produção do produto para o mercado, desde as radionovelas até a consolidação da Globo na televisão, abrangendo o período de 1941 a 1971, quando não havia internet e outras formas de acessar conteúdos de outros países e não se sabia o que era original ou reprodução. Porém, no decorrer dos trabalhos, encontraram-se limitações na ideia inicial, que impediam avançar nas possibilidades de circulação da produção da ficção seriada audiovisual. Como parte da reestruturação do projeto, procurou-se focar mais nas formas de circulação das produções, independente dos seus períodos de produção, incluindo também produções mais atuais. Nos últimos anos, o consumo de ficção seriada cresceu com o acesso proporcionado por novas tecnologias. Identificam-se nisso etapas: televisão aberta tradicional, com horário restrito para consumo; televisão paga; internet em canais não oficiais; serviços de vídeo on demand (VoD)

com empresas como Netflix e Amazon, que vendem o acesso a conteúdos audiovisuais de diversos países, além de investirem em produções próprias. O desenvolvimento de novas tecnologias e a presença dessas empresas fez com que empresas tradicionais de televisão investissem em novas estratégias de produção e circulação de seus produtos. A Globo vinha, nos últimos anos, investindo em plataformas digitais, especialmente no serviço de VoD, o GloboPlay, que foi lançado em novembro de 2015 e possui conteúdo de produção própria dos canais do grupo, séries e filmes estrangeiros e produções de séries originais da Globo para o serviço. Isso demandou grandes recursos. A Televisa também investiu em sua própria plataforma, Blim, além de parcerias com Netflix e Amazon Prime. O investimento nas plataformas digitais faz parte de uma estratégia de distribuição das produções dessas empresas, adequadas a novas demandas de mercado e a novos hábitos culturais. Antes, dependia-se mais da compra de produções por canais de televisão estrangeiros para que houvesse sua circulação. O trabalho apresentará resultados parciais da pesquisa de doutorado, abordando a história das formas de produção e de circulação da ficção seriada (telenovelas, minisséries e séries), a internacionalização dessas produções e as dificuldades em mercado interno e externo. Serão apresentados também alguns problemas decorrentes da pandemia. Assim como outros setores da economia, essas empresas precisaram paralisar a produção de conteúdo inédito. Ao mesmo tempo, algumas produções antigas estão tendo boa audiência. Fica a questão se isso será o suficiente para cobrir as expectativas de investimentos que essas empresas tinham sem esse cenário.

Palavras-chave: Indústria cultural; audiovisual; ficção seriada.

PARA A COMPREENSÃO DE UMA HISTÓRIA DAS “ESTRUTURAS DO COTIDIANO”: FONTES PARA O ESTUDO DE CULTURA MATERIAL

Natânia Silva Ferreira (IE/UNICAMP - FZL)

natania.silvaferreira@gmail.com

Um significado para a expressão cultura material pode ser descrito da seguinte forma: “A cultura material, reforçada pela tradição que nomeia assim a busca interpretativa dos bens materiais das sociedades, objetiva, em verdade, compreender os elementos materiais da cultura ou a dimensão palpável de uma realidade vivida” (MENESES; BORREGO, 2018, p. 02). Na perspectiva da História Econômica, diferentes autores trataram de cultura material, relatando especificidades de regiões e populações. É possível citar Braudel, com a sua “Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII)”, obra dividida em três volumes, sendo que o primeiro volume foi dedicado às estruturas do cotidiano (ou à civilização material) (BRAUDEL, 1997, vol. 1). A respeito da vida material, escreveu Braudel que remete a “homens e coisas, coisas e homens. Estudar as coisas – os alimentos, as habitações, o vestuário, o luxo, os utensílios, os instrumentos monetários, a definição de aldeia ou cidade –, em suma, tudo aquilo de que o homem se serve” (BRAUDEL, 1997, vol. 1, p. 19). Daniel Roche também é um nome relevante dentro da História Econômica para a compreensão de cultura material. A obra do autor, “História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX”, especialmente na segunda parte do livro, destacou o que foi denominado por seu escritor de “a vida comum”, envolvendo tópicos como as casas rurais e urbanas, os móveis e objetos, o vestuário e a aparência, o pão, o vinho e o paladar (ROCHE, 2000). A respeito de fontes para a compreensão de cultura material, nas palavras de Meneses, “os estudos de cultura material não se caracterizam nem pelo uso determinante de fontes materiais, nem como preocupação exclusiva com artefatos (...) mas pela análise da dimensão material de qualquer instância ou tempo da vida social. É por isso que tais estudos, longe de constituírem um domínio próprio, autônomo, podem estar presentes nos diversos campos da História. Daí a insuficiência de se trabalhar apenas ou preponderantemente com documentação material” (MENESES, 2007, p. 14). Assim sendo, o objetivo deste trabalho é o de apresentar uma discussão sobre as fontes históricas que podem ser utilizadas para a compreensão da temática de cultura material. Para

cumprimento do objetivo proposto, serão descritas e analisadas fontes materiais e fontes textuais, sendo elas: acervos de objetos de museus; inventários post-mortem; recortes de jornais e revistas; almanaques; livros de memórias. As fontes que servirão para a constituição deste trabalho são pertencentes a cidade de Varginha – localizada no Sul de Minas Gerais – e pertencentes a Belo Horizonte – capital do Estado. O contexto das fontes é o da passagem do século XIX para o século XX. Os inventários post-mortem são do município de Varginha e envolvem o período de 1882 (emancipação de Varginha como município) até 1920. As demais fontes são de Belo Horizonte e englobam o período de 1897 (inauguração da capital) até 1930. A respeito das fontes que serão utilizadas, é possível frisar que os artefatos de museus são fontes materiais que nos mostram parte de uma cultura em forma de matéria, palpável; são os próprios artefatos que circularam por uma região ou por uma cidade e fizeram parte do cotidiano de famílias ou pessoas específicas. Os inventários postmortem, como se configuram na listagem dos mais diferentes bens que possuíram os inventariados, são fontes textuais que servem de auxílio para a compreensão de cultura material de famílias ou pessoas determinadas. Os recortes de jornais e de revistas, na medida em que ressaltam estabelecimentos comerciais e os produtos que estavam disponíveis para consumo, são fontes textuais para a compreensão de cultura material. Almanaxes também contém especificidades de uma determinada localidade, como as pessoas que faziam parte da sociedade, suas ocupações, detalhes sobre datas importantes e atividades econômicas, sendo fontes que ajudam no entendimento de cultura material. Por fim, os livros de memórias, sendo fontes escritas por pessoas que viveram numa determinada região em épocas remotas, também são fontes essenciais para a averiguação da cultura material numa época específica. É possível afirmar, portanto, que as fontes citadas acima servem de suporte para a compreensão de uma história das “estruturas do cotidiano”, ou seja, servem para a investigação da realidade material de uma cidade, uma região ou um povo, num contexto histórico determinado.

Palavras-chave: Cotidiano; Cultura Material; Fontes Históricas; Varginha; Belo Horizonte.

NOTAS SOBRE O CINEMA BRASILEIRO NA “HEGEMONIA NEOLIBERAL”: OU, COMO O “SHAOLIN DO SERTÃO DERROT[OU] TOM HANKS” EM MÉDIA POR SALA NO CEARÁ

Peterson Soares Pessoa (PPGHE/USP)

peterpersonpessoa@usp.br

Grosso modo, o chamado “novo cinema” brasileiro, que surgiu no período da “retomada” (1992-2003), foi marcado por uma grande diversidade temática e por uma forte presença de representações das identidades das classes populares. De certa maneira, considerando os títulos de maior bilheteria do período, é possível afirmar que o cinema da “retomada”, tal como o “Cinema Novo” (década de 1960), se pautou por uma exploração o universo popular brasileiro. O sertão, a migração e, principalmente, as favelas dos grandes centros urbanos reaparecem no universo fílmico nacional em um contexto político e econômico radicalmente diferente. Com uma postura ideológica alinhada à dinâmica neoliberal (no que tange às questões de produção), os/as cineastas da “retomada” valorizaram a figura do/a autor/a em seus trabalhos: um “revolucionário” carente de recursos financeiros para tocar seu trabalho e conectado à realidade dos problemas sociais e econômicos do país.¹ É importante salientar que o termo “Cinema da Retomada” não se refere a uma proposta estética radical para o cinema brasileiro, muito menos a um movimento organizado (e orgânico) de cineastas em torno de um projeto político coletivo. A noção (largamente utilizada pela mídia brasileira) remete ao último grande ciclo de expansão (em termos quantitativos: de títulos e de bilheteria) da história do cinema brasileiro. Em outras palavras, refere-se à adequação dos/as cineastas às transformações econômicas e políticas (de cunho neoliberal) que se desdobraram no decorrer das décadas de 1990 e 2000. Sob tais condições, viabilizadas por meio de uma política cultural fomento baseada no desmonte das estruturas estatais de fomento (Embrafilme) e nos incentivos fiscais para os investimentos na área da cultura, as relações entre os/as cineastas, o Estado, os agentes de distribuição e o público se modificam substancialmente. Até a década de 1990, a Embrafilme, empresa de economia mista com capital majoritariamente estatal criada em 1969, consistiu na principal fonte de financiamento direto do cinema brasileiro, além de ser a maior empresa nacional do setor de distribuição de títulos. Embora tenha surgido em pleno regime militar e de ter sido produto de intenções dirigistas conservadoras, é possível afirmar que a Embrafilme atendeu às

demandas da classe cinematográfica. Com a sua extinção em 1990, o Estado brasileiro (nos governos Collor, Itamar, FHC e Lula) passou a tratar a questão da cultura como um “problema de mercado”, retirando do Estado o papel de patrocinador e mantendo apenas a função de “regulador” da atividade (Agência Nacional do Cinema, a partir de 2001). A “produção cultural”, lato sensu, passou a ser vista como qualquer outra área produtiva, que deveria se sustentar sozinha mediante inserção no mercado (captação de recursos em empresas privadas e/ou de economia mista)². Nesse contexto, é razoável afirmar que o papel do cineasta mudou radicalmente: “do porta-voz de discursos interpretativos e propostas para a sociedade” para o profissional da indústria da cultura e da publicidade. Como técnicos criativos especializados na realização de filmes vinculados a enredos que atendem às demandas dos grandes financiadores (exposição da marca) e das distribuidoras transnacionais (entrada massiva de títulos estrangeiros e exportação das melhores produções nacionais), em certa medida, realizam, no plano da “produção simbólica” o pacto social próprio da redemocratização cujo fundamento, no contexto da “hegemonia às avessas” (no cinema!) consiste na sedução de espectadores para a festa do consumo cultural (em salas “multiplex”). Iniciado pela “retomada”, o processo de transformação/adequação do cinema brasileiro ao mercado transnacional de exibição de filmes alcança seu apogeu nos governos Lula. O cinema brasileiro tornou-se nesse período um “global player” no circuito competitivo internacional. No entanto, a “questão nacional”, um dos temas centrais de discussão do “Cinema Novo”, por exemplo, sai de cena, e seu conteúdo se subsume à dinâmica da produção de ponta. No contexto atual, o popular se confunde com comercial: “a revolução não chegou; vieram o crédito consignado e o IPI reduzido. Cultura é mercadoria”.

Palavras-chave: Hegemonia às às avessas; despolitização da cultura; neoliberalismo; cinema da retomada; Embrafilme

d)

Indústria, Tecnologia & Urbanização

- Tem como objetos privilegiados de estudo as cidades e a economia urbana. As pesquisas vinculadas à linha devem enfatizar as novas relações estabelecidas entre os homens e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, assim como com os novos padrões de sociabilidade constituídos a partir do processo de urbanização. Fazem parte desta linha pesquisas sobre o desenvolvimento tecnológico, a formação de setores industriais, os projetos de urbanização e de intervenção no espaço urbano, além de perspectivas sobre as ações sociais relacionadas às transformações das cidades, à evolução da produção industrial e ao desenvolvimento científico.
-

INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA E INTERNACIONALIZAÇÃO DE CAPITAIS NO BRASIL NO PÓS - SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: UMA REINTERPRETAÇÃO PLANO DE METAS (1956 – 1961)

Acson Gusmão Franca (UFVJM)

acson_gusmao@hotmail.com

Após a irrupção do capitalismo monopolista, ocorrida no imediato pós Segunda Guerra Mundial houve uma reorganização sistema de produção vigente, de modo que as novas operações comerciais, financeiras e industriais realizadas nos mercados globais estiveram sob o comando da grande corporação norte-americana (FERNANDES, 2005). Neste íterim, se desenvolveu no centro capitalista um novo padrão de acumulação, baseado na relação entre o planejamento estatal e a expansão da grande empresa, configurando a fase inicial do processo de internacionalização do capital: a fase da internacionalização produtiva, quando o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), internacionalizou os mercados internos (CAMPOS, 2009). Nesta situação, a periferia era o único espaço disponível para a expansão do capitalismo, sendo que o seu controle passou a ser fundamental para o mundo capitalista. A economia brasileira, por exemplo, passou a ser uma das grandes receptoras destes capitais internacionais, que atraídos pelas condições estruturais do país adentraram ao espaço nacional, na forma de IDE, no intuito de “promover” a industrialização pesada, sem romper com os dilemas da nossa formação. O avanço da industrialização no Brasil dependia então diretamente da capacidade do Estado brasileiro romper certas limitações históricas e construir, através do planejamento econômico, organismos e instrumentos de execução, uma base integrada e tecnologicamente autônoma de bens de capital. Em outros termos, seria o Estado o responsável por criar as condições para que isso ocorresse de fato. Em consonância a isto, em fins de 1956, Juscelino Kubitscheck, após vencer as eleições presidenciais elaborou o plano mais bem articulado e estruturado da história do desenvolvimento capitalista nacional, com o intuito de executá-lo nos cinco anos vindouros, isto é, 1956 -1961. De fato, o Plano de Metas consistiu num conjunto de 30 metas, divididas entre os setores de Energia, Transportes, Alimentação, Indústrias de Base e Educação, ambas orientadas em dar continuidade ao processo de substituição das importações e superar os principais pontos de estrangulamento que impediam a expansão industrial da economia brasileira naquela fase (LESSA, 1983). Nesse sentido, o presente trabalho tem como objeto central o Plano de Metas (1956- 1961), executado no governo de Juscelino Kubitschek. Desse

modo, objetiva-se compreender a relação que se estabeleceu entre o capital internacional e o Estado brasileiro nesse período, de maneira a vislumbrar como a mesma possibilitou a realização das metas setoriais mais estratégicas aos interesses externos. Além disso, o trabalho se propõe a identificar os limites impostos pelo capital internacional ao planejamento econômico brasileiro, diante da dependência externa. Feito essas considerações mais gerais, a hipótese desse trabalho é que à medida que o Estado brasileiro “direcionou” a industrialização pesada, por meio dessa relação estabelecida com o capital internacional, mais dependente e subordinado ao capital internacional se tornou o desenvolvimento da economia brasileira. Para atender a estes objetivos propostos, bem como de corroborar essa hipótese apresentada, de antemão, faz-se necessária uma pesquisa de revisão bibliográfica, a partir da leitura de obras de autores, que interpretaram esse período de forma mais crítica, considerando as debilidades históricas de nossa formação, isto é, cujas abordagens vão de encontro aquelas de Florestan Fernandes, Caio Prado Jr. e Celso Furtado. Além disso, será realizada a releitura do documento oficial do Conselho de Desenvolvimento Nacional que lançou o Plano, bem como das bibliografias já conhecidas que trataram do mesmo, tais como: Carlos Lessa, Benevides e Jose Serra. Ademais, serão realizadas consultas fontes primárias no intuito de obter documentos oficiais, legislações específicas, dentre outros dados referentes aos planos e ao período analisado, como: i) metas setoriais; ii) total de investimentos públicos; iii) fluxo de investimento direto estrangeiro; iv) balanço de pagamentos; v) endividamento externo; vi) produto interno bruto (PIB); etc. Em suma, espera-se que um estudo dessa dimensão venha a contribuir para estudos futuros de novos pesquisadores que desejem compreender o processo de industrialização pesada, à luz de uma perspectiva mais crítica. Retomar essa perspectiva nessas condições apresentadas nos permite não apenas revistar a história econômica brasileira, identificando as debilidades estruturais que limitaram a política econômica brasileira nesse período, mas vislumbrar alternativas que nos possibilitem romper com os nexos que mantêm a dependência externa e o subdesenvolvimento. .

Referências bibliográficas utilizadas: CAMPOS, F.A. A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-2002). 2009. Tese (doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005. LESSA, C. Quinze anos de política econômica. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983

Palavras-chave: Estado; Capital internacional; industrialização pesada; planejamento; dependência

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A INDÚSTRIA BRASILEIRA, ESTÍMULO OU BARREIRA? UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DO CONFLITO SOBRE O SETOR INDUSTRIAL NACIONAL (1914-1918)

*Amanda Gonçalves Marinho (USP) &
Guilherme Barreto Bacellar Pereira (UFF)*
guilhermebbpereira@gmail.com

A Primeira Guerra Mundial e a indústria brasileira, estímulo ou barreira? Uma análise sobre os impactos do conflito sobre o setor industrial nacional (1914-1918) O presente artigo surgiu de algumas questões em comum das pesquisas de pósgraduação realizadas pelos autores, ambos focados no incremento do setor industrial brasileiro ocorrido no final do século XIX e início do XX. Dessa maneira, um período que sempre se mostrou bastante controverso sobre a importância, positiva ou negativa, foi a Primeira Guerra Mundial. A Primeira Guerra Mundial trouxe mudanças significativas para os países envolvidos diretamente nela, especialmente em termos econômicos e políticos. Contudo, países periféricos ou que não atuaram na linha de frente sofreram impactos pelo conflito, que vão desde aos contatos externos e transações comerciais com outras nações, como modificações em sua estrutura interna. Em função disso, nesse artigo visamos aprofundar a análise sobre este momento e suas repercussões para economia brasileira. Há um debate constante sobre os efeitos da Primeira Guerra Mundial e, mais especificamente, sobre o processo industrial nacional, tanto durante o conflito, como após o seu final e seus desdobramentos. Nesse sentido duas teorias se destacam: a) o argumento dos choques adversos que observa o conflito como um evento inteiramente positivo, sobretudo, na ideia de que isso proporcionou a substituição de importações no Brasil, graças a uma oferta externa de bens industrializados que foi reduzida pela ocorrência da Guerra, associada a uma demanda do mercado interno que continuou a existir; b) a ideia da industrialização impulsionada pelo setor exportador que argumenta justamente o contrário, com o processo industrial sendo interrompido pelas limitações impostas pelo conflito, por exemplo, ao acesso

de matérias primas e tecnologias fundamentais para o setor. Além da bibliografia de referência sobre o tema como, Warren Dean (1976), Annibal Villela e Wilson Suzigan (1973), Albert Fishlow (1972), Flávio Versiani e Maria Teresa Versiani (1977), Wilson Cano (1977), e dados sobre a produção industrial do período, focaremos também nos investimentos realizados, a fim de termos uma visão mais ampla sobre os reais impactos da guerra sobre o setor industrial. Assim, poderemos ter uma noção mais clara dos fatores que contribuíram, ou não, para o desenvolvimento industrial brasileiro no início do século XX. Apesar do assunto ser bastante trabalhado até mesmo no Ensino Básico, principalmente sob a ótica do processo de substituição de importações, não sabemos se há uma verdadeira compreensão dos reais impactos da Primeira Guerra de forma ampla na indústria brasileira. Por fim, cabe destacar se as mudanças observadas durante o conflito se mantiveram para o período imediatamente posterior. Ou se essas alterações ocorridas, positivas ou negativas, se mostraram efêmeras, sendo relevantes somente se observarmos o período relativo ao conflito em si, sem maiores desdobramentos sólidos para a indústria brasileira.

Palavras-chave: industrialização; guerra; teorias; mudanças.

AS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DA VILA ARENS, EM JUNDIAÍ (1874 – 1930)

Carlos Camilo Mourão Junior (PPGHE/USP)

carlosmouraojr@gmail.com

O objetivo desta proposta de comunicação é problematizar a implantação de indústrias têxteis na Vila Arens, no município de Jundiaí, entre o final do século XIX e início do XX, destacando a relação dessas indústrias com o setor agroexportador, sobretudo cafeeiro, e com o mercado interno, cuja dimensão ganhava, a partir de então, novos contornos. Esse recorte integra a pesquisa que está sendo desenvolvida por este autor no curso de mestrado em História Econômica da FFLCH/USP. Como relatam os viajantes Karl Von Martius (1938, apud MOTA, 2003) e Hércules Florence (1977, apud MARQUES, 2008), a vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiaí não apresentava uma ocupação urbana densa e expressiva até meados do século XIX, embora estivesse localizada em posição estratégica para a circulação de pessoas e mercadorias,

uma vez que dela partiam os caminhos que levavam a Minas Gerais e Goiás. Essa situação, entretanto, seria significativamente alterada pela confluência de três elementos: impulso da produção cafeeira, chegada da estrada de ferro e o aparecimento das primeiras indústrias locais, dentre as quais se destacaram as indústrias têxteis. Assim, acompanhando e, por vezes, acelerando o avanço do café, os trilhos da São Paulo Railway – SPR chegaram a Jundiaí em 1867. Na sequência, vieram os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1872, e da Companhia Ituana, em 1873. Como atividade complementar ao complexo cafeeiro-ferroviário, surgiu a Tecelagem Jundiahiana de Tecidos e Cultura, de propriedade de Antônio de Queirós Teles, o Barão de Jundiaí, fundada em 1874 com o objetivo inicial de produzir sacaria para o café. O palco central desse processo foi a várzea do rio Guapeva, localizada a sudeste da colina originária de Jundiaí, área que mais tarde seria denominada Vila Arens. Ali foram edificadas os armazéns e a estação da SPR, e a combinação dos trilhos com a disponibilidade de água fluvial (seja para força motriz, seja para escoamento de dejetos) tornou o local atrativo para a nascente indústria têxtil jundiaiense. Além da pioneira Tecelagem Jundiahiana (1874), a Vila Arens abrigaria mais tarde também a Sociedade Industrial Jundiaiense / Argos Industrial (1913) e a Fábrica de Tecidos Japy (1914). A implantação dessas primeiras indústrias têxteis na Vila Arens, em Jundiaí, antecedeu o processo consistente de industrialização verificado na economia brasileira após 1930. Cabe assinalar que Furtado (1963) e Tavares (1972) diferenciaram o desenvolvimento industrial ocorrido antes e depois da Grande Depressão: o primeiro teria sido induzido pelo crescimento da renda interna resultante da expansão do setor exportador, principalmente, do café; já o segundo seria caracterizado como industrialização substitutiva de importações decorrente de um choque adverso (guerra ou crise internacional). Nesse sentido, Furtado (1972) lembrou que as exportações de produtos primários engendraram atividades complementares como o processamento, o ensacamento e o transporte de grãos, açúcar e sementes, fomentando o aparecimento de indústrias destinadas a auxiliar o setor agroexportador. Em adição, Furtado (1970) sentenciou que essa primeira fase do desenvolvimento industrial brasileiro, compreendida entre a última década do século XIX e a crise de 1929, restringiu-se à introdução de um núcleo de indústrias de bens de uso corrente (tecidos, couro, alimentos elaborados) que se tornavam viáveis em razão da renda disponível para consumo auferida com as exportações. Corroborou para esse processo a paulatina urbanização que criava novos hábitos e exigências. Desse modo, a recuperação da trajetória das primeiras indústrias têxteis da Vila Arens, no município de Jundiaí, permitirá a formulação de questões a serem debatidas à luz das interpretações clássicas sobre o crescimento industrial

brasileiro anterior a 1930, indicando algumas potencialidades e alguns limites desses modelos interpretativos. Como hipótese de pesquisa, admite-se que embora a instalação inicial das indústrias têxteis na Vila Arens assumisse função complementar à lavoura, como a produção de sacaria, o incremento e a diversificação da produção dessas fábricas se deram por outros arranjos econômicos que estão relacionados, em maior ou menor grau, ao aumento da demanda causada pela majoração da renda e pela crescente urbanização.

Referências Bibliográficas: BEM, Sueli. F. Conversa de Patrimônio em Jundiaí. São Paulo: Edusp, 2014. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. _____. Formação econômica da América Latina. Rio de Janeiro: Lia Editor, 2ª ed., 1970. _____. Análise do “modelo” brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972. MARQUES, J.R. Jundiaí – um impasse regional. Dissertação de mestrado, Departamento de Geografia Humana, FFLCH, USP, São Paulo, 2008. MOTA, Carlos Guilherme. São Paulo: exercício de memória. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 48, Aug. 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200020&lng=en&nrm=iso, acessado em 06 Jul. 2020. TAVARES, M.C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Palavras-chave: indústria têxtil; urbanização.

“LIBERDADE DO TRABALHO, LIBERDADE DA INDÚSTRIA”: O EXCEDENTE DE MÃO DE OBRA OPERÁRIA NA INDÚSTRIA PAULISTA

Eujacio R Silveira (PPGHE/USP)

ersilveira@usp.br

“Suprimi o trabalho e tereis a revolução” (adágio dos industriais paulistas na década de 1920) Este artigo tem como principal objetivo abordar a questão do excedente de mão de obra que se transferiu das zonas cafeeiras do interior paulistas para às indústrias, sobretudo da capital. Dois aspectos mobilizam nossa atenção, o primeiro é o caráter da força de trabalho nas indústrias de São Paulo, sob o ponto da imigração. O segundo diz respeito das técnicas de controle da força de

trabalho adotadas pela patronal para maximizar seus lucros com uma superexploração do trabalho operário. O desemprego, na acepção de Marx, constitui o exército industrial de reserva, tende a contrair-se e expandir-se como consequência do aumento e posterior diminuição do ritmo de acumulação, como também pelas transformações técnicas, contribuiu para a formação de um excedente de mão de obra. Na economia cafeeira paulista, a adoção de tecnologia nas fazendas de café, como por exemplo, máquinas de beneficiamento na lavoura do café, ajudou na ociosidade da força de trabalho no campo. Com a riqueza gerada pela economia do café, o setor industrial de São Paulo avançou consideravelmente em relação aos de outros estados brasileiros. Seu dinamismo econômico se explica pelas circunstâncias específicas que fizeram de São Paulo, já na década de 1920, o principal polo econômico do país. A crise da economia cafeeira no período de 1898 a 1910 provocou a vinda de um expressivo suprimento de mão de obra para o setor industrial. O êxodo de trabalhadores do campo registrado neste período, com a redução ou estancamento do plantio, em muito contribuiu para que não houvesse pressões no mercado de trabalho urbano. Isso porque o excedente da força de trabalho existente pressionava os salários pagos pela indústria para baixo, considerado à época, um dos mais baixos em comparação àqueles pagos em outros centros industriais do país, como mostrou Wilson Cano no “Raízes da concentração Industrial em São Paulo” (1975). Destituído de qualquer meio ou condições de reproduzir-se socialmente, ao trabalhador da indústria – na sua maioria constituída de imigrantes – só restou à venda de sua força de trabalho, porque ele próprio já integrava a cadeia do capital. O modo de produção capitalista impele o trabalhador a vender sua mão de obra para reproduzir-se socialmente e capacitar continuamente o capitalista a comprá-la, tendo como fim a reprodução de capitais e geração de riquezas. Portanto, a constituição de um exército de reserva de força de trabalho em São Paulo reuniu as condições indispensáveis na industrialização de São Paulo; ou seja, depreciação dos salários pagos pela indústria. Explorando a abundante oferta de mão de obra existente, mais a efetiva ausência de uma legislação trabalhista, coube nessa equação o largo emprego da mão de obra feminina e de menores nas indústrias paulistas, destaque para o ramo têxtil. Pode-se afirmar, sem sombras de dúvidas, que o processo de industrialização em São Paulo se realizou, em grande medida, tendo por base à adoção de uma política deliberada de baixíssimos níveis de remuneração salarial. O empresariado se valendo de critérios pouco objetivos para o pagamento em suas indústrias costumava arrochar os salários ao máximo, fazendo famílias inteiras vender sua força de trabalho para compensar sua já estigmatizada realidade. Para Roberto Simonsen, o controle dos trabalhadores era uma preocupação central, mas não o único elemento a se pensar; defendia que

as chamadas questões sociais deveriam ser solucionadas pela “aplicação sistemática de conhecimentos técnicos e não por meio de soluções políticas menos racionais”. Além disso, a urgência de adequar-se ideologicamente às exigências de um projeto de racionalização industrial capitalista que passava pelo controle operário, foram respostas decisivas para a constituição de uma unidade de ação do empresariado industrial em suas entidades de classe, cuja finalidade ganhava contornos políticos: CIFT-SP (1919), CIESP (1928) e FIESP (1931). Mais coesa em termos de unidade de classe, a burguesia industrial pode enfrentar os novos desafios colocados pela mobilização operária após a Greve Geral de 1917.

Palavras-chave: Imigração, mão de obra, indústria, capital, excedente.

VENDAS À BOA SAÚDE: MEDICAMENTOS E SERVIÇOS MÉDICOS NO PARANÁ ENTRE 1853 E 1930

Fábio Lucas da Cruz (IFPR)

fabio.cruz@ifpr.edu.br

O trabalho analisa serviços de saúde pública, oferta de atendimento médico particular e venda de medicamentos no Paraná desde sua emancipação em 1853 até o fim da Primeira República em 1930. As políticas dos governantes do Paraná no Período são caracterizadas por ataques a povos indígenas, valorização de imigrantes para ocupação de áreas agrícolas e discurso racista acompanhado de culpabilização da população negra pela pobreza. Negros estavam entre os mais pobres que estavam presos e não recebiam vacinação e atendimento médico, o qual ainda era visto como caridade e ofertado de forma precária pelas Santas Casas. Estas dependiam de doações e de ganhos obtidos em sorteios de loterias promovidos pelo estado. Não havia estrutura pública para salvar vidas e, diante das primeiras epidemias do estado, os governadores viram-se diante da necessidade de resolver problemas a falta de cemitérios e as recorrentes epidemias. Com base na análise dos Relatórios de Governo da Província do Paraná e de edições do Jornal “Dezenove de Dezembro”, ambos disponíveis no Arquivo Público do Paraná, produzimos uma comparação entre períodos de epidemias de febre amarela e varíola com os números de vacinados. Quando a capital Curitiba teve mais mortes por varíola, o governo investiu em vacinas seguindo as recomendações do governo imperial. A vacinação era precária

diante da ausência de vacinadores, do pouco conhecimento sobre a população paranaense, sobre as causas das doenças e sobre o próprio processo de vacinação. O processo de vacinação começou em 1855. Em 1861, houve diminuição no número de vacinados devido à falta de voluntários para aplicar a vacina. Em 1874, observamos o maior número de vacinados para uma população que já se aproximava de cem mil habitantes. Notamos a correspondência entre os casos de varíola e o aumento da vacinação para esta doença na década de 60. A febre amarela aparece mais na década de 70. Por causa das epidemias, foram realizados investimentos progressivos em higienização das ruas na região dos portos, principalmente em Paranaguá, além de medidas de quarentena de navios recém chegados. As construções de lazaretos, cemitérios e do hospital na capital foram realizadas com interrupções causadas por debates sobre os altos gastos públicos em tais empreitadas. Reformulações de impostos passaram a integrar progressivamente meios de conseguir mais recursos para estas construções. A partir do fim do século XIX, observa-se a cópia de tratamentos e anúncios de medicamentos como elixires que já faziam sucesso na Europa. Realizamos análise de anúncios de jornais paranaenses do período e observamos que houve um crescimento rápido no mercado da saúde diante da incapacidade do Estado de lidar com os problemas sanitários. Porém, aos casos das doenças epidêmicas cresceram até que o próprio Estado interferiu com medidas mais efetivas de vacinação nas primeiras décadas republicanas. No caso do acompanhamento médico e tratamentos, progressivamente acentuou-se a desigualdade de acesso às condições para tratamento da saúde.

Palavras-chave: Saúde Pública. Medicina. Vacinação. Medicamentos. Paraná.

UM RIO DE OBRAS: UMA ANÁLISE SOBRE AS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1956-1957)

Pedro Sousa da Silva (PPGH-UFF)

pedrosousadasilva13@gmail.com

Ao longo da década de 1950 a cidade do Rio de Janeiro, vivendo seus últimos anos como capital federal, passava por um acelerado crescimento urbano. O aumento da área construída e do número de habitantes agravaram alguns dos problemas urbanos históricos do município. Questões como a falta d'água, engarrafamentos e déficit de moradias faziam parte do cotidiano dos cariocas. Tal situação levava a uma demanda constante por obras públicas que enfrentassem os problemas vivenciados pelos moradores da cidade. Partindo de dados publicados no diário oficial da cidade do Rio de Janeiro este trabalho analisará as obras públicas em curso no município entre 1956 e 1957. Com base nestas informações examinaremos a distribuição destas intervenções urbanísticas pelos bairros da cidade, o vulto dos investimentos nestas obras, o valor investido pela Secretaria de Obras em cada distrito do município e quais empreiteiras comandavam tais obras. Compreendendo o espaço urbano como um produto social que é fruto das ações de agentes que são acumuladas ao longo do tempo, nosso trabalho priorizará o estudo das ações como Estado como modeladoras da reorganização espacial. As obras públicas não podem ser compreendidas como simples ações dos governantes em resposta aos problemas da cidade. Através de grandes empreendimentos de infraestrutura como a construção de sistema viário, calçamento, águas e esgoto, o Estado mobiliza interesses de diversas frações de classe. Restringindo nosso estudo aos efeitos destas ações entre as frações da classe dominante, percebe-se que a execução das obras cria mercado para as empreiteiras e favorece os interesses do capital imobiliário ao intervir no processo de segregação residencial da cidade. Os anos 1950 no Rio de Janeiro apresentam uma oportunidade especial para compreender o efeito das obras públicas no processo de urbanização de uma grande cidade. A intensa migração interna mantinha o ritmo do crescimento populacional que passou a marca de três milhões na virada para os anos 1960. O processo de favelização também atingiu índices alarmantes, chegando a um aumento de 98% em comparação com a década anterior. Na orla oceânica da Zona Sul carioca, território mais cobiçado pelo mercado imobiliário, o ritmo de verticalização das

construções em Copacabana cresceu 86% em dez anos e continuava a se expandir para novas áreas como a Gávea, que aumentou sua ocupação em 48% no mesmo período. As obras públicas não conseguiram acompanhar a acelerada mudança pela qual a cidade passava por causa das sucessivas crises políticas que atingiam o Rio de Janeiro. As obras da Avenida Perimetral e da Radial Oeste iniciaram oficialmente em 1952, mas pouco progrediram nos quatro anos seguintes. Em igual situação se encontrava o Túnel Catumbi – Laranjeiras enquanto o desmante do Morro do Castelo, na área central, não passava da fase inicial. As raízes destas dificuldades na administração e execução das obras podem ser parcialmente respondidas ao atentar-nos para a estrutura fragilizada do Executivo Municipal pelo qual passaram seis prefeitos entre 1951 e 1958. Indicados pelo Presidente da República, os prefeitos do Rio de Janeiro não tinham tempo de mandato definido ou autonomia suficiente para impor suas políticas frente ao conturbado cenário político carioca dos anos 1950. Dentro deste cenário, nosso trabalho pretende analisar como as obras realizadas pela Prefeitura interviam nos diversos problemas urbanos do Rio de Janeiro. Entender em quais locais as obras foram executadas e valor investido nestes empreendimentos é fundamental para perceber a influência do Estado na segregação do espaço urbano.

Palavras-chave: Empreiteiras; Estado; Obras Públicas; Rio de Janeiro; Renovação Urbana

e)

Instituições & Políticas Públicas

- Comporta estudos sobre as diversas instituições políticas, econômicas e sociais existentes tanto em contextos nacionais como internacionais. Além disso, a linha também se volta para a análise da atuação de empresas, consumidores e organizações da sociedade civil envolvidos no processo de tomada de decisões. Pesquisas sobre a origem e o desenvolvimento dos Estados Nacionais, a institucionalização de regras sociais e econômicas, além dos instrumentos de políticas públicas, são alguns dos diversos temas que encontram guarida nesta linha.
-

HOME OFFICE E A DISCIPLINARIZAÇÃO DO TRABALHADOR NO BRASIL

Abraão da Cruz Tavares (UNIFESP)

Gabriella Rodrigues Rocha (UNIFESP)

atavares.kemp@gmail.com

Na ideologia neoliberal se governa através das faculdades de autogestão dos indivíduos, o que permitiu aos trabalhadores a liberdade para autogerirem a construção de suas trajetórias profissionais. Neste cenário surgem novas modalidades de trabalho como o home office normatizado no Brasil em 2017 pela Lei nº13.467, em que é atualmente – devido a pandemia do Corona Vírus (Covid19) – a forma de trabalho usada por grande parcela das empresas. De maneira sintética, o teletrabalho, ou como adotaremos neste estudo o home office, é uma categoria de trabalho que se dá pela “(...) prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo”, de acordo com o artigo 75 da Lei. Em sua regulamentação, alguns aspectos chamam a atenção no tocante à precarização das relações de trabalho e a uma dinâmica que poderá ser refletida por um ordenamento de disciplinarização do trabalhador em sua rotina e casa, tempo e espaço respectivamente. Diante disso este estudo tem como finalidade analisar os aspectos da adoção do home office, os rumos que ele vem seguindo no Brasil, sobretudo a partir da aplicação da Lei, tendo como referencial o advento do regime flexível do trabalho, e como esta modalidade de emprego pertence a uma linguagem "sacrificial" de salvação atual do capitalismo em crise, corroborado pelo processo de disciplinarização do trabalhador a partir do entendimento de sociedade disciplinar de Michel Foucault. Considerando os dualismos capital/trabalho no contexto de subordinação exploratória que o segundo passa pelo primeiro, colocamos o trabalho – que neste estudo damos o sentido exclusivo de ocupação profissional na esfera da produção social do capital – na centralidade da vida. Por uma perspectiva Weberiana o trabalho é alentado como fim em si mesmo. Seguimos a ideia do autor que conclui não mais o sistema capitalista se apoiar em uma conduta religiosa tendo a atividade profissional como meio e sim, uma atividade fim. Destarte, pergunta-se como se dá a leitura da disciplinarização e fabricação de corpos compatíveis com a “invasão” do espaço e do tempo por parte das empresas nas residências do trabalhador: o que chamamos de

dinâmica pública/privada. A casa como espaço e a rotina como tempo são diretamente impactados na manifestação do discurso ideológico da individualização do ser inserido no sistema competitivo e de valorização do capital humano, manifestado no neoliberalismo pela posição, de acordo com Foucault, do “eu empreendedor” – um eu que faz cálculos de si próprio e que trabalha em si mesmo para o aprimoramento de suas habilidades, ou seja a autogestão da construção de sua empregabilidade. Neste sentido o home office no Brasil possui dois cenários: de uma lado estão os trabalhadores qualificados – estes possuem maiores proteções sociais, principalmente aqueles contratados diretamente pela empresa na modalidade de pessoa física, e são estes trabalhadores que possuem acesso a tecnologias de informação e de comunicação (TICs) como prevê a Lei brasileira. Do outro lado estão os trabalhadores com baixa qualificação, em que se acentua a precariedade do trabalho, com baixos salários e a grande maioria sem proteção social, além de terem menos acesso às TICs, condição esta muito presente no setor têxtil. Desdobra-se desta situação o desarranjo organizativo dos trabalhadores em coletivos sindicais – é o que a literatura nacional mais recente irá indicar como um dos impactos. Dessa forma, concluímos que o home office no Brasil muitas vezes assume um caráter de subcontratação, no entanto, devido a disciplina interior do indivíduo ele se torna submisso as ordens em que, em um cenário com altas taxas de desemprego, aprofunda ainda mais essa submissão; e é justamente nela, a submissão, que encontra-se a ideia de “sacrifício” como oblação para a solução de crise do sistema capitalista em que se vive: afinal, todo sacrifício tange uma situação social.

Principais referências de apoio: BRASIL. Decreto-lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 julho de 2017. FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. MAUSS, Marcel; HENRI, Hubert. Sobre o Sacrifício. São Paulo: Cosac Naif, 2005. SLATER, D. Cultura do consumo e modernidade. São Paulo: Nobel, 2002. WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Palavras-chave: Trabalho; Home office; Disciplina; Teletrabalho; Covid-19.

PRESTAÇÃO DE CONTAS, VERDADE DOS ORÇAMENTOS E DIVISÃO DE PODERES NO IMPÉRIO DO BRASIL

Adelino Martins (PPGHE/USP)

martzins@gmail.com

O controle externo relativamente autônomo das contas da administração pública e a codificação das normas de contabilidade do setor público foram, no Brasil, construções institucionais efetuadas durante a Primeira República. O Tribunal de Contas da União foi criado em 1890 e o Código de Contabilidade, em 1922. Entretanto, a instituição de uma organização com a função de oferecer suporte à fiscalização parlamentar das contas públicas e com funcionamento independente do poder executivo foi medida debatida durante o período imperial. Ela foi tratada, em geral, conjuntamente com os pleitos pela sistematização das normas de contabilidade aplicadas à administração pública. Ambas as medidas eram entendidas como complementares por seus defensores; necessárias para que o Parlamento pudesse aferir a verdade dos orçamentos. Não foram, contudo, efetivadas no Império. Rui Barbosa, o primeiro ministro da Fazenda da República, na exposição de motivos do projeto que culminou com a criação do Tribunal de Contas da União, atacou o legado imperial: “onde a responsabilidade ministerial contra os abusos orçamentários no regimen passado durante quase três quartos de século de monarquia constitucional?” (BARBOSA, 1999, p. 259). Para ele, o sistema de contabilidade vindo do Império era defeituoso e não permitia resguardar a inviolabilidade do orçamento, a instituição mais importante para o funcionamento da administração pública. O incômodo com os abusos orçamentários mencionados por Rui Barbosa foi externado durante o Império, mais de uma vez, na Câmara dos Deputados, no Senado e na imprensa. Em 27 de julho 1883, a coluna “Balanços”, publicada no *Jornal do Commercio*, afirmou que os balanços imperiais eram confusos e careciam da análise de um corpo de especialistas. Sem isso, apresentavam-se como o Proteu da mitologia grega, que se disfarçava para negar informações aos que o interpelavam. No caso em apreço pelo diário carioca, os parlamentares eram privados da oportunidade de avaliar oportunamente a responsabilidade dos ordenadores de despesas. Com esta proposta de comunicação, pretende-se discutir as razões pelas quais o regime imperial não criou uma instituição de controle externo e não sistematizou a miríade de regulamentos de contabilidade pública existentes. Outrossim, explora-se o sistema de verificação de contas criado

pelos saquaremas, subordinado ao Ministério da Fazenda e caracterizado pelo Visconde do Uruguai (1862) como enfezado. Esse é um assunto pouco coberto pela historiografia e que pode ser abordado em quatro segmentos temporais: de 1826 a 1832, quando se discute o primeiro projeto para a criação de um tribunal de revisão de contas e se regulamenta o funcionamento do Tesouro Nacional; de 1837 a 1845, lapso que contou com o fracasso de dois projetos de criação de uma corte contas; 1850 a 1873, fase de consolidação das reformas saquaremas do sistema de contabilidade pública e julgamento de contas; e os anos finais do Império, quando demandas por reformas do sistema de contabilidade pública e criação do Tribunal de Contas aparecem com frequência nos relatórios dos ministros da Fazenda.

Palavras-chave: prestação de contas públicas no Império do Brasil, verdade dos orçamentos, repartição de poderes, projetos de Tribunais de Contas.

AS DESPESAS PÚBLICAS NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO NOS PRIMEIROS ANOS APÓS A INDEPENDÊNCIA

Bruna de Jesus Barbosa da Silva (PPGHE/USP)

bruna.jesus.silva@usp.br

Este artigo trata das despesas públicas na província de São Paulo nos primeiros anos após a Independência, de 1823 a 1831. Os documentos analisados são manuscritos da fazenda paulista – inicialmente a Junta da Fazenda e, posteriormente, a Tesouraria Provincial - localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo - AESP. Trata-se de um recorte da pesquisa de mestrado que visa estudar o órgão fazendário de São Paulo entre 1823 e 1834, assim como as finanças públicas paulistas no período. No início do século XIX, com as dificuldades econômicas e a necessidade de recursos para que o governo pudesse cumprir seus compromissos, era de suma importância melhorar a eficiência e o controle da fazenda pública. O Brasil vinha aumentando suas despesas desde a chegada da Corte em 1808, pois a transferência da sede do reino para o Brasil implicou na instalação do aparelho administrativo metropolitano, o que resultou na montagem de diversas repartições públicas até então inexistentes. Somam-se a essas novas despesas os gastos com guerras e a criação de obras e serviços públicos. Com a independência essa situação se prolongou, tendo como agravante o pagamento de juros e

amortizações de empréstimos contraídos, gerando constantes déficits orçamentários. A antiga estrutura fazendária formada pelo Erário Régio, órgão central criado em 1761, e nas províncias pelas Juntas da Fazenda foi mantida após a Independência. As Juntas da Fazenda foram criadas durante as reformas pombalinas e constituíam-se inicialmente como ramificações do Erário Régio instaladas nas províncias. Em seguida, com a constituição de 1824, o órgão fazendário do governo geral passou-se a chamar Tesouro Público, substituindo o Erário, mas as Juntas da Fazenda se mantiveram até a reforma de promovida pela lei de 04 de outubro de 1831. Essa lei reorganizou o Tesouro Nacional e extinguiu as Juntas da Fazenda, substituindo-as pelas Tesourarias Provinciais. A Junta da Fazenda de São Paulo foi instituída no final do século XVIII. Suas atribuições eram arrecadar rendas, fazer pagamentos das folhas civil, militar e eclesiástica, financiar obras públicas, encaminhar saldos ao Erário, coletar contribuições e donativos, arrematar contratos e administrar rendas não arrematadas. Em suma, o órgão era responsável pelas receitas e despesas paulistas, o que lhe conferia um papel importante e fundamental no governo. No contexto de arrocho financeiro, a Junta da Fazenda de São Paulo, posteriormente Tesouraria Provincial, procurou alternativas para aumentar a arrecadação e desempenhou um papel importante no controle das despesas da província. Eram encaminhados ao órgão pedidos de recursos para as mais variadas aplicações e nas análises e considerações percebem-se critérios de legalidade e economicidade na destinação das verbas, seja para o pagamento da folha, serviços contratados, compras ou obras públicas. Além do importante controle burocrático das despesas por meio de documentos que comprovassem os pagamentos solicitados, desembolsos e indenizações, percebe-se também, que a Junta buscava cumprir as diversas determinações legais. No entanto, havia dificuldades, pois a legislação por vezes era vaga e dispersa em variados ordenamentos, o que dificultava seu entendimento e aplicação. Com o advento da lei de 15 de dezembro de 1830, referente ao orçamento imperial do ano financeiro de 1831-1832, que incluiu pela primeira vez as despesas de cada província, a Junta da Fazenda passa a segui-la e diversos dispêndios são negados ou cortados por falta de previsão orçamentária. Muitos documentos localizados se referem a folha de pagamento de pessoal, mas também encontramos manuscritos solicitando à fazenda recursos para as mais diversas aplicações: desde obras, como construção de pontes e estradas, passando por consertos e reparos em prédios públicos, até o fornecimento de vacinas, velas e livros, entre outros. Verificamos que havia procedimentos razoavelmente delimitados em uma sequência lógica, tanto para a execução de obras quanto para a compra de bens. Assim, este artigo visa analisar as despesas paulistas nos primeiros anos após a Independência, tratando não apenas da folha de

pagamento, obras públicas e compras, mas também de diversos aspectos que permeavam esses gastos, como a falta de numerário e o aprimoramento do controle e planejamento financeiro da província.

Palavras-chave: finanças públicas, província, gastos públicos, Império, São Paulo

O DESEMPENHO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA PAULISTA (2000-2010): NA PREDOMINÂNCIA DO REGIME DE ACUMULAÇÃO FINANCEIRA

Bruno Giovanni Chequin (PPGHE/USP)

br_chequin@usp.br

O presente artigo tem como finalidade promover uma reflexão a respeito da natureza do crescimento robusto da produção setorial da agroindústria canavieira paulista, ocorrido no decorrer da década de 2000, estabelecendo seu nexos com o regime de acumulação capitalista predominantemente financeira no ambiente econômico mundial. Diante disso, busca-se compreender a expansão dessa agroindústria paulista, entre 2000 e 2010, como um movimento circunscrito ao exercício do poder hegemônico do sistema financeiro internacional, cujo arbítrio se faz presente na fixação das regras do jogo econômico e no controle das principais grandezas macroeconômicas (consumo, investimento e emprego). É dentro desse contexto que se propõe uma ponderação do desempenho alcançado pela agroindústria canavieira de São Paulo, nos anos 2000, atentando para o fato de que o modelo adotado da política para inserção externa do Brasil, após 1999, estava fortemente assentado na especialização primária do comércio exterior brasileiro, que por sua vez configurava numa tentativa do país buscar soluções para mitigar o recrudescimento do desequilíbrio estrutural das transações externas provocado pela crise cambial de 1999. Merece destaque que, na década de 2000, um novo arranjo da economia brasileira promoveu uma forte expansão do comércio exterior, assentada no crescimento das exportações primárias com relativa redução das exportações dos produtos industrializados. Tal fato revela o modo pelo qual o Brasil orientou sua inserção na nova divisão internacional do trabalho, como resposta aos efeitos da crise cambial de 1999 que afetou intensamente a economia nacional, evidenciando a histórica dependência do país aos recursos externos

(DELGADO, 2010, p.112). Ademais, segundo Delgado (2010), após 1999, observou-se uma reestruturação de um virtual pacto da política econômica brasileira, promovendo a articulação da acumulação de capital no setor rural como a política de Estado, viabilizando a expansão das cadeias agroindustriais, do sistema de crédito público e do mercado de terras, frente ao crescimento robusto da demanda de “commodities” dos mercados mundiais. Merece destaque que entre 2000 e 2010, registrou-se uma expansão expressiva do setor sucroenergético nacional, estimulada por fatores internos e externos. No âmbito interno, o estímulo ao setor ganhou impulso com a emergência dos veículos bicombustíveis (movidos tanto a gasolina quanto a etanol hidratado) no mercado automobilístico, somado ao aumento da taxa de mistura do etanol anidro à gasolina (GIANBIAGI, 2011) e (BACCARIN, 2005). No ambiente externo, o cenário passou a se configurar de forma promissora, tanto pelos preços vantajosos do açúcar no mercado mundial (BACCARIN, GEBARA e FACTORE, 2009), como pelas grandes perspectivas de exportação do álcool como combustível, fato decorrente da obrigatoriedade estabelecida por vários países em adicionar álcool à gasolina (GIANBIAGI, 2011), (TETTI, 2002) e (CONAB, 2008). Desse modo, para analisar os fatos à luz do contexto econômico mundial marcado pelo regime de acumulação predominantemente financeira que condicionou uma nova orquestração da política econômica nacional, apoiada no incremento das exportações primárias, assim como do novo ambiente institucional que se configurava, no período abordado, toma-se por referência o trabalho de autores como: Chesnais (2000 e 2003), Duménil e Lévy (2003), Delgado (2010), Macêdo (2011), Tsunehiro et. al. (2012) e Pitta (2016). Paralelamente dimensiona-se a magnitude da retomada do crescimento do setor agroindustrial canavieiro no estado de São Paulo, cujos resultados apontam para o aumento expressivo da produção de cana, açúcar e etanol (MAPA, 2007) e (MAPA, 2015) entre 2000 e 2010. E por último, nas considerações finais, realiza-se uma breve análise a respeito do desempenho apresentado pela agroindústria canavieira paulista, como parte de um movimento mais amplo alicerçado na dominação do sistema financeiro internacional exercendo forte influência sobre o nível e o ritmo do processo produtivo e que, em grande medida, foi responsável por desenhar um arranjo político e econômico de inserção do Brasil dentro da nova divisão internacional do trabalho, apoiada na especialização primária.

Palavras-chave: agroindústria canavieira paulista; acumulação financeira; poder hegemônico; especialização primária; ambiente institucional.

"DAI A CÉSAR O QUE É DE CÉSAR": DO DÍZIMO AO ICMS-RAÍZES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO

Camila Scacchetti (PPGHE/USP)

camila_sca@usp.br

Fruto das pesquisas realizadas no decorrer do Mestrado, este estudo tem como objetivo entender a maneira pela qual a estrutura fiscal brasileira foi construída e chegou ao modelo atual, a concentrada incidência tributária sobre o consumo. Sendo assim, a busca por esta compreensão nos conduz, necessariamente, a refazer os passos trilhados pela fiscalidade brasileira no decorrer dos séculos. Como metodologia adotada para a pesquisa analisamos as principais características tributárias de cada uma das regiões que se destacou no decorrer da história brasileira por suas atividades econômicas. Revisitar o Nordeste açucareiro, a exploração aurífera e a expansão cafeeira nos propicia uma rica oportunidade, e profundo entendimento, acerca de como o fisco e os governantes brasileiros se estruturaram, enxergaram o contexto econômico e promoveram a tributação sobre a produção, circulação e consumo de mercadorias. Além disso, o trabalho demonstra que a tributação sobre o consumo foi, desde o início da colonização brasileira, uma tomada de decisão consciente e não um acaso fruto de escolhas impensadas. “Comprou, pagou! Pagou o quê, pagou quanto, pagou para quem?” Questionamentos que mais parecem uma transação comercial em essência ilustram a relação do contribuinte com o fisco brasileiro. Se, há dois mil anos, nos foi orientado “Dai a César o que é de César”, atualmente ansiamos saber como esta relação foi construída. De que maneira o povo brasileiro contribui com a parcela devida a “César”? Seria por meio da tributação incidente sobre a renda, sobre o salário, sobre a propriedade, sobre os ganhos de capital? Ou seria, predominantemente, sobre as trocas comerciais cotidianas? Para respondermos estas questões apresentaremos as ferramentas tributárias mais comumente utilizadas pela Fazenda brasileira. Além disso, abordaremos os dados atuais da arrecadação fiscal das três esferas governamentais: União, Estado e Município. Esta reflexão possui como objetivo demonstrar que o sistema fiscal brasileiro promove a maior parcela de seu recolhimento por meio da tributação incidente sobre o consumo. Para tanto, a lógica intrínseca ao modelo estabelece a inserção da alíquota do tributo no preço da mercadoria. Diante deste evento a população, de um modo geral, permanece sem saber ao certo o quanto de seus recursos próprios foi transferido para os cofres públicos. Feito

este diagnóstico, demonstraremos as principais propostas de Reforma Tributária em tramitação no Congresso Nacional. O conhecimento destes debates nos permitirá refletir acerca dos caminhos a serem percorridos pela fiscalidade brasileira, os desdobramentos de tais escolhas e o entendimento acerca de uma possível ruptura ou continuidade do modelo vigente. No entanto, como avaliarmos sobre possíveis rupturas ou continuidades sem conhecermos o passado fiscal brasileiro? Quais teriam sido as alternativas encontradas pelo fisco português quando deu início ao processo de colonização do Brasil? Como teriam promovido a tributação em uma terra que tinha como propósito suprir o mercado consumidor europeu por meio do fornecimento de gêneros primários? Estas indagações serão respondidas por meio da análise do Nordeste açucareiro. Ainda no Brasil Colônia, quais teriam sido os caminhos percorridos pelo Erário luso quando da descoberta do ouro? Teria a Coroa pensado em uma nova estrutura fiscal ou tão somente incorporado novas ferramentas tributárias ao modelo construído no decorrer dos séculos XVI e XVII? As pesquisas sobre o cotidiano fiscal na região das Minas Gerais nos fornecerão o mapa, o “caminho do ouro”, para tais esclarecimentos. No início do século XIX o Brasil vivenciou profundas transformações políticas com a vinda da Corte, a Proclamação da Independência e a posterior abdicação de D. Pedro I e chegada ao poder de grupos da elite brasileira. Em paralelo, as atividades econômicas provenientes do comércio do açúcar e da extração do ouro estavam muito aquém de seus tempos de glória. Teriam estes movimentos ocasionado alterações no modelo fiscal brasileiro, ou apenas observamos a continuidade das escolhas feitas no passado, independente da realidade econômica e política vivenciada no período? Ademais, de que maneira o incipiente e próspero complexo cafeeiro teria promovido uma nova dinâmica no modelo fiscal brasileiro, se é que promoveu? Esta elucidação se dará por meio do estudo do novo centro econômico do país, São Paulo na segunda metade do Oitocentos. Em síntese, ansiamos entender quais foram os passos dados rumo à construção do modelo tributário brasileiro vigente no século XXI. As escolhas e medidas adotadas no século XVI ainda estariam presentes e atuantes no cotidiano fiscal brasileiro? Ao analisarmos as principais características fiscais de cada região brasileira que se destacou no cenário nacional por sua atividade econômica e representou a “joia do Tesouro” em seu período áureo, temos como propósito efetuar um mapeamento da construção do modelo tributário brasileiro no decorrer dos séculos. Sendo assim, nos ocuparemos em responder: Como chegamos neste “estado de coisas”?

Palavras-chave: Fiscalidade; Dízimo; ICMS; Consumo; Bens e Serviços.

DESENVOLVIMENTO SOB A MUNDIALIZAÇÃO CAPITALISTA: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA ATIVIDADE TURÍSTICA, BRASIL APÓS 1990

Dionatan França Rodrigues (UFMA)

[*dionatanfranca@gmail.com*](mailto:dionatanfranca@gmail.com)

Este texto tece considerações sobre a internacionalização do setor turístico no Brasil. Buscando uma abordagem crítica que procure contextualizar esta atividade econômica na mundialização capitalista, sob a imposição de políticas neoliberais nos países periféricos, são analisados e comentados alguns dados que refletem o investimento externo direto em turismo em caráter agregado e posteriormente dissociando esses dados para o setor hoteleiro, um dos segmentos mais importantes do turismo. A partir desta revisão, vê-se que os o turismo desde os anos 1990 consistiu na prática em meio de estratégias cujo o objetivo foi a máxima rentabilidade das suas empresas transnacionais, ao contrário do que majoritariamente se difunde na teoria e discursos dos seus atores públicos e privados, até em políticas públicas. Conclui-se assim, que a economia internacionalizada, em seu ramo produtivo do turismo, vem seguindo a mesma lógica de qualquer atividade econômica dentro desse sistema. Conseqüentemente, o turismo é inviabilizado como forma ou estratégia de desenvolvimento. O turismo, assim, é considerado um ramo produtivo, ou até mesmo uma indústria, a indústria das viagens e turismo, pode ser considerado um setor estratégico? E traz produtividade? Praticado em muitos países, é levado em conta quando da concepção de políticas que se dizem voltadas para o desenvolvimento econômico, principalmente para aquelas regiões que não têm uma especialização produtiva eficaz e consolidada conforme delineado acima. Nessas condições, pretende-se analisa-lo sabendo-se que inserido na divisão social do trabalho em caráter mundial, consistindo, assim, em subproduto do processo de acumulação da periferia para o centro, o caso aqui é o Brasil, como um dos exemplos, através das multinacionais hoteleiras, líderes nas inovações tecnológicas de produtos e processos para este setor, e que traz, por conseguinte, efeitos sobre o desenvolvimento das regiões e/ou países que se lançam à sua empreitada [a do turismo]. Este é o tema dessas notas, realizadas a partir da análise de alguns dados. A relação turismo e desenvolvimento econômico é analisada de modo hegemônico pela literatura turística como se

fosse algo evidente por si só, se o turismo é desenvolvido em determinada região, automaticamente essa região colherá benefícios desta atividade. Normalmente essas análises sempre trazem o Estado como tendo uma função essencial nesse cenário, até naquelas políticas econômicas que tentam minimizar o seu papel vital na própria estrutura econômica capitalista. Assim, a recomendação de Carvalho (2014) sobre a importância de se “verificar se a preocupação dos governantes é maior com a velocidade de crescimento do produto ou com a direção assumida pelo processo de desenvolvimento” (p.42) é totalmente válida no presente contexto. A reflexão do desenvolvimento econômico pelo turismo refletido à luz da mundialização capitalista, implica constatar que a introdução desta atividade em regiões periféricas, não necessariamente leva a um maior patamar de desenvolvimento de países e regiões como a América Latina e dentro desta, o Brasil. Existe, conforme demonstra Ouriques (2012), uma desigual distribuição de renda produzida pelo turismo internacional, como o autor verifica, “não é o turismo, por si só, que leva ao desenvolvimento econômico, mas é o desenvolvimento econômico, como processo de expansão geral de uma dada economia [...] que proporciona as condições para que o turismo se desenvolva” (p.151). Ora, quando se examina que as grandes empresas turísticas através de suas multinacionais, resultantes da forte integração vertical e/ou horizontal dos processos produtivos apoiados principalmente pelas novas tecnologias e formas de gerenciamento (KON, 2006), buscam aumentar sua parcela de domínio do mercado tanto quanto possível, utilizando desde os IED tradicionais como as novas formas de investimento que se tornaram as mais rentáveis no domínio internacional.

Palavras-chave: Turismo; desenvolvimento; mundialização capitalista; investimento.

DÍVIDA PÚBLICA E FINANCIAMENTO DO ESTADO NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1821-1829)

Eduardo Silva Ramos (PPGHE/USP)

eduardo.ramos@usp.br

A presente comunicação tem por objetivo discutir as formas de financiamento do Estado utilizadas ao longo do processo de Independência do Brasil. Ao longo dos principais acontecimentos que antecederam e sucederam a declaração de Independência em 1822, houve um esforço para garantir constante fluxo de numerário e, conseqüentemente, financiar o gasto público. A Guerra de Independência, os conflitos na Cisplatina, as missões diplomáticas e demais despesas extraordinárias aumentaram de forma vertiginosa a dívida pública. Naqueles momentos conturbados, existia uma variedade de formas de financiamento: emissão de papel-moeda ou títulos da dívida pública, empréstimos internos ou externos, reforma administrativa e tributária, entre outras. Ao assumir o controle da máquina burocrática brasileira, Pedro de Alcântara, então príncipe regente, nomeou um gabinete ministerial encabeçado por dois brasileiros: José Bonifácio de Andrada e Silva na Secretaria dos Negócios Reino e dos Negócios Estrangeiros, e Martim Francisco Ribeiro de Andrada na Secretaria dos Negócios da Fazenda. Ambos, do ponto de vista econômico, possuíam visão completamente “nacionalista”. Negavam qualquer iniciativa de financiamento do Estado por meio de crédito estrangeiro ou mesmo de emissão de papel moeda e defendiam uma opção baseada no crédito interno e também na reforma administrativa e tributária, reduzindo os gastos e aumentando a receita. Durante o ministério dos Andradas foram implementadas diversas iniciativas nesse sentido: foram criadas instituições específicas para otimizar a arrecadação tributária; a alfândega teve algumas alterações no seu funcionamento; o Banco do Brasil foi proibido de emitir novas notas e foi autorizado o lançamento de um empréstimo no valor de 400:000\$000 réis junto aos principais comerciantes brasileiros. Em julho de 1823, após uma série de polêmicas, o gabinete ministerial dos Andradas chegou ao fim. No lugar de Martim Francisco Ribeiro de Andrade, foi empossado Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro marquês de Baependi. Ao contrário de seu predecessor, Nogueira da Gama possuía uma visão simpática ao financiamento externo. Foi em sua gestão, mais precisamente em 1824, que foi autorizada realização das negociações para contratação de um empréstimo na praça de Londres no valor de £3.000.000. A dívida externa

foi acrescida, no ano seguinte, com os valores provenientes de um empréstimo contraído por Portugal e passado ao Brasil como condição para o reconhecimento da Independência. Com a reabertura do Parlamento em 1826 – que havia sido fechado em 1823 por Pedro I – o financiamento do Estado brasileiro esteve novamente em foco. Na Câmara dos Deputados foram realizadas críticas em relação às negociações em Londres. Diversos deputados se manifestaram vivamente contra o financiamento externo. Assim, a partir da retomada dos trabalhos legislativos o financiamento do Estado passou por uma nova reformulação. Os empréstimos externos ainda eram uma opção, contudo, em 1827, foi decretada a fundação da dívida pública, possibilitando que fossem contraídos empréstimos internos com maior facilidade. A formação da dívida pública e o estabelecimento de formas adequadas de financiamento do Estado após a Independência, mesmo com algumas características herdadas do Governo Joanino, compunham as particularidades principais da política econômica Imperial. Tal política foi resultado de constantes conflitos e diferentes planos no seio das instâncias decisórias que, em última análise, procurava garantir o funcionamento da burocracia régia ao mesmo tempo em que não onerava em demasia os principais grupos economicamente dominante do Império.

Palavras-chave: Dívida; Financiamento; Império do Brasil; Empréstimos.

CARVALHO PINTO: TRÊS ASPECTOS DE UM DESTACADO POLÍTICO PAULISTA DO SÉCULO XX

Felipe Ferreira Batista (PPGHE/USP)

ferreira.felipe@usp.br

O artigo discute a trajetória política de Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (1910- 1987), personagem fundamental na história paulista e brasileira da segunda metade do século XX, pouco estudado pela historiografia do longo período em que participou ativamente da vida pública paulista e brasileira. Foi professor de direito financeiro, Secretário Municipal de Finanças, Secretário Estadual da Fazenda (1955-1958), Governador de São Paulo (1959-1963), Ministro da Fazenda (1963) e Senador da República (1967-1975). Sua trajetória foi longa e complexa. Carvalho Pinto deixou pouca coisa escrita e pouco falava em público. O laconismo ajuda a explicar a escassez de pesquisas e seu virtual esquecimento na historiografia. Este artigo

apresenta outra hipótese explicativa: Carvalho Pinto não se encaixa bem nos modelos analíticos sobre política e economia no Brasil em meados do século passado. A exploração da hipótese parte do que Carvalho Pinto fez nos cargos públicos que ocupou e nas suas escolhas políticas, em especial nos dramáticos anos 1960. Sua trajetória foi marcada pela ênfase no equilíbrio das contas públicas, mas o apego longo à austeridade foi conciliada com a defesa do planejamento econômico e o apoio a reformas estruturais. Seu governo estadual teve como ponto principal a execução de um plano econômico que oferecesse estrutura física e políticas sociais em meio à rápida transformação da economia paulista, ideias que defendeu no governo Goulart e que depois afirmou serem postas em prática pelos governos militares. Nomeado Ministro da Fazenda por João Goulart, fez críticas ao Plano Trienal no seu fracasso de executar um ajuste fiscal e pela política antiinflacionária baseada em redução dos meios de pagamento, mas concordava com a necessidade de reformas estruturais. O Plano de Ação de Governo do Estado que aplicou em São Paulo é muito assemelhado a planos da época, como o Trienal de Furtado e o PAEG de Bulhões/Campos, assim como às políticas reformistas anos depois empreendidas pelo governo Frei no Chile. O PAGE propunha: modernização sem conflitividade política e sem ruptura institucional, (ii) industrialização aproveitando o mercado interno com modernização da agricultura em sentido capitalista, (iii) cooperativismo combinado a reforma agrária gradual, (iv) reformismo e modernização 2 com equilíbrio fiscal. A decisão de integrar o ministério de João Goulart foi aposta política complexa, pela sua trajetória prévia e pela convicção de que conseguiria um programa fiscalista naquele quadro de alianças que cercava Jango. Depois de sair do ministério, recusou as propostas golpistas, mas se incorporou à base parlamentar da ditadura ao ser eleito senador pela Arena e alegou que os militares concretizaram propostas que defendera no governo Jango. Como hipóteses secundárias, propõe-se que sua trajetória e suas escolhas resultaram de: (i) sua formação na democracia cristã, nas vertentes reformistas que prevaleceram na América Latina; (ii) peculiaridades de São Paulo no período da CF 1946 (Quarta República); (iii) dificuldades de situar-se em alguma das forças políticas nacionais em disputa na época.

Palavras-chave: Carvalho Pinto; São Paulo século XX; Democracia Cristã; PAGE; governo Goulart.

A ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA PARTIDÁRIO PAULISTA NA QUARTA REPÚBLICA (1945-1965)

Felipe Ferreira Batista (PPGHE/USP)

ferreira.felipe@usp.br

Na República de 1946, o Brasil passou pela sua primeira experiência republicana com partidos institucionalizados e nacionais, o que não quer dizer que não houvesse características próprias do sistema partidário nas unidades da federação, operando sob uma lógica regional própria. Nesse trabalho falaremos do que foi, naquele vintênio, o sistema partidário manifestado no Estado de São Paulo sob o ponto de análise da Economia Política Positiva, com foco em como aconteceu em relação aos atores propriamente estaduais, isto é, governadores e deputados estaduais. Com a aplicação de modelos, procuramos desenvolver explicações para características definidoras do funcionamento desse sistema partidário como o populismo, formas de clientelismo, a relação com grupos de interesse e a construção de coalizões.

Palavras-chave: Economia Política; São Paulo século XX; República de 1946; Quarta República

LIMITES DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E CRESCIMENTO ECONÔMICO PARA O PERÍODO ENTRE 2006 E 2010

Francisco Thainan Diniz Maia (UNIFESP)

thainan.maia@hotmail.com

Dois períodos saltam aos olhos na Economia Brasileira quando se analisa as taxas de crescimento econômico, o chamado milagre econômico (1969-1973) e o período entre 2006 e 2010 que em referência ao primeiro vem sendo chamado pela literatura como “milagrinho” ou Era Lula devido a figura de liderança exercida pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Neste período passamos por um crescimento econômico com taxa inferiores ao do Milagre, mas que trouxeram consigo uma redução das desigualdades, devido a todas políticas distributivas adotadas sobretudo no segundo governo Lula, como as transferências diretas do

Bolsa família e a ampliação do mercado de crédito, que podem ser analisadas como medidas de curto prazo que inseriram parte significativa da população brasileira no mercado consumidor, isso provocou um processo parecido com o do Milagre econômico brasileiro, em um processo dinâmico gerador de demanda. É evidente que em paralelo aos mecanismos de distribuição de renda, o governo adotou medidas para promover o crescimento econômico, como por exemplo, o aumento do investimento público, o principal motor de crescimento do nosso mercado interno. Os investimentos foram fomentados sobretudo no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que foi lançado em janeiro de 2007 direcionado principalmente para gastos nas áreas de infraestrutura social e urbana com foco em saneamento e habitação, energia e também no setor logístico, como hidrovias e portos. O montante previsto foi de 503,9 bilhões de reais sendo executado 94,1% aproximadamente. Esses investimentos além de causarem impactos diretos na economia, fomentaram a geração de emprego e gastos indiretos através do multiplicador – indicador que mensura o choque em uma variável endógena motivado por variações exógenas, exemplificando, o gasto governamental fomentou empregos e gerou renda marginal que foi gasta no consumo de bens e serviços, a produção de usinas hidrelétricas movimentou o serviço de construção civil, que por sua vez demandou produções de aço e ferro para seus insumos bem como o setor de transportes, isso ocorre em uma espécie de ciclo. Ainda no que diz respeito ao setor industrial, se pode interpretar as políticas distributivas como geradoras de um novo mercado consumidor, já que em termos de capacidade de consumo programas assistências e o acesso ao crédito significaram a ascensão de 25 milhões de pessoas da classe C e D (BIANCARELLI, 2014), os investimentos públicos e a alta das commodities podem ser considerados os principais fatores dinâmicos do período. Quando analisamos o crescimento do Produto Nacional chegamos à conclusão que os níveis de investimento cresceram a taxas superiores do que próprio consumo das famílias. Tendo esse pano de fundo, o artigo buscará responder duas questões sobre o período: A ausência de reformas estruturais fragilizou os avanços sociais do período, no sentido de dependerem da vontade política dos grupos representados pelas figuras posteriores no executivo? Por quais motivos a industrialização não se firmou de maneira estrutural? Apontando as dificuldades políticas do período, a posição nacional na cadeia global de valor e as limitações da matriz produtiva brasileira que não atua ou atua muito pouco em bens de consumo de maior complexidade como a produção de smartphones, novas tecnologias informacionais e de comunicação.

Palavras-chave: Crescimento; Distribuição de renda; Era Lula; Industrialização;

A INDÚSTRIA DA MODA E A CRISE DO CORONAVÍRUS

Giulia Falcone de Lourenço (PPGHS/USP)

giulia.falcone@usp.br

A despeito do que foi prenunciado logo ao início da pandemia do novo coronavírus, a indústria da moda não foi radicalmente transformada pela crise em curso. Tendo em vista o contraste entre as transformações esperadas e a realidade efetiva, esta comunicação intenciona analisar as estratégias de manutenção de uma indústria estruturada na produção de supérfluos e no consumo conspícuo, característica que a tornaria vulnerável em tempos de crise. Para isso, primeiramente será realizado um breve balanço dos efeitos desta crise na indústria da moda, comparativamente à sua situação no momento precedente à crise. Após esse balanço inicial, serão avaliados os argumentos que fomentaram a expectativa de mudança nesta nova experiência de crise, em contraste à continuidade de práticas da indústria da moda que justificaram a não-realização dessa expectativa. Parte-se da compreensão de que a indústria da moda é constituída por um sistema simbólico e um sistema produtivo, os quais, apesar de serem dialeticamente opostos e complementares, são frequentemente analisados de forma dissociada, o que dá abertura a falsos diagnósticos acerca de suas disposições gerais. Desta maneira, uma vez que a essência da moda é justamente a de criar aparências, o ponto nevrálgico de sua estratégia de manutenção é a produção da mudança aparente. Em decorrência disso, as crises são assimiladas e transformadas em discurso simbólico pela indústria da moda, em vez de enfraquecê-la, tal como era de se esperar. Assim sendo, a dissociação entre produção simbólica e produção material garante à moda a flexibilidade de adaptação às reivindicações do presente, sem que os interesses da indústria sejam comprometidos. Na crise decorrente do coronavírus, os ajustes da indústria da moda à crise podem, em primeira instância, parecer extraordinários, mas este *modus operandi* antecede a conjuntura inédita provocada pela atual pandemia. A pronta resposta de marcas de luxo e de marcas de varejo em atender à demanda pelos concorridos equipamentos de proteção pessoal e a queda brusca no consumo de vestuário em decorrência do fechamento das lojas aparentam representar uma mudança de interesses de produtores, de um lado, e de consumidores, de outro. No entanto, a indústria conhecida por ser o “Império do Efêmero”, não o é em decorrência das constantes trocas de tendências de estilo, mas por transformar mudanças que aparentam ser permanentes em efêmeras, tal qual comprovado pelas

extensas filas formadas em frente às lojas reabertas e aos recordes de venda em países que retomaram suas atividades comerciais. As estratégias de valorização de mercadorias pelo valor simbólico, e não pelo valor de uso, é uma característica fundamental da indústria da moda. A crise que pôs em xeque a produção industrial capitalista devido à abundância produtiva do supérfluo, em vez da produção básica do necessário, não foi capaz de desestabilizar as suas estruturas. No mais, é possível supor que a contribuição da indústria da moda no combate ao coronavírus vai ser revertido, uma vez mais, em capital simbólico, garantindo futuramente a reposição financeira necessária. Anunciar uma transformação da indústria da moda é desdenhar do “faro para atual”, como já notado por Benjamin, que lhe é essencial. Afinal, a leitura conjuntural sobre a indústria da moda exige cautela, visto que a sua estrutura transforma as crises mais profundas em tendências passageiras.

Palavras-chave: Moda; Coronavírus; Crise; Valor Simbólico; Valor de Uso.

MULHERES VENEZUELANAS REFUGIADAS E SUAS FUGAS PARA DOURADOS-MS: (2015-2020)

Kátia Aline da Costa (UFGD)

katia_ufgd@hotmail.com

A presente proposta de comunicação busca historiar os percalços vividos na trajetória de mulheres refugiadas de nacionalidade venezuelana, especialmente grupos de mulheres domiciliadas no município de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul-MS, no período compreendido entre 2015 a 2020. A proposta integra um projeto de pesquisa de doutoramento, e partir de análises que se encontram em andamento, envolve pesquisa documental e de campo sobre processos migratórios e deslocamentos populacionais, segundo aportes teórico-metodológico pautados em análise crítica e sistemática que envolve História Oral, produção de diário de campo, utilização e análise de entrevistas, aplicação de formulários, assim como contempla ainda registros de mulheres venezuelanas refugiadas, numa perspectiva que possibilita a reflexão sobre a história econômica e a história do tempo presente, pois os processos de deslocamentos, são em sua maioria ocasionados por tensionamentos verificados por crises econômicas. Desse modo, essa reflexão contempla as seguintes problemáticas: que

sujeitos compuseram os processos migratórios, os motivos que levaram à migração e que tencionaram os processos de deslocamentos de seu local de origem, a vivência anterior ao processo migratório, os elementos que motivaram a migração, as relações de gênero e poder construídas na vida entre esses deslocamentos, as relações sociais e familiares durante o processo migratório, as relações sociais, comunitárias, coletivas e de integração construídas posterior aos processos de deslocamentos, a vida de mulheres imigrantes refugiadas e seus familiares/parentes, o cotidiano e a vida de mulheres venezuelanas em Dourados-MS, as opções e escolhas de trabalho, o modo de vida e as sociabilidades entre mulheres imigrantes e os outros grupos sociais, as disparidades na forma como diferentes mulheres viveram/vivenciam o processo migratório, as relações com outras mulheres imigrantes no município, os sonhos, lutas e as experiências que compõem o significado de suas vidas, as múltiplas e variadas representações acerca de si mesmas e do grupo social que se vinculam, a importância de permanecer e lutar por melhores estratégias de vida e oportunidades mais dignas, o processo de interiorização e novas perspectivas. Por ora, a investigação fundamenta-se na ideia de que grupos de mulheres venezuelanas refugiadas, - deslocaram-se e/ou deslocam-se do país da Venezuela, - acompanhadas de seus familiares, de parentesco próximo, esposos/pais, e motivadas pela necessidade de melhores oportunidades e perspectivas de vida, tendo como possíveis elementos norteadores da migração, o trabalho, o que tem provocado rearranjos familiares e de gênero ao longo desse processo, pois os fluxos migratórios são também estratégias familiares. Ao desenvolver esta investigação, constrói-se uma história que é social, nacional, e ao mesmo tempo local, econômica do município de Dourados-MS, ao considerar as possibilidades de diálogo entre global e local, a história social, econômica e cultura regional. Logo, a partir da fundamentação teórica, aliada as análises sobre fluxos migratórios, redes de migração, trajetórias, histórias, memórias e gênero constrói-se uma história de mulheres venezuelanas refugiadas, compreendida pela abordagem e pelos aportes teórico-metodológicos que envolvem as possibilidades de escrita da história do tempo presente, campo da história que se produz na dinâmica das subjetividades dos sujeitos históricos envolvidos.

Palavras-chave: História de vida; Fluxos migratórios; Fronteiras e interiorização.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E ADOECIMENTO: A LÓGICA DA NOVA GESTÃO PÚBLICA ESCOLAR NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS NEOLIBERAIS

Lucilene Schunck Costa Pisaneschi (SME – São Paulo/SP)

lupisaneschi@yahoo.com.br

As políticas econômicas neoliberais implantadas mais intensamente no setor educacional brasileiro, a partir dos anos de 1990, têm provocado substanciais mudanças no trabalho dos profissionais do ensino público, dentre as quais, situamos o diretor de escola. Este tem transitado entre duas instâncias contraditórias: as novas formas de organização prescritas pela Nova Gestão Pública (NGP) e a persistência de padrões vinculados às tradicionais formas de administração estatal de caráter burocrático. Este novo modelo de gestão trouxe para o serviço público os instrumentos advindos do mundo empresarial fixando prescrições e regulamentações que têm como base material a produção de resultados quantitativos e como resultados imediatos o fortalecimento da precarização do trabalho, além da alteração das suas formas de organização. O diretor de escola, nesta perspectiva, assume um papel primordial, uma vez que, no contexto da Nova Gestão Pública, cabem a ele a liderança da equipe escolar e a responsabilidade pelo alcance das metas estabelecidas pelos órgãos centrais. As determinações legais que regulamentam a gestão pública escolar como democrática, participativa e capaz de ser exercida com autonomia, te se perdido em meio às políticas de controle e avaliação da qualidade dos serviços públicos. Entre os discursos, frequentemente conflituosos, a demanda de energia, tempo e recursos voltados aos procedimentos burocráticos ao mesmo tempo em que – para alguns - impede a percepção de contradições, para outros, revelam uma incoerência entre tais discursos e as decisões tomadas pelos órgãos estatais. Em comum, nas duas situações é o aceleração e a ampliação do adoecimento psicossocial destes atores. Esses discursos e as práticas a eles associados, entretanto, demandam ser entendidos em relação a um contexto sociocultural profundamente marcado por um processo de racionalização estatal que envolve, no âmbito da gestão, a centralidade na tomada das decisões e a descentralização das responsabilidades operacionais. Nesta perspectiva, o exercício da autonomia aparece envolto em um cenário de constante tensionamento que, quando pensado em termos de avanço dos elementos fundamentais da democracia, representa conquistas inquestionáveis, mas quando analisado à luz de uma agenda política de cunho gerencialista e privatista acaba impedida de se

realizar. A questão que orienta nossa abordagem é: que autonomia é possível de ser exercida pelo diretor escolar no contexto do modelo capitalista neoliberal, expresso no campo da educação brasileira, pela New Public Management? Tomamos como hipótese o preceito de que as exigências postas pela Nova Gestão Pública e as contradições existentes entre o discurso que a difunde e a realidade, marcada por uma estrutura altamente burocratizada, não impedem apenas o exercício da autonomia e do controle do próprio trabalho do diretor escolar, como também têm contribuído para o adoecimento destes atores. Nesta perspectiva, objetivamos compreender quais os limites que são postos ao exercício desta autonomia e como a lógica neoliberal da NGP têm favorecido os processos de adoecimento dos diretores de escola que atuam na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. A base empírica da presente pesquisa, de caráter qualitativo, tem como escopo a história oral. Tal opção se deve ao fato de entendermos que esta nos fornece uma “[...] interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências”, além de se caracterizar como “[...] uma forma fundamental de interação humana que transcende as fronteiras disciplinares” (THOMPSON, 2002, p. 9). Do ponto de vista dos instrumentos de pesquisa, optamos por trabalhar com a narrativa de três diretoras da Rede que estão na direção escolar há mais de cinco anos, por entendermos que este tempo lhes confere uma maior familiaridade com as atribuições que são próprias da gestão escolar. A cada uma delas foi pedido que falasse sobre como tem lidado com as demandas do cargo e como encara a autonomia que possui como gestora. Apesar de não lhes ter sido perguntado nada que dissesse respeito às questões relativas à sua saúde laboral, ao narrarem as situações que têm marcado o cotidiano profissional, estas questões apareceram. Tal fato pode ser compreendido, tendo em vista o aumento dos índices de licença médica desses profissionais. Aos depoimentos colhidos, entrecruzamos os dados apresentados pela Revista Retratos da Rede, do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo (Sinesp). Nela são denunciados o avanço da precariedade das condições de trabalho nas escolas do município e o aumento dos problemas de saúde dos gestores escolares. Pensar as implicações desse modelo de gestão na cotidianidade laboral dos diretores de escola, sobretudo no que diz respeito ao processo de adoecimento que vem assolando muitos destes atores (SINESP, 2018) demanda compreender o cenário políticoeconômico de reorganização do Estado brasileiro, o que nos coloca diante de um movimento muito mais amplo: o da nova etapa do capital.

Palavras-chave: adoecimento; neoliberalismo; nova gestão pública; precarização do trabalho.

MARTINHO DE MELO E CASTRO E A CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL: PERSPECTIVAS DE PESQUISA

Mario Francisco Simões Junior (PPGHE/USP)

mario.francisco.simoes@usp.br

A presente comunicação visa apresentar os primeiros avanços da pesquisa de doutorado intitulada "Martinho de Melo e Castro e a crise do antigo sistema colonial (1770-1795)", iniciada em janeiro de 2020. Pretendemos, igualmente, apresentar os problemas e perspectivas que se colocam, nesta primeira etapa do trabalho, para o prosseguimento da pesquisa. Martinho de Melo e Castro foi secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos de Portugal entre os anos de 1770 e 1795, se tornando um dos mais destacados e longevos ministros do império português. Como a maior parte dos ministros que vieram a servir como secretários de Estado ao longo do século XVIII, Melo e Castro iniciou a sua trajetória a serviço da Coroa como um enviado diplomático. Conforme demonstrou Virgínia Valadares, em "A sombra do Poder", Melo e Castro foi favorecido pelo rei D. José para representar Portugal junto aos Estados Gerais das Províncias Unidas. Após dois anos de estadia na Holanda, foi transferido, em 1754, para a representação diplomática em Londres, o que constituiu mais um avanço em sua carreira. Em território inglês, Martinho de Melo e Castro pôde mediar algumas das mais sensíveis negociações diplomáticas para o reino de Portugal, como os termos das suas relações comerciais com a Inglaterra e a garantia do apoio militar para a defesa do império português. Além disso, observou e vivenciou, em solo inglês, as primeiras manifestações políticas que trariam à luz a crise do sistema colonial, quando na década de 1760 os colonos norte-americanos passaram a resistir às leis inglesas, mostrando-se contrários à introdução de novos impostos e taxas. Em sua correspondência com a corte em Lisboa, Melo e Castro revelou preocupação com as liberdades políticas e comerciais reivindicadas pelos norte-americanos, além de demonstrar acordo com a intenção de representantes do governo inglês em reduzi-los "à devida obediência", ainda que por meio da força. Ou seja, como enviado diplomático, Melo e Castro emitiu opiniões e observações contrárias às reivindicações coloniais na América do Norte que, posteriormente, desencadearam a independência das treze colônias inglesas, em 1776. Levantamos, em razão disso, a hipótese de que a atuação de Martinho de Melo e Castro no exterior, importante na conformação de sua compreensão sobre as relações coloniais, tenha influenciando, decisivamente, as políticas depois

adotadas à frente da Secretaria do Ultramar, quando Melo e Castro se notabilizou pela rígida preocupação com o contrabando e a defesa do território brasileiro, bem como o seu endurecimento do controle econômico e fiscal da colônia. Foi em 1770, em razão do falecimento de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário do Ultramar desde 1760, que Martinho de Melo e Castro foi chamado a retornar ao reino para ocupar o lugar vago neste ministério. Por 25 anos, Melo e Castro esteve então vinculado às principais medidas da administração ultramarina relativas ao Brasil: as políticas de defesa do território, o controle do fisco e do exclusivo metropolitano, a proibição das manufaturas em 1785, bem como as medidas para a promoção da diversificação da produção agrícola. A exploração colonial, nesse período, não poderia ser corretamente analisada e discutida sem a devida menção a atuação ministerial de Melo e Castro. Em seu estudo sobre “Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)”, Fernando Novais demonstrou a importante intervenção dos secretários de Estado nas políticas do império; algo que se pode claramente notar a partir das instruções enviadas por Melo e Castro aos governadores e vice-reis do Brasil colonial. Ao longo dos primeiros meses de trabalho, procuramos então mapear esses diferentes temas e objetos da ação ministerial de Martinho de Melo e Castro. Assim, foi possível avançar na elaboração da tese de que a atuação do ministro, de modo geral, se pautou pela reação metropolitana à crise do sistema colonial, sobretudo a partir da independência dos Estados Unidos da América, em 1776. Além disso, investigou-se a hipótese de que Melo e Castro buscou aplicar na administração ultramarina portuguesa, de modo específico, políticas que a seu ver teriam sido mais adequadas, segundo as suas observações diplomáticas, para que a Inglaterra pudesse conter as reivindicações e o “espírito de independência” das colônias norte-americanas.

Palavras-chave: Martinho de Melo e Castro; Secretaria do Ultramar; antigo sistema colonial; Estados Unidos; Brasil.

O REFLETIR A DEPENDÊNCIA QUÍMICA COMO SAÚDE PÚBLICA ATRAVÉS DOS DIREITOS HUMANOS

Renato Silva avelar Avelar (UFCAT)

[*renato.avelar30@gmail.com*](mailto:renato.avelar30@gmail.com)

O presente artigo tem por objetivo analisar o papel do Estado através da saúde pública no tratamento da dependência química. É importante destacar que o principal fundamento dos direitos humanos é a garantia da dignidade, correspondendo assim que todas as pessoas devem dispor da garantia de viver dignamente. A pretensão de evitar todos os riscos da vida é obviamente inviável. A economia demonstra a inevitável ineficácia da política proibicionista referente as drogas, pois, quando ainda houver demanda, sempre haverá oferta – demanda isto posto que neste caso as drogas acompanham a história da humanidade. O verdadeiro sucesso virá apenas quando a oferta e a demanda realmente diminuïrem (em vez de se nivelarem) em todo o mundo. Desta forma, o Brasil, na saúde pública, está promovendo a exclusão do sofrimento, ou seja, um sistema de aniquilamento da pessoa humana. Neste sentido, a redução de danos seria uma política de saúde que se propõe reduzir os prejuïzos de natureza biológica, social e econômica. A temática dependência química chama a atenção de forma que constitui de maneira constante na rotina das pessoas, isso ocorre devido as divulgações relativas a ela pela mídia, de forma que a sociedade não se demonstra preocupada com a problemática em questão e até mesmo com as consequências maléficicas por elas provocadas. O Estado compreende o dever em garantir aos dependentes químicos o tratamento, de forma constitucional, previsto no direito fundamental social à saúde. A dependência química afeta os usuários em que contribui para o aumento da criminalidade, pelo conseqüente distúrbio de conduta dos seus dependentes os quais são capazes de gerar na família inúmeras consequências como a negação, isolamento social, brigas e outros. Posto isto, este trabalho irá abordar o tratamento da dependência química como um desdobramento do direito fundamental social à saúde. Através dos direitos humanos, o Estado se compromete com a responsabilidade do princípio da dignidade humana. A dignidade da pessoa humana é fundamental para o avanço social dos povos. Hoje, a referida dignidade é essencial que promove a unidade do sistema constitucional em que a interpretação do ordenamento jurídico deve ser favorável ao ser humano e sua dignidade. No atual cenário brasileiro, a dignidade da pessoa humana cada vez é desrespeitado, tentamos manter uma

pacificidade sobre os fatos em dizer que há um direito equilibrado, porém, esse direito é negado aos vulneráveis e até mesmo à assistência aos mesmos. A dignidade da pessoa humana deve sobrepor a outras diretrizes de direito, de forma que possa criar um sentido harmônico entre um direito líquido e certo aplicável e forma eficaz ao invés da existência da norma por apenas existir. Entretanto, deve existir um aproveitamento e compreensão no sistema jurídico capaz de garantir o direito aos vulneráveis. A características da dignidade da pessoa humana é um direito justo e comum a todos. Por fim, constata - se que o Estado brasileiro deve assumir uma política pública que priorize o direito à saúde dos dependentes químicos, com princípios na circunstância de que o direito à saúde que concebe um dever do Estado.

Palavras-chave: Dependência química; Direitos Humanos; Direito Fundamental. Estado.

TRADUÇÕES DO DESENVOLVIMENTO: PRODUÇÃO TEÓRICA E CONSTRUÇÃO DE CONSENSO A PARTIR DE TESES DO NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS (NAEA/UFPA) – SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX AO TEMPO PRESENTE

Tayanná Santos de Jesus Sbrana (PPHIST/UFPA)

santostaay@gmail.com

Este trabalho analisa a construção de processos de desenvolvimento na Amazônia e as relações entre a produção científica paraense e a formulação de projetos desenvolvimentistas durante a segunda metade do século XX. Para tanto, buscamos compreender as interpenetrações relativas à Teoria Econômica, a Economia Política, a Sociologia do Desenvolvimento e a Teoria da História no que concerne à discussão a respeito do desenvolvimento e projetos desenvolvimentistas na Amazônia no século XX, observando a efetuação do que chamamos de consenso desenvolvimentista no Estado do Pará a partir de análise da produção acadêmica realizada no âmbito do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Esse importante centro de pesquisas foi fundado em 1973, no contexto de ampliação das instituições voltadas para o planejamento e intervenção estatal, durante a Ditadura Militar, atuando como instituição irradiadora da ciência amazônica e, futuramente, como crítica ao regime, num processo complexo e contraditório. Na atualidade, o núcleo é uma

das principais instituições de produção científica amazônica, contando com programas de pós-graduação em todos os níveis, bem como com uma grande internacionalização dos trabalhos. Nossa proposta consiste em perceber como alguns autores contemporâneos compreendem a efetivação de projetos desenvolvimentistas na Amazônia a partir de discussões teóricas efetuadas no seio do Programa de Pósgraduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA), buscando as relações destes debates com a implementação de projetos de desenvolvimento no Pará. Para tanto, observaremos teses defendidas desde 1994 – as primeiras, disponibilizadas no acervo do programa – até o momento atual, enfocando em duas, levando em consideração outras que serão citadas em relação a estas. Nossa metodologia consiste em análise do discurso a partir de autores como Pere Petit (2003; 2018) e Pierre Bourdieu (1976; 2004; 2011; 2014), com análise comparada das fontes, todas elas bibliográficas. Ressaltamos que nossa pesquisa situa-se no campo da Teoria da História, bem como no recorte espacial e teórico da História do Tempo Presente, com enfoque interdisciplinar a partir de referencial sociológico, geográfico e antropológico. Temos, como conceitos balizadores da pesquisa, desenvolvimento, ciência, região e território, além do já citado consenso. Com este trabalho, objetivamos ampliar os estudos a respeito do desenvolvimento no campo histórico, observando que, comumente, tais análises são realizadas na Sociologia e na Antropologia e que a Teoria da História fornece importantes ferramentas para uma compreensão acurada dos processos de desenvolvimento, bem como da crítica a estes. Em suma, a execução desta pesquisa também busca ampliar as análises a respeito da Amazônia e, localmente, do Pará, como lugares produtores de conhecimento científico e crítica aos processos de desenvolvimento que, historicamente, destinam-se a estes espaços considerados, pelo poder, como vazios de gentes e sentidos.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Amazônia; Consenso; Ciência.

ECONOMIA, CRISES SISTÊMICAS E AS GUERRAS EM THOMOND, 1276-1318

Vinicius Marino Carvalho (PPGHS/USP)

vin.marin@gmail.com

Ao longo do século XIII, o Senhorio da Irlanda – nome dado ao conjunto de províncias irlandesas sob a autoridade da Coroa inglesa – protagonizou expressivos ganhos territoriais sobre reinos gaélicos nativos. Este período de conquistas militares e subsequente colonização experimentou reveses a partir do reinado de Eduardo I (1272- 1307). Entre as causas enumeradas para explicar este declínio estão o esgotamento das finanças reais provocado por guerras na Escócia, França e País de Gales; uma redução nas exportações de lã irlandesa decorrente de competição com o Continente; redobrados ataques de inimigos reais ao Senhorio da Irlanda, e um período de carestia e devastação generalizada conhecido como a Grande Fome de 1315-1317, acarretada pelo início de um câmbio climático global chamado de A Pequena Era do Gelo. Por se tratarem de fenômenos de natureza distinta, cujos efeitos apresentam forte variabilidade regional, determinar como esta bateria de crises afetou desenvolvimentos político-militares em partes diferentes da Irlanda – e com qual intensidade – não é uma tarefa simples. Nesta apresentação, analisarei como as dificuldades econômicas e ambientais enfrentadas pela Inglaterra e Senhorio da Irlanda impactaram as guerras de ingleses para conquistar o reino gaélico de Thomond, no sudoeste da Irlanda. Entre 1276 e 1318, os magnatas ingleses Thomas e Richard de Clare buscaram pacificar a província manipulando, ao seu favor, um conflito dinástico entre seus reis nativos, o clã Uí Bhriain. Não obstante, seus esforços foram mal-sucedidos e culminaram na erosão completa da presença militar inglesa em Thomond. Os conflitos entre os de Clare e os Uí Bhriain são bem-documentados em fontes inglesas e irlandesas, e o condado de Clare – localização atual do reino de Thomond – conta com dados geológicos, paleoecológicos, arqueológicos e históricos que nos permitem reconstruir, com alguma precisão, a paisagem econômica nos séculos XIII e XIV. Todavia, a relação entre as consequências das guerras do período e fenômenos econômicos e ambientais mais amplos ainda não foi suficientemente explorada pela historiografia. Nesta comunicação, apresentarei um modelo explicativo para mobilizar este conjunto de evidências baseado na modelagem baseada em agentes (agent-based modeling, ou ABM). Relacionada à análise de sistemas complexos, o ABM é uma técnica de modelagem computacional dedicada a representar a relação de agentes

entre si e seu ambiente. Ela consiste em recriar virtualmente um determinado ambiente histórico, povoá-lo com agentes virtuais e examinar suas ações para escrutinar pressupostos sobre o funcionamento destas sociedades. Desenvolvido originalmente pelo economista Thomas Schelling nos anos 1970, o ABM obteve desde então penetração em diversas áreas do conhecimento. A metodologia se provou particularmente útil entre arqueólogos, em razão de sua capacidade de manipular grandes quantidades de evidência e facilitar o refinamento de hipóteses sobre a relação do ser humano com os desafios e limites de seus ambientes.

Palavras-chave: Irlanda, História Medieval, Logística, Agent-Based Modeling, Humanidades Digitais.

RONALD REAGAN A POLÍTICA EXTERNA DE GUERRA FRIA DOS EUA ENTRE 1981-1984

Vinicius Martins Dalbelo (IRI/USP)

viniciusdalbelo@gmail.com

Ronald Reagan é um fenômeno na história recente dos EUA. Em “The Best and Worst Foreign Policy Presidents of the Past Century”, o *The Atlantic* o classificou como 4º melhor presidente no aspecto política externa, atrás de George H. W. Bush (1989-1993), Dwight Eisenhower (1953-1961) e Franklin Roosevelt (1933-1945). Frequentemente invocado por figuras políticas, Inboden (2017) expõe a impreterabilidade de um Republicano identificar-se favoravelmente à Reagan, como na fala do ex-vice-presidente, Dick Cheney, “We are all Reaganites now”. Nas eleições presidenciais de 2012, John McCain defendeu uma política externa “(re)intepretada da Doutrina Reagan para o século XXI”, e mesmo Barack Obama opinou “I think Ronald Reagan changed the trajectory of America in a way that Richard Nixon did not and in a way that Bill Clinton did not”. Após 30 anos do final da presidência de sua presidência, sua política externa mantém-se nos holofotes midiáticos, políticos e intelectuais, especialmente por três razões. Em primeiro, persiste o debate acerca do fim da Guerra Fria e da preponderância relativa de Reagan e Gorbachev. De um lado, triunfalistas advogam o papel derradeiro de Reagan ao pressionar a URSS econômica e militarmente e, assim, levar ao desmantelamento final do império soviético. Por outro lado, grande parte defende a preponderância de Gorbachev no processo, julgando

suas reformas internas como fundamentais para o fim do conflito bipolar. Em segundo, a gradativa liberação de fontes documentais sigilosas vem ocorrendo, fornecendo novas fontes de análise para historiadores e cientistas sociais. Em terceiro, há um aspecto eminentemente político-publicitário, com personalidades atuais retomando aspectos da Era Reagan com o objetivo de aproveitar-se do imenso potencial simbólico do ex-presidente. Assim, aderentes de determinados pensamentos em PE se alegam continuadores do reaganismo, tais como, os neoconservadores (promoção da democracia), internacionalistas tradicionalistas (livre comércio), nacionalistas linha-dura (confrontação assertiva) e até mesmo neoisolacionistas (INBODEN, 2017). Assim, com o intuito de estudar fenômenos recentes, a PE reaganista é invocada para análise, contextualização e reinterpretação. Reagan foi envolvido numa poderosa narrativa mítica. Troy (2005) sugere que enquanto uns o associam ao “renascimento da América”, a derrota da URSS e ao fim do comunismo, para outros o reaganismo foi uma “miopia nacional, imoral e perigosa” (TROY, 2005). Na literatura, é comum deparar-se com posicionamentos ideológicos e argumentações inflamadas. Por exemplo, Dixon (1985) malsina que “the U.S. under Reagan has become so politically discredited and so morally bankrupted that it has removed itself from the company of lawful states”, enquanto Petersen (2004) celebra que “Reagan was extraordinary” (DIXON, 1985; PETERSEN, 2004). Em artigo na *Foreign Policy*, Beinart delimita a existência destas míticas: 1) Reagan foi o maior dos linha-dura; 2) Eliminou a Síndrome do Vietnã; 3) Levou a URSS à submissão; 4) Era amado pelos conservadores, e 5) Foi duro contra o terrorismo. Apesar de simplificado, o intelectual é preciso nestas categorizações, sendo possível identifica-las com relativa frequência na literatura. Este trabalho manifesta dois objetivos. Em primeiro, debateremos as divergências teóricas sobre a PE reaganista, ancorados em análise da literatura especializada. Demonstraremos que, apesar de discrepâncias ocasionais, há mais consonância, e todos os paradigmas salvaguardam o papel das ideias, opiniões e percepções de Reagan na elaboração e condução de sua PE. Em segundo, defenderemos que duas opiniões essenciais prevaleceram: o anticomunismo e a nocividade da política de détente e demonstraremos sua centralidade durante o primeiro mandato. Exporemos que ambas as ideias minaram as relações americano-soviéticas, culminando no perigoso ano de 1983, no qual ocorreu o rompimento das relações, o final da détente e o ápice da 2ª Guerra Fria. Para esta investigação, utilizamos 160 discursos presidenciais selecionados aleatoriamente entre 1981 e 1988 (selecionados a partir do termo “soviet”); 7 discursos considerados por seu principal redator, Tony Dolan, como os mais representativos; os diários presidenciais escritos ao longo dos dois mandatos e editado por Douglas Brinkley em livro em 2009; 43 National Security

Decision Directives; a autobiografia oficial relançada em 2011, e o *Foreign Relations of the United States, 1981–1988, Volume III, Soviet Union, January 1981–January 1983*, disponibilizados pelo Office of the Historian, Department of State, em 2016, e que contém 260 documentos sigilosos do período. A partir da análise da literatura especializada, foi possível concluir que há poucas divergências teóricas fundamentais e mais convergência. A principal convergência, todavia, se dá no papel das ideias e ideologia, pois contrariamente ao realismo, a equidade ideológica em razão de um equilíbrio de poder é essencialmente imoral. Assim, durante o primeiro mandato de Reagan, as ideias e a ideologia tiveram papel destacado na elaboração da PE, e duas foram fundamentais: o anticomunismo e o desprezo pela política de détente dos anos 1970. Com relação ao anticomunismo, sua origem em Reagan costuma ser traçada em três momentos: infância, carreira em Hollywood e início da carreira política nos anos 1960. Em nossa análise de conteúdo dos discursos selecionados aleatoriamente, identificamos que os termos *freedom* e *liberty* aparecem 292 vezes entre 1981 e 1984, enquanto os termos mais associados à URSS (*violent / aggression / expansion/occupation/intervention / domination*) apareceram um total de 76 vezes no mesmo período, demonstrando que o uso retórico teve como base uma estratégia dual de assertividade contra o modelo comunista em comparação a um modelo ideal norte-americano. Em sequência, com base nas fontes sigilosas, demonstramos que o uso retórico do anticomunismo gerou dois efeitos reais sobre a PE: o descontentamento crescente dos mais importantes formuladores soviéticos de política externa, trazidos à tona nas mais importantes reuniões bilaterais, e um crescente senso de deslegitimidade soviético, obrigando os mesmos formuladores a defenderem assertivamente seu país, regime e liderança. Em segundo, trabalhamos a política de détente. Inexiste claro consenso sobre o fim desta política, mas, de forma geral, é possível compreender um processo de transição entre a détente dos anos 1970 e uma “Nova Guerra Fria” ou “Segunda Guerra Fria”. Os documentos indicam que os norte-americanos viam com grande desgosto a política e tentativas frequentes dos soviéticos em mantê-la fomentava a percepção norteamericana de que a URSS defendia a cooperação como uma estratégia de seu expansionismo global. Dois importantes desdobramentos se dariam em razão do desmonte da détente: o fortalecimento militar durante e o retorno do princípio de ligação (*linkage*) ao trato diplomático.

Palavras-chave: Ronald Reagan; Guerra Fria; Política Externa; Détente; Anticomunismo.

FASUBRA: ASPECTOS HISTÓRICOS DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICOADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL

Viviane Belizario de Freitas Guinossi (UNINOVE)

Carlos Bauer (UNINOVE)

vivi_freitas13@yahoo.com.br

O objetivo desta comunicação é proporcionar o debate inicial sobre alguns aspectos do processo de fundação da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicoadministrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA). Esse movimento se deu em 1978, em pleno período de ditadura civil-militar, uma época marcada por atrocidades no cenário da história nacional, trazendo à tona alguns elementos que podem ser considerados como atos conscientes de resistência política e social diante das atrocidades impostas pela ditadura civil-militar. Só por esse enquadramento debruçarmos na história dessa entidade já se justificaria. Todavia a pesquisa também objetiva estudar a entidade numa perspectiva história até 2006, ano em se deu o término do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva à frente da presidência da República. Esse recorte histórico se deu por esse ser um momento de características inusitadas, com amplas repercussões e disjuntivas no interior dos movimentos populares e sociais, da juventude e dos sindicatos combativos atuantes no Brasil contemporâneo. A escolha dessa periodização justifica-se num contexto de dois marcos temporais, diretamente opostos, de um lado: a ousadia dos trabalhadores das universidades públicas brasileiras se colocarem em movimento pela unificação da categoria, em plena vigência da ditadura civil-militar e os desafios que se colocaram para aqueles que, no período da chamada transição democrática, haviam se dedicado de forma denodada pela consolidação e o fortalecimento da liderança de Lula, ter que, nos anos subsequentes, enfrentá-lo, questionar o seu governo e colocar os projetos políticos, sociais e educacionais da entidade em primeiro plano. Outro aspecto que consideramos importante nesse estudo é a lacuna que desejamos sanar, visto que não existem nos bancos e teses uma quantidade relevante de trabalhos preocupados em estudar as entidades dos trabalhadores em educação, bem como suas propostas políticas e educacionais. Percebendo essa lacuna, nos foi possível identificar a relevância desse estudo ao dar luz a FASUBRA que por razões já delimitadas, é uma entidade que merece ser estudada do ponto de suas lutas políticas e acima de tudo, suas lutas educacionais. A pesquisa é de natureza qualitativa, priorizando os

sujeitos que atuavam nas universidades públicas brasileiras ao longo do período estudado e participaram ativamente da história da FASUBRA. Adotamos como marcos teóricos, os postulados do materialismo histórico dialético e os autores preocupados em interpretar criticamente os principais aspectos da história da educação, do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação e das políticas educacionais contemporâneas, com autores preocupados em interpretar criticamente os principais aspectos da história da educação, do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação e das políticas educacionais contemporâneas. Entre eles: Saviani (2006), Frigotto (2000), Cunha (2007), Leher (2010), DAL ROSSO (2011), Ferreira Jr. (1998) e Ciavatta (2003). As fontes orais deverão ser enriquecidas com o uso de fotografias, jornais, panfletos, teses congressuais e demais documentos internos da entidade que possam colaborar com o constructo geral da presente proposta de estudo histórico educacional.

Palavras-chave: FASUBRA; História da educação; Sindicalismo em educação; Disputas sindicais; Governo Lula.

f)

Patrimônio & História de Empresas

- Abarca estudos relacionados ao processo de acumulação de riqueza tanto individual como empresarial. Assim, fazem parte desta linha estudos sobre a evolução patrimonial das sociedades, mediante o uso de documentação como inventários post-mortem, registros de imóveis e de hipotecas, entre outros, assim como estudos de história de empresas por meio de relatórios empresariais, balanços contábeis, etc. A linha engloba a análise da constituição, ou mesmo da destruição, do patrimônio de indivíduos, de famílias, de empresas e, de maneira mais ampla, de sociedades.
-

O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS NA BAHIA OITOCENTISTA: A TRAJETÓRIA DO CORONEL JOAQUIM PEDREIRA DE CERQUEIRA, 1850-1873

Allan da Silva de Freitas (UEFS)

allan.asf22@gmail.com

A presente proposta de comunicação versa acerca dos processos, permanências e rupturas intrínsecas ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil do século XIX. As principais questões propostas são: como se desenvolveram as relações capitalistas na Bahia? Quais mudanças de comportamentos, representações e cultura das elites podemos observar para constatarmos a presença do desenvolvimento de logicidades capitalistas na Bahia do século XIX? Em outras palavras, o que representava ser/agir como um "capitalista" na centúria oitocentista baiana? O interesse do objeto de pesquisa que pretendemos aqui partiu do conhecimento acerca de Joaquim Pedreira de Cerqueira, um sujeito branco, Coronel da Guarda Nacional, senhor de escravizados, senhor de engenho em Santo Amaro da Purificação, dono de fazendas de gado no sertão do Camisão, financista, rentista, membro fundador da Irmandade da Misericórdia em Feira de Santana, bem como do Imperial Instituto Agrícola da Bahia, além de ter sido afamado pela alcunha de 'capitalista'. Nasceu em 1799 em São Gonçalo dos Campos e faleceu em 1873, residiu até sua morte na Vila da Feira de Sant'Anna, notadamente chegou a hospedar Suas Majestades Imperiais, D. Pedro II e D. Tereza Cristina, em sua residência, por ocasião da visita das augustas figuras às Províncias do Norte em 1859. Financeiramente, o Coronel Pedreira se destacou em relação aos seus pares baianos: segundo as fontes, foi um dos homens mais ricos do período, detendo uma fortuna de 1.281:287\$045 réis, celebrenemente figurando entre os duzentos maiores acionistas do Banco do Brasil e do Banco da Bahia. Sua riqueza foi representativa também em sua morte: gozou de um imponente rito fúnebre quando faleceu em fevereiro de 1873 avaliado em 6:559\$790 réis. Para além de ser uma figura que, estranhamente foi esquecida pelos Anais da história, haja vista sua atuação e relações na Bahia e no Brasil oitocentista, sua menção enquanto capitalista é o ponto central de nossa análise: quais condições objetivas ou subjetivas detinha o Coronel Pedreira para sua atribuição enquanto capitalista? Mas para discutirmos o ser capitalista, precisamos antes colocar em discussão o desenvolvimento das relações capitalistas no contexto vivo pelo Coronel Pedreira. A proposta que apresentamos para

a realização deste trabalho é a de uma análise em micro-história, utilizando de um jogo de escalas entre o macro e o micro para problematizar, mediante a trajetória do Coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira, que aspectos das relações sociais, econômicas e religiosas de tal sujeito podem denunciar o desenvolvimento de relações capitalistas e, por conseguinte, de uma mudança da cultura das elites baianas, bem como o que era ser capitalista para a Bahia oitocentista. Pretendemos realizar um trabalho de biografia histórica, discutindo a vida do Coronel Pedreira a luz dos eventos históricos do contexto vivido por ele, pautando-nos em fontes para a construção da narrativa. Como bem discutiu Carlo Ginzburg em *Micro-histórias* e os ensaios, o método nominativo é fundamental para a construção de uma trajetória acerca de um sujeito histórico: trata-se de uma busca a partir do nome do indivíduo pesquisado em diversos tipos de fontes para, mediante o cruzamento destas informações, esboçar um esquema das relações que o sujeito construiu e descontinuou no decurso de sua vida. O trabalho em questão perpassa o estudo da cultura das elites e da História dos Conceitos. Em relação ao primeiro caso, para compreendermos a mudança/desenvolvimento das relações de ordem capitalista no interior das elites baianas do século XIX; no segundo caso, para a discussão do significado de ser capitalista na Bahia do século XIX. As discussões acerca da cultura das elites dialogam com o conceito da História das Mentalidades, entendido por Michel Vovelle como a relação dialética entre as condições materiais objetivas e a forma como os sujeitos a vivem e a narram, diferindo, no entanto, quanto ao aspecto classista e subjetivo das ações dos sujeitos. Assim como Ginzburg criticou no livro *O Queijo e os Vermes*, o conceito de mentalidade possui uma abordagem interclassista, o que poderia redundar em equívocos. Neste sentido, admitimos o conceito de cultura das elites, que tem abordagem de um estudo classista, focado nas elites baianas oitocentistas, haja vista que o termo mentalidade pode colocar em segundo plano o componente racional que pode ter existido nas atitudes de Joaquim Pedreira de Cerqueira, bem como pode universalizar relações e concepções que, a nosso ver, eram mais próprios das elites que de toda uma sociedade. Não perderemos de vista, no entanto circularidade cultural com o pensamento das classes populares. Nem tão pouco admitimos uma homogeneidade para o que chamamos de cultura das elites, tendo em vista as particularidades e dissensos existentes no interior dessa classe. Quanto à História dos Conceitos, dialogamos com Reinhart Koselleck e entendemos que "sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política." Em outras palavras, "os conceitos fundamentam-se em sistemas político-sociais que são, de longe, mais complexos do que faz supor sua compreensão como comunidades lingüísticas [sic] organizadas sob determinados conceitos-chave." Dessa

forma, problematizar o que representava ser um capitalista na Bahia do século XIX, perpassa analisar o próprio sistema político-social e mesmo econômico do período, o que representa dizer que um conceito abrange formas de sociabilidades de dado momento histórico e é um bom caminho para uma empreitada de discussão de uma época. Para a realização do trabalho, lançamos mão do inventário e do testamento do Coronel Pedreira, registros de óbito, jornais, impressos, códigos de leis e fotografias do período. Podemos situar este trabalho dissertativo no campo da História Econômico-social. A pretensão é de serem construídos três capítulos que versem desde os conflitos que circundaram a morte, e as visões do Coronel sobre essa, até a composição e como se reproduzia a fortuna do abastado senhor, tendo sempre em vista a discussão das condições em que se desenvolveram as relações capitalistas e os fatores objetivos e/ou subjetivos que elaboravam uma representação de "capitalista" para Joaquim Pedreira de Cerqueira. O recorte temporal do trabalho está situado entre 1850 e 1873. Para o primeiro marco, tomamos como justificativa o que se convencionou chamar de "período modernizador" e de "pacificação" do Brasil. A mudança da legislação sobre a terra, acerca do tráfico transatlântico de escravizados, sobre a criação de empresas em sociedades anônimas entre outras, estão no bojo de tal processo modernizador de viés capitalista empreendido pelo Estado brasileiro.

Palavras-chave: Trajetória; capitalismo; elites; Riqueza; Bahia.

EMPREENDIMENTOS NO MARANHÃO NO SÉCULO XIX: FÁBRICA CÂNHAMO E DESIGUALDADES DO OPERARIADO

Luiz Eduardo Simões de Souza (UFMA)

luizedusouza@gmail.com

As cidades modernas se constroem a partir de histórias acerca da sua construção. Ao destacarmos os vestígios dos processos industriais, destaca-se a modernidade inerente à urbanização brasileira em razão do processo de industrialização. A industrialização brasileira pode ser caracterizada na historiografia econômica como tardia e reflexa. O estudo da história de empresas, nesse sentido, é recente. No Nordeste do Brasil, o interesse pelo patrimônio industrial é ainda mais recente. A estrutura de posse fundiária, relações sociais produtivas de

caráter escravista a dependência histórica da monocultura, a privação de investimentos nesse setor somadas à carência de tecnologia e mão de obra qualificada, a dominação inglesa sobre a produção de manufaturas entravaram esse crescimento industrial. Nessa perspectiva, o Maranhão não se divergiu do resto do país. Ainda em meados do século XIX, identificam-se surtos industriais em algumas partes do Brasil. Destacam-se alguns empreendimentos industriais têxteis no Maranhão, na fabricação de fios, punhos e tecidos, feitos a partir de algodão e cânhamo. Um primeiro crescimento estrutural da indústria brasileira ocorre ao final do século XIX, com os bens de consumo não-duráveis, onde cresce o ramo de indústria têxtil, tendo como consequência o surgimento e a consolidação de uma camada média urbana, principalmente nas cidades. O caráter excludente, racista e mesmo eugenista desse processo, especialmente no campo das políticas governamentais, também teve reflexos característicos no Maranhão. Outro fator presente foi o desenvolvimento fabril correlato ao deslocamento de capital para esse setor. Esse capital resultante da inviabilização do tráfico, da diversificação da agroexportação atingida esporadicamente por choques externos, ou em abastecimento de setores ligados à cadeia produtiva, como as atividades comerciais ou, ainda, ao parque têxtil maranhense. Existe um intenso debate acerca da origem do capital investido no setor industrial maranhense: para alguns esse capital teria origem com o fim do tráfico outros já admitem que foram as empresas comerciais e de crédito liberaram capitais: e ainda admitindo que o crescimento industrial é resultante do foco industrial que surge no Brasil, no século XIX. Para Viveiros (1964), o capital investido, no parque têxtil é proveniente do colapso da escravatura com e das atividades agrícolas, entretanto para Melo (1990), o capital investido é proveniente dos empreendimentos creditícios e comerciais, que fizeram parte do processo industrial, já para o Caldeira, o capital investido no parque industrial está associado às condições que favoreciam a expansão da indústria do Brasil. Entre 1875 e 1893, o parque fabril maranhense era composto de 15 fábricas, sendo 10 em São Luís, 04 em Caxias e 01 em Codó o destaque maior será a indústria têxtil; a Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo, localizada no final da rua de São Pantaleão, seu surgimento ocorre no final do século XIX, entre diversas outras fábricas têxteis no Maranhão. A produção dessa empresa consistia em sacos de tecido, estopa, fios e punhos, cordas, tapetes e lonas, sendo comercializadas tanto no mercado nacional quanto no estrangeiro com grande aceitação. Uma diferença peculiar era a matéria-prima utilizada que era diferente das outras fábricas que utilizavam algodão. Comprando da Inglaterra seu maquinário e matéria-prima. Seu ápice acontece entre as décadas de 1920 e 1930 do século XX. Em relação à sua importância a nível mundial, afirma Gomes (1999): O cânhamo já foi o

maior negócio do mundo. Sua fibra movia os navios do planeta e toda a economia mundial dependia dos produtos extraídos da planta da maconha. A Rússia fornecia 80% do cânhamo usado no Ocidente e era a melhor fabricante de velas, cordas e redes para navegação. A Grã-Bretanha comprava 90% de seu cânhamo naval da Rússia. A cada dois anos, um navio precisava substituir de 50 a 100 toneladas de velame e cordame de cânhamo. Não havia substitutos eficientes – as velas de linho, por exemplo, apodreciam em três meses ou menos, devido à salinidade do ar. sendo construída em 1891 mas só entra em funcionamento em 1893. O curso da fábrica, desde sua inauguração em 1893 até seu fechamento, em 1969, é marcada por muitos resultados positivos e crises. A fábrica iniciou com um total de 160 funcionários, sendo sua grande maioria composta por mulheres, que totalizava, 120, e 40 homens. Todo equipamento necessário para seu funcionamento era importado, o que se somava a um elevado custo técnico e operacional, exigindo a utilização de maquinário pesado, e um alto gasto de recursos naturais, especialmente vegetais. Outro fator relevante são as tentativas da fábrica em promover o controle da sociabilidade dos operários, com episódios que mostram sequelas de relações sociais produtivas escravistas nessa nova forma de organização econômica. Empregavam boa parte de mão de obra local; operários, que ainda não possuem direitos trabalhistas previstos em lei, salários abaixo do previsto, ambientes precários, número super elevado de acidentes de trabalhos, além de doenças como tuberculose e impaludismo, gripe espanhola. Tudo isso assolava a vida desses funcionários. 70% desses trabalhadores era composta por mulheres, incluindo crianças e adolescentes. Dessas mesmas crianças, boa parte vinha das famílias dos próprios operários, que viam nas fábricas uma oportunidade de “melhorar de vida”. A entrada das mulheres na força de trabalho fabril representava uma complementação da renda familiar dos trabalhadores, como incorporação de faixas do exército industrial de reserva, transferindo o trabalho feminino da esfera doméstica para a exploração fabril.

Palavras-chave: Indústria têxtil, Cânhamo, operariado, desigualdade, exploração.

OS BANCOS E O CRÉDITO: A FORMAÇÃO DA REDE BANCÁRIA NO SUL DE MINAS GERAIS

Rafaela Carvalho Pinheiro (PPGHE/USP)

rafaelarscarvalho@usp.br

Os bancos constituem-se como um dos elementos primordiais para efetivação do capitalismo, uma vez que são responsáveis por reunir os recursos financeiros disponíveis em determinada localidade e reparti-los conforme a necessidade de crédito. Dessa forma, o vigor das economias dependia de bancos preparados para satisfazer suas demandas, o que impactava diretamente no desenvolvimento dessas economias. É possível compreender, para além do papel dos bancos como agentes do desenvolvimento econômico, a função especial que o financiamento bancário desempenha nesse processo. Isso ocorre porque entra em ação o efeito multiplicador do crédito, aumentando a oferta de moeda e expandindo a base monetária existente em determinado momento. Por outro lado, a ausência de uma rede bancária sólida configura uma limitação ao avanço dessas economias, o que ocorreu em Minas Gerais ao longo de todo o século XIX. O Sul de Minas apresenta-se hoje como a localidade mais economicamente importante de Minas Gerais, atrás apenas da região onde situa-se a capital Belo Horizonte. A região sul-mineira, ao contrário das demais, caracteriza-se pela falta de uma cidade polo, concentradora de recursos e serviços. O Sul de Minas é conformado por cidades de tamanho e população mais ou menos equivalentes, mas que no conjunto compõem uma grande economia. A pujança das paragens do sul do estado surgiu em contraponto à região até então dominante, a Zona da Mata, nas décadas iniciais do século XX. O Sul, que ao longo de todo os oitocentos distinguiu-se pela economia de abastecimento, passou a dedicar-se à economia cafeeira na virada para o novo século e expandiu seus centros urbanos, além de ter desenvolvido suas linhas férreas e sua indústria. Dessa forma, o Sul de Minas foi a região que mais inaugurou bancos nas primeiras décadas do século XX, à frente das localidades mais importantes até então como o Centro e a Mata mineira. A expansão da rede bancária no Sul de Minas Gerais deu-se, a exemplo do próprio estado de Minas, a partir de 1909. Até então, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, com sede em Juiz de Fora, na Zona da Mata, foi o único banco mineiro que sobreviveu à crise do Encilhamento e à transição do século XIX para o XX. Dessa maneira, o Credireal, como era conhecido, foi a única instituição financeira de Minas Gerais até 1909. No entanto, entre 1909 e 1940, o Sul de Minas

inaugurou 41 novos bancos locais, enquanto o Centro fundou 28 e a Mata apenas 18. Na década de 1930, período dos efeitos da crise de 1929, o Sul de Minas reunia o maior número de bancos, tanto com sede local quanto de filiais. Embora sem nenhuma instituição internacional e com capital mais humilde, a cidade da sede do Banco do Sul de Minas, Varginha, possuía a mesma quantidade de bancos que a capital Belo Horizonte, com mais instituições que Juiz de Fora, tida como “capital” da Zona da Mata. Nesse sentido, considerando o papel fundamental dos bancos para a economia capitalista, bem como as especificidades inerentes a bancos pequenos, ditos locais, o presente trabalho pretende discutir o sistema bancário sul-mineiro nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Bancos; Sul de Minas; economia regional.

g)

Teoria, Historiografia & Pensamento Econômico

- Destina-se a reflexão histórica acerca da produção intelectual relacionada ao campo da história econômica. A linha inclui estudos sobre a construção do conhecimento histórico no tempo, atentando para o lugar da história econômica e para suas relações com outras linhagens historiográficas. Nesse sentido, a linha abre espaço para a discussão sobre métodos e tendências teóricas envolvidos na produção historiográfica. Também fazem parte desta linha pesquisas sobre as trajetórias das ideias econômicas no tempo e no espaço, mediante o uso de fontes relativas à produção intelectual sobre questões econômicas, teóricas e práticas, em diferentes contextos históricos.
-

A ANÁLISE DE SISTEMA-MUNDO EM GIOVANNI ARRIGHI: ARTICULAÇÕES DO CONCEITO DE HEGEMONIA

André Stuchi de Almeida (EPPEN/UNIFESP)

andrestuchi@gmail.com

No campo de estudos denominado análises de sistemas-mundo, inaugurado por Immanuel Wallerstein e fortemente influenciado pela obra de Fernand Braudel, destacam-se elementos teóricos basilares para a compreensão do capitalismo em escala global e as articulações entre Estados nacionais, sistema interestatal e a relação entre Estado e capitalismo. É nesse contexto que Giovanni Arrighi desenvolve sua teoria, embasado no conceito gramsciano de hegemonia, transportado agora para as relações internacionais. Nossa proposta tem por objetivo analisar o processo de desenvolvimento dessa articulação entre análise de sistemas-mundo e hegemonia no interior do pensamento do autor, num itinerário que se estende desde a década de 1970 e tem seu apogeu na década de 1990, com o lançamento do livro “O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo”. Lançando mão das obras do autor, desde as primeiras formulações sobre hegemonia, presentes no livro de 1978, “Geometry of imperialism”, intentamos buscar os referenciais teóricos que se articulam em seu pensamento e se desenvolvem posteriormente no trabalho coletivo de “Dynamics of global crisis”, escrito em conjunto com André Gunder Frank, Immanuel Wallerstein e Samir Amin, até chegar a sua formulação mais lapidada em “O longo século XX”. As premissas dessa discussão já foram desenvolvidas em trabalho de conclusão de curso da pós-graduação em Conflitos internacionais e globalização, da EPPEN-Unifesp, em monografia defendida sob o título “Hegemonia em Giovanni Arrighi: itinerário de construção de um conceito (1982-1994)”. Nela buscamos recompor o itinerário do pensamento do autor, numa cronologia indicada por ele próprio e que remonta as origens da investigação que culmina em “O longo século XX” aos anos 1970, quando a realidade, da qual seu pensamento é inescapável, impõe o que caracterizamos como uma dupla crise. As crises às quais nos referimos são a crise que perpassa as ciências sociais e a crise estrutural do capitalismo em escala planetária. Quanto à primeira, cabe considerar que vinha se delineando desde os anos 1960 e que os limites estanques das Ciências Sociais, calcados no modelo positivista do século XIX, já demonstravam sua ineficiência. Prova disso são as importantes considerações trazidas à luz por Fernand Braudel, importante referência teórica de Arrighi, e que já sinalizavam o esgotamento do escopo

analítico da ciência histórica até então praticada. A necessidade crescente de interlocução e ampliação dos horizontes nas intersecções das ciências humanas é um dos aspectos a serem destacados. Pensadores da década de 1960 são, indubitavelmente, grandes deflagradores dessa transformação no campo da análise, em especial aqueles vinculados ao pósestruturalismo e que propõe novo olhar sobre a sociedade, com um poder de alcance tal que se tornarão uma espécie de gurus dos movimentos emanados do maio francês. Assim, encadeiam-se as convulsões de um mundo em transformação que as Ciências Sociais tentam acompanhar, e em algum termo, oferecer diretrizes para ação. Em paralelo que preserva certa sincronicidade, as mobilizações operárias italianas também trarão um repertório caro ao pensamento arrighiano: a necessidade de encontrar meios de interlocução para uma militância de intelectuais e operários, considerando o quanto a classe trabalhadora italiana já se encontrava desiludida com os itinerários propostos pelos sindicatos tradicionais e os partidos políticos trabalhistas e comunistas. Nesse contexto, o da gênese de grupos como o Autonomia Operaia, Arrighi toma participação ativa, o que deixa marcas indeléveis em sua concepção teórica. A segunda crise, que perpassa as anteriores, evidentemente, é a crise estrutural do capitalismo em escala planetária que se desdobra na década de 1970 e da qual o choque do petróleo é sua expressão superficial mais midiaticizada. Essa crise impõe a todo um conjunto de pensadores críticos a necessidade de um retorno aos referenciais teóricos marxistas, não obstante as novas aquisições no campo da economia política, é em Marx, o fundador de sua crítica, que parece se oferecer a chave analítica mais consistente. É nesse contexto de dupla crise que se inicia a longa jornada de Arrighi na investigação das origens do capitalismo contemporâneo. Articulam-se, portanto, no interior de sua obra, conceitos de grande relevância no entendimento do sistema-mundo capitalista, sendo notáveis os conceitos de: I) Hegemonia, que supomos tratar-se de um conceito particular e novo. Sem dúvidas, a referência inicial encontra-se assentada em Gramsci, o mais famoso formulador e difusor desse conceito, todavia, ele aparece ressignificado e como ferramenta analítica das relações internacionais, no plano político e econômico, assim como aparece um novo olhar sobre o conceito de função piemontesa, também gramsciano; II) Sistema-mundo, que tem suas raízes no pensamento de Immanuel Wallerstein, importante referencial e interlocutor de Arrighi, a quem, ao lado de Braudel, ele atribui importância decisiva para a compreensão da construção histórica de estruturas sociais no decorrer da longa duração (a *longue durée* braudeliana); III) Ciclos históricos de acumulação do capital, conceito este que termina por ser o eixo de todo o pensamento do autor na formulação de uma teoria dos ciclos hegemônicos; IV) Teoria da estabilidade hegemônica, a partir da qual o autor desenvolve a

noção dos ciclos históricos de acumulação, sempre hegemonizados por um Estado que se coloca no papel de primus inter pares, na regência do sistema-mundo; Assim, Arrighi compõe o aparato teórico que fundamenta o panorama investigativo de seus estudos. Não reivindica, vale salientar, qualquer aura de ineditismo ou de inventividade ímpar, pelo oposto, alicerça sua análise em importantes pensadores. Não compõe, por outro lado, aquilo que em tom pejorativo se denomina uma teoria eclética ou cosmopolita, como se fosse uma costura um tanto aleatória de teorias diversas. Dessa perspectiva surge o interesse em analisar o pensamento do autor, uma vez que compõe uma proposta interpretativa autêntica sem perder o lastro em seus autores de referência, nem enredar-se por propostas da última hora, sendo, então, importante autor no panorama da análise de sistemas-mundo, e dentre esses, aquele que mais penetração parece ter encontrado em diversos campos das Ciências Sociais, desde a História Econômica até as Relações Internacionais, tendo seu pensamento amplamente difundido. Compõe, ainda, ao lado de Robert Cox, o campo da teoria crítica das relações internacionais, entendidas na dupla acepção de relações interestatais e econômicas transfronteiriças, e que, salientemos, nos dois autores aparecem intimamente atadas. Ambos constituem o repertório de aplicação de Gramsci a essa seara de estudos.

Palavras-chave: Giovanni Arrighi; análise de sistemas-mundo; hegemonia; teoria da estabilidade hegemônica; ciclos históricos de acumulação

O SEGUNDO GOVERNO DE VARGAS NA LITERATURA ECONÔMICA CONTEMPORÂNEA

Bruno Ferreira da Silva (EPPEN/UNIFESP)

bfsilva@unifesp.br

É notável que períodos marcantes na história costumam gerar grandes debates intelectuais sobre seus acontecimentos e desdobramentos em diferentes áreas de estudo, isso não é diferente na história econômica do Brasil, o 2º governo de Getúlio Vargas, que se inicia em 1951 após eleição democrática e se encerra em 1954 com o marcante suicídio de Vargas, é dos períodos que mais gerou debates entre economistas e historiadores brasileiros, o principal motivo para esses debates é contradição aparente entre o projeto econômico proposto e defendido por Vargas

durante sua candidatura em 1950, e a randomização nas políticas econômicas aplicadas pelo Estado nos quatro anos de seu governo. Assim, o objetivo do presente trabalho é apresentar e contrapor as diferentes interpretações na literatura econômica das últimas décadas sobre o projeto e políticas econômicas deste governo, ressaltando e buscando entender as cruciais particularidades e influências de cada interpretação. A primeira sessão deste trabalho tem caráter introdutório e apresenta um histórico não exaustivo do contexto interno e externo vivenciado durante o período do 2º governo de Vargas, além disso, é apresentado o projeto econômico de governo proposto por Vargas durante sua candidatura em 1950 e que ganhou grande apelo popular, bem como, algumas das principais políticas econômicas efetivamente aplicadas pelo governo e seus resultados no curto, médio e longo prazo. As duas sessões seguintes têm como finalidade apresentar as interpretações contemporâneas do mencionado governo na literatura econômica nacional. Na sessão dois são discutidas as interpretações que defendem a existência de um projeto de desenvolvimento nacional no 2º Governo Vargas, seja ele por meio da criação e fortalecimento das instituições, seja ele por meio da industrialização e do alcance da independência externa como na interpretação de Fonseca (1997). Já na terceira sessão são discutidas as interpretações que se contrapõem às anteriores, ou seja, que negam a existência de um projeto nacional-desenvolvimentista no 2º Governo Vargas e tentam mostrar que as ações governamentais no período focaram apenas em soluções de curto e médio prazo para a economia, sem se preocupar com o real desenvolvimento do país, com a industrialização e sua independência externa como na interpretação de Lessa e Fiori (1991). A quarta sessão do trabalho contrapõe de maneira detalhada as características das interpretações apresentadas nas duas sessões anteriores, o objetivo é observar as diferentes influências, referências e recortes de cada autor discutido, com isso é possível entender algumas razões que levam à interpretações tão opostas sobre o projeto econômico e políticas aplicadas por este governo. Por fim, a última sessão do trabalho sintetiza alguns dos fatores observados nas sessões anteriores e que contribuem para que o debate sobre o projeto e políticas econômicas do 2º Governo Vargas continue vivo e aquecido na literatura econômica nacional nas últimas décadas mesmo depois de tantas interpretações e acontecimentos.

Palavras-chave: Getúlio Vargas; História Econômica; Política Econômica; Nacional-desenvolvimentismo.

METAMORFOSES DO CAPITALISMO E CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: TENDÊNCIAS, CONTRATENDÊNCIAS E DIVISÃO CENTRO-PERIFERIA

Bruno Prado Prates (UFMG)

brunopradobrates@gmail.com

O objetivo do presente trabalho é relacionar as mudanças na redação, por Marx, de sua crítica da economia política - e a lei da queda tendencial da taxa de lucro em particular - com o que Furtado (2002) chamou de “metamorfoses do capitalismo”. Buscaremos argumentar que o processo de redação de *O capital* é afetado tanto por mudanças nas investigações de Marx, gradativamente mais orientadas às formações sociais nãoocidentais, quanto pelo desenvolvimento do próprio capitalismo europeu, que se mostrou resistente a sucessivas crises e revoltas populares. Acreditamos que essa discussão é da maior importância para se pensar o capitalismo contemporâneo, marcado pela centralidade da ciência, tecnologia, e pela divisão centro-periferia. O ano de 1857 foi marcante para o pensamento de Marx. Foi neste ano que eclodiu na Índia o Levante Sepoy, que se somou, aos olhos do autor, a uma revolta já sem curso: a Revolução Taiping, na China. Estes eventos significaram uma inflexão no pensamento do autor, que agora se voltava para as formações sociais não ocidentais, fato analisado com profundidade por Anderson (2016) e Pradella (2015). Durante este período também ocorreu a crise de 1857-58, que se deflagrou “exatamente como Marx havia previsto ainda em 1850 - com uma crise financeira em Nova Iorque” (KRÄTKE, 2008, p. 169) e logo se expandiu por diversos outros países. Essa conjuntura de crise impactou consideravelmente as formulações teóricas do autor que, em seus *Grundrisse*, revela a descoberta da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Segundo ele, essa é “a lei mais importante da economia política moderna” (MARX, 2011, p. 626). O início da redação da crítica da economia política deve muito, portanto, aos eventos de instabilidade mundial dentro e fora dos limites territoriais das potências capitalistas de seu tempo. Em 1857, Marx descreve a lei como uma tendência à derrocada do capital, reflexo de uma análise realizada frente à primeira crise econômica de proporções mundiais. Já no Manuscrito de 1861-63, em parte aproveitado para o Livro I de *O capital*, e no Manuscrito de 1864-65, que mais tarde daria origem ao Livro III, Marx confere mais ênfase às contratendências dessa lei, indicando o esforço do autor em compreender os fatores que levaram à rápida recuperação do capitalismo após a crise. Nessa nova abordagem, as

transformações tecnológicas de seu tempo, assim como as práticas colonialistas, passam a ocupar maior espaço em sua crítica da economia política e, como argumenta Moseley (2018), Marx abandona a perspectiva de que as crises causadas pela tendência à queda da taxa de lucro levariam a uma “derrocada violenta” do capitalismo. A última edição de *O capital* publicada pelo autor em vida, a edição francesa de 1872-75, junto a diversos textos não publicados, também incorporam parte significativa dessas novas formulações. A sobrevivência do capitalismo após sucessivas crises, assim como a derrota da Comuna de Paris, levaram Marx e Engels, no final da década de 1870, a aprofundar seus estudos sobre as formações sociais não ocidentais, em particular a Rússia. Esse novo engajamento fez com que os autores se debruçassem sobre o papel das comunas rurais e da indústria capitalista, discussão muito presente nas correspondências de Marx e Engels com socialistas russos como Nikolai Danielson e Vera Zasulich, e pode ser conferida nos textos organizados por Shanin (1983). Na década de 1920, parte dessa problemática ganhou novo fôlego nas discussões sobre a construção da economia soviética, que levaram ao que Nove (1992) considera o início de uma teoria do desenvolvimento. Acreditamos que essas questões conectam a inflexão no pensamento de Marx com problemas políticos e econômicos contemporâneos. Após a Segunda Guerra Mundial, a Revolução Científico-Técnica transformou enormemente a relação entre a ciência e a produção, como demonstra Dos Santos (1987). A riqueza da teoria econômica deste período deu origem à abordagem centro-periferia que, como formulada por Celso Furtado (1978), explica as relações de dependência estabelecidas com a nova divisão internacional do trabalho. Neste contexto, as contratendências identificadas por Marx devem ser compreendidas à luz do que Furtado (2002) chamou de “metamorfozes do capitalismo”, em que não se trata apenas de discutir o papel da industrialização, mas principalmente da tecnologia e da superação da condição periférica. Essa nova abordagem confere à crítica do capitalismo de nosso tempo a necessária ênfase no papel da ciência, tecnologia, e das novas características do imperialismo.

Referências: ANDERSON, Kevin. *Marx at margins: on nationalism, ethnicity and non-Western societies*. Chicago: The University of Chicago Press, 2016. DOS SANTOS, Theotonio. *La revolución científico-técnica. Tendencias y perspectivas*, México: Facultad de Economía, UNAM, 1987. FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978. FURTADO, Celso. *Metamorfozes do capitalismo*. 2002. Acessado 21 jun 2020 <<http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/furtado1.pdf>> KRÄTKE, Michael R. *Marx's 'books of crisis' of 1857–8*. In: MUSTO, Marcello. *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the*

critique of political economy 150 years later. New York/Abingdon: Routledge, 2008. MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. MOSELEY, Fred. The development of Marx's theory of the falling rate of profit in the four drafts of Capital. In: VAN DER LINDEN, Marcel; HUBMANN, Gerald. Marx's capital: an unfinishable project?. Leiden: Koninklijke Brill, 2018. NOVE, Alec. An economic history of the USSR, 1917–1991. London: Penguin Books, 1992. PRADELLA, Lucia. Globalisation and the critique of political economy: new insights from Marx's writings. Oxon/New York: Routledge, 2015. SHANIN, Teodor. Late Marx and the Russian road: Marx and the “peripheries of capitalism”. New York: Monthly Review Press, 1983.

Palavras-chave: Metamorfoses do capitalismo; crítica da economia política; centro-periferia; queda tendencial da taxa de lucro

DERMEVAL PIMENTA E A BUSCA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MINEIRO (1937- 1951)

Camila Amaral Pereira (PPGHE/USP)

camilaeconomia@outlook.com

Dermeval José Pimenta (1893-1991) foi um ator de destaque na sociedade mineira durante grande parte do século XX. Entre outras funções, exerceu os cargos de diretor administrativo da Rede Mineira de Viação entre (1937-1943), secretário da Secretaria de Viação e Obras Públicas de MG (1943-1945) e presidente da Companhia Vale do Rio Doce (1946-1951). Durante sua vida, Demerval Pimenta ocupou posições-chave na administração pública mineira, além de ter contribuído com a elaboração de escritos historicamente importantes sobre a economia regional. Apesar disso, ainda não existem pesquisas centradas em seu papel na promoção do desenvolvimento econômico de Minas Gerais. A maior parte da documentação referente ao Dermeval encontra-se no arquivo público mineiro (APM) em BH. Porém, encontramos documentos relevantes de sua trajetória e estas são encontradas na documentação referente a Minas Gerais, no início do século XX, (localizada na Universidade do Minho) em Portugal. O presente trabalho visa contribuir para preencher esta lacuna. Seu objetivo é avaliar a

importância de Demerval Pimenta para o desenvolvimento econômico mineiro durante um dos períodos críticos de sua atuação na administração pública e de sua produção intelectual, entre 1937 e 1951, nos documentos localizados na Universidade do Minho. A justificativa desse recorte temporal é porque verifica-se a convergência entre o período de forte atuação do Estado na economia do Brasil, e a maior atuação prática e de reflexões teóricas (com publicações posteriores) de Pimenta em Minas Gerais. A metodologia de pesquisa apoia-se primordialmente nos conceitos proporcionados por Max Weber, em particular as ideias de “formação” e “burocracia”, e Celso Furtado, com suas noções de “visão estrutural” e “desenvolvimento econômico”. Com base neste referencial, é traçado o percurso acadêmico de Dermeval Pimenta a fim de entender como e a quais ideias o autor teve acesso durante sua formação. Em seguida, busca-se apreender quais os vínculos entre estas influências e os escritos do autor. Tais informações são mobilizadas com o objetivo de entender a visão do autor sobre a questão do desenvolvimento, bem como a relação entre ela e sua atuação profissional, contribuindo para uma abordagem abrangente das contribuições de Dermeval Pimenta para o desenvolvimento mineiro. Neste sentido, o presente trabalho justifica-se pelo caráter inédito da forma de pesquisar a atuação do autor, resgatando seu valor para a temática do desenvolvimento econômico de MG. A pesquisa aqui empreendida foi realizada primordialmente a partir de fontes históricas. Entre elas, incluem-se jornais do período, documentos do arquivo público mineiro, de arquivos pessoais, do arquivo permanente da Escola de Minas, da biblioteca pública de Belo Horizonte, bem como os próprios livros de autoria de Pimenta, dentre outras. Com base na pesquisa empreendida, buscou-se esclarecer a forma específica de enquadramento do autor no entrelaçamento entre a política e a economia, bem como seu ideal do desenvolvimento econômico enquanto instrumento paliativo para tentar amenizar os problemas estruturais da sociedade. Já no que diz respeito a sua atuação pública, a estratégia de Pimenta para promover o desenvolvimento econômico foi implementada por meio da reconstituição da trajetória histórica de Minas Gerais, utilizadas para embasar suas ideias e análise sobre os fatos econômicos. Como em seus próprios trabalhos, Pimenta foi capaz de estabelecer diálogos com alguns dos principais políticos do Brasil. Em especial, o autor chamava atenção para a necessidade de que não fossem cometidos novamente os “erros do passado” no planejamento do desenvolvimento, pois seus efeitos se fariam sentir tanto no presente quanto no futuro.

Palavras-chave: Dermeval Pimenta; desenvolvimento econômico; política econômica; Minas Gerais.

ENTRE LIBERAIS, CONSERVADORES E AUTORITÁRIOS: RELAÇÕES INTELLECTUAIS E POLÍTICO-ECONÔMICAS À DIREITA NA HISTÓRIA BRASILEIRA DO TEMPO PRESENTE*

Camila Barbosa Monção Miranda (PPGHE/USP)

camilabmoncao@hotmail.com

Nota-se nos últimos anos um aumento significativo das práticas e das manifestações de direita na política e economia no Brasil. A direita brasileira tem se mostrado múltipla, sendo verificado neste espectro discursos e ações ligados ao liberalismo, conservadorismo e autoritarismo. Essas expressões “direitistas” aparecem em diferentes instâncias sociais, tanto dentro do governo, de maneira institucional, como fora. Contudo, o avanço da direita brasileira não é fenômeno exclusivo dos anos recentes. Por isso, é preciso, cada vez mais, compreender que essa direita é extremamente diversa e que os movimentos que a compõem hoje não começaram no século XXI. Tratar o crescimento da direita no Brasil como algo repentino, ou sua constituição interna como um bloco hegemônico, apaga as concessões, acomodações e divergências entre os diferentes grupos desse espectro político ao longo da história brasileira. Entender as relações dentro da direita no Brasil e desta com as demais manifestações políticoeconômicas nacionais e internacionais é fundamental para que possamos compreender a gestão da crise que vivemos hoje em nosso país. Visto isso, o trabalho proposto tem como objetivo expor os principais pontos motivadores da pesquisa de doutorado iniciada em 2020 no Programa de Pós-Graduação da USP. O projeto almeja contribuir para os estudos sobre a participação das direitas na história política, econômica e intelectual do Brasil, tendo como foco a análise das ações promovidas pelos atores do liberalismo brasileiro na segunda metade do século XX, especificamente entre o início dos anos 1960 e 1990. O ponto de partida será o contexto pré-golpe de 1964, no qual houve intensificação da mentalidade anticomunista, que se tornaria uma das marcas dos liberais. O estudo seguirá buscando compreender como se deu a “troca de lado” de setores liberais, de apoiadores do golpe de 1964 e colaboradores a opositores dos militares no contexto de abertura e reestabelecimento democrático. Será observado como as teorias liberais estrangeiras foram apropriadas pelos atores do liberalismo nacional, relacionando essas formas

* **Obs:** optou-se por não destacar o recorte temporal específico no por considerar os debates acerca da ditadura militar brasileira e das práticas liberais desse período como partes constituintes do presente vivido no Brasil. A proposta de estudo que será apresentada caminhará entre o presente vivido, o passado ditatorial e o pensamento liberal do contexto de Guerra Fria – sendo os dois últimos mobilizados no presente. É notório que as vivências múltiplas da história brasileira da segunda metade dos século XX estão vivas no nosso hoje.

de apropriação aos contextos políticos e econômicos vividos no país, aos interesses pessoais e corporativos desses sujeitos ou instituições e aos traços da cultura política brasileira. A escolha do tema de pesquisa foi motivada pela recente ascensão do pensamento liberal no país e também pela percepção de que “liberalismo”, no Brasil e no mundo, possui diferentes significados e apropriações. Notou-se, outrossim, que o liberalismo emergente no meio nacional na atualidade, chamado por alguns pesquisadores de “ultraliberalismo”, resgata memórias sobre o movimento liberal e seus atores da segunda metade do século passado, ao mesmo tempo em que tenta distanciar-se da alcunha “neoliberal” – mesmo sendo perceptível a relação entre suas práticas e ideologias. Ademais, assim como no contexto do golpe e da ditadura de 1964 sujeitos que se consideravam liberais se associaram a grupos conservadores e autoritários em prol de um objetivo comum, associações semelhantes têm aparecido no tempo presente. Esse jogo de acomodação político-econômico precisa ser analisado criticamente a partir do estudo minucioso das intenções dos agentes envolvidos nessas relações de poder. Dessa forma, espera-se com o estudo proposto elucidar quais liberalismos compõem a cultura política liberal brasileira e quais as relações desta com a formação das representações, tradições e valores que permeiam as práticas econômicas e políticas de nosso país. Objetiva-se, portanto, perceber quais liberalismos se fortaleceram no século XX e quais suas relações com as práticas e discursos liberais do século XXI, dando foco para os processos da busca pela hegemonia nos centros de poder e no meio social brasileiro e suas relações com as demais manifestações do espectro político da direita no país.

Palavras-chave: Liberalismo; ditadura militar brasileira; pensamento liberal; direitas no Brasil; história do tempo presente.

A “PRÉ-HISTÓRIA” DO DESENVOLVIMENTISMO E AS CRISES DE PARADIGMA: O NASCIMENTO DAS ESCOLAS DE PENSAMENTO ECONÔMICO NA ORIGEM DA TRADIÇÃO HETERODOXA

Cristiano Addario de Abreu (PPGHE/USP)

cristiano.abreu@usp.br

Tratarei, na apresentação aqui proposta, de compartilhar uma parte de meu trabalho de doutoramento em que busco rastrear as definições e enquadramentos do que seria uma escola de pensamento econômico. Tal trabalho de estruturação metodológica e analítica se instaura pela análise da construção do movimento político/intelectual conhecido como American System, nos Estados Unidos do começo do século XIX, como uma corrente de política econômica. O quanto, de que forma, e por que tal movimento poderia ser considerado uma Escola de Pensamento Econômico? Assim como no Brasil, da segunda metade do mesmo século, poderia o mesmo ser dito de linhas políticas/intelectuais como: papelismo, industrialismo e o difuso nacionalismo embrionário? O ensaio aqui proposto se insere na : Teoria, Historiografia e Pensamento Econômico. E busca apresentar um ensaio analítico de metodologia de escolas de pensamento econômico, dentro da dinâmica histórica. Aonde disputas intelectuais, na construção do pensamento econômico, bem como abordagens de tipos de moedas se cruzam, já na articulação da ideia de desenvolvimento econômico. Sendo o referido momento quando tal conceito de desenvolvimento econômico se estrutura como meta intelectual e política de forma hegemônica, na articulação nascente de ortodoxia/heterodoxia, hegemonia intelectual/contrahegemonia intelectual, ao longo da História Contemporânea em construção. Tendo os palcos históricos dos Estados Unidos e do Brasil de então como exemplos. Articulando conceitos econômicos com filosofia e metodologia, frente aos exemplos históricos dos dois países, busca-se aqui apresentar um debate metodológico/analítico/histórico sobre a pré-história paradigmática do desenvolvimentismo na história do pensamento econômico, e na própria história econômica. Sendo assim trataremos de por as cripto-escolas econômicasnanti-hegemônicas (já sob a hegemonia liberal britânica)em estruturação de então, sob análise metodológica e histórica. Cruzando autores como Popper, Mark Blaug, Thomas Kuhn, Sheila Dow e outros, apresentaremos um rastreamento metodológico da construção de novas fronteiras científicas, sob o impacto histórico dos novos panoramas políticos, na aceleração dos

processos históricos ao longo do século XIX. Como a revolução industrial e a aceleração das discrepâncias econômicas e tecnológicas entre as nações, desencadearam mudanças paradigmáticas na construção da ideia e busca de desenvolvimento. Bibliografia DEQUECH, David. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 30, n. 2, p. 279-302, 2007. FIORI, JOSE LUIS DA COSTA. Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Vozes, 2017. BLAUG, Mark; MARK, Blaug. *The methodology of economics: Or, how economists explain*. Cambridge University Press, 1992. KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Ed. Perspectivas. São Paulo, 1970. DOW, Sheila. *Foundations for new economic thinking: a collection of essays*. Springer, 2012.

Palavras-chave: Ortodoxia, heterodoxia, crise de paradigma, Escolas de Pensamento Econômico, desenvolvimentismo.

A AUTOGESTÃO NA ESPANHA REVOLUCIONÁRIA: UMA ANÁLISE DOS ESTUDOS DE FRANK MINTZ

Davi Luiz Paulino (PPGHE/USP)

davi.paulino92@gmail.com

Em 18 de julho de 1936, sob o comando do General Francisco Franco, os militares deflagraram um golpe contra a Segunda República Espanhola, respondendo à ação militar, trabalhadores começaram, espontaneamente, a ocupar campos e fábricas em múltiplas localidades como Andaluzia, Catalunha, entre outras. No intuito de combater o exército nacionalista, os trabalhadores, também, solicitaram à República que os armassem, no entanto, temendo uma revolução, o governo recusou o pedido, levando eles próprios a conseguirem as armas através de saques aos quartéis da zona republicana. A temeridade com o desencadeamento revolucionário não era infundado, já que vinha ocorrendo expropriações e ocupações de campos e fábricas ao longo da década de 1930, mediante as prédicas da autogestão. Como pode ser perceptível, o processo autogestionário espanhol foi uma experiência ocorrida no contexto de Guerra Civil, no qual o conjunto da classe trabalhadora impôs uma revolução com intuito de deter o golpe militar, pois na perspectiva dos trabalhadores, o fascismo só poderia ser destruído com a revolução social. Tanto a guerra quanto a revolução suscitaram pesquisas de diversas áreas e

perspectivas teóricas, dentre elas, ressaltamos a contribuição do historiador e militante anarquista francês Frank Mintz (1941), no qual o mesmo se propôs a estudar o contexto econômico da Guerra Civil, com foco na experiência revolucionária, desde suas bases à prática da autogestão, como expôs na obra *Autogestión y Anarcosindicalismo en la España Revolucionaria* e, também nas suas contribuições em capítulos de livros especializados na temática publicados no Brasil pela Editora Imaginário/Intermezzo. A partir dessa exposição, nosso trabalho propõe contribuir com a divulgação da obra desse historiador, abordando como ele recuperou a concepção de autogestão e sua formação para o contexto espanhol e principalmente mostrar como se construiu sua crítica a este processo que, na ocasião do conflito bélico, era coordenado pela *Confederación Nacional del Trabajo*, central anarcossindicalista fundada em 1910, que teria por missão responder a espontaneidade da classe trabalhadora com a coordenação das referidas ações propondo, através do arcabouço teórico, novas formas de reestruturação socioeconômica ao que já estava sendo posto em prática no plano agrário e industrial nas coletividades. Na análise de Mintz, nos deteremos na questão referente aos problemas enfrentados pelos coletivos autogeridos sejam os de caráter estritamente econômicos como os organizativos, no entanto, ressaltamos que, para o autor, esse processo mesmo breve e com seus problemas, foi uma experiência importante na história da classe trabalhadora espanhola. Por fim, analisaremos o processo desencadeado com a Guerra Civil, a partir da noção de experiência de classe, visto que esse conceito não se encerra em uma concepção estática, e sim construída dentro do conjunto das relações de determinada época e contexto, como apontado nos trabalhos do historiador Edward Thompson.

Palavras-chave: Guerra Civil Espanhola; Historiografia; Anarquismo; Autogestão.

O PROBLEMA DA INSTAURAÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL. FUNDAMENTOS, CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS DA "VIA COLONIAL"

Diego Augusto Maia Baptista (LAI-FU/Berlin)

[*didamano@gmail.com*](mailto:didamano@gmail.com)

A proposta desta comunicação é resgatar a noção de Via Colonial de objetivação do capitalismo, tal como formulada por José Chasin, no sentido de delimitar a particularidade do caso brasileiro no quadro dos modos e estágios de ser do capitalismo em seu evoluir histórico concreto. A designação é cunhada em 1977, como uma resultante teórica de sua pesquisa de doutoramento, voltada para o ideário de Plínio Salgado; posteriormente, ao longo da década de 1980 Chasin exercitou e desenvolveu as determinações do complexo categorial que integra a Via Colonial, mediante análises específicas da realidade brasileira, bem como em conexão com a América Latina e o contexto da acumulação de capital em nível mundial, conforme registrado em alguns artigos os quais, ao lado da referência originária na tese acima mencionada, constituem o objeto da nossa análise e base da discussão sobre a Via Colonial aqui apresentada. A comunicação divide-se em quatro partes, sendo uma introdutória e as demais relativas aos três aspectos indicados no título: 1) Breve contextualização das controvérsias em que a questão se insere. Não oferecemos aqui uma consideração sistemática ou abrangente, mas apenas a colocação de alguns elementos centrais aos quais a formulação teórica chasiniana se contrapõe, como a teoria do etapismo, a alegação de um passado feudal que permeia o sistema colonial, a questão da revolução nacional democrático-burguesa. A postura chasiniana contrapõe-se ao tipo procedimento que parte de princípios gerais, os quais devem ser buscados nas diferentes realidades, as quais são tratadas enquanto mero substrato empírico chamado a confirmar o molde arquetípico que o subsume. Trata-se do reconhecimento de que em suas figurações históricas reais o modo de produção capitalista só expressa seu caráter universal por meio de formas particulares concretas, e não em uma existência abstrata de características gerais. 2) Exame dos fundamentos conceituais da noção de Via Colonial, isto é, de que modo o autor erige a sua construção, e o reconhecimento do seu alcance e sua natureza teórica. Discute-se aqui o significado de se tomar a noção de Via Prussiana como um ponto de partida da reflexão e a superação deste ponto de partida; as referências teóricas centrais neste ponto – sobretudo Marx e Lucáks, além de Engels e Lênin, e em remissão ao caso brasileiro C. N. Coutinho; a questão da

relação entre universalidade e particularidade, abstração e concretude. 3) Nesta parte serão elencados os traços característicos mais amplos que definem a configuração societária capitalista no Brasil a partir da Via Colonial. Em primeiro lugar, há que se atentar para a definição marxiana do "verdadeiro capitalismo", isto é, sua forma amadurecida, isto é, que tem por base o capital industrial. O foco recai, portanto, no processo de industrialização. No Brasil, este tem início num momento em que mesmo a implementação tardia do capitalismo de Via Prussiana já havia se consumado, daí a qualificação, para o caso brasileiro, de "hipertardio". Surgindo num período em que já se travam guerras imperialistas, o processo brasileiro é desde o início e fundamentalmente subordinado, dada a própria origem colonial do país e posteriormente o panorama do auge e crise da economia de base agroexportadora, com sua intermediação comercial e financeira externa, que antecede imediatamente o início da industrialização. Uma propriedade bastante geral deste contexto encontra-se na ideia de que o novo paga alto tributo ao velho. Dentre as principais características da Via Colonial estão: a presença decisiva e a manutenção da grande propriedade rural; o reformismo pelo alto, de modo que os processos de modernização, quando necessários, excluem rupturas superadoras e a participação das classes populares; a superexploração da força de trabalho; o desenvolvimento lento das forças produtivas, obstaculizado e atravancado por tendências adversas; entre outros. Faz-se necessário determinar de que modo específico as características ou predicados acima apontados se objetivam no caso brasileiro tomado em sua totalidade concreta historicamente situada, visto que parte deles, considerados em sua generalidade, já se verificavam na definição da Via Prussiana. 4) Dentre as consequências ou resultantes da instauração do capitalismo no quadro dos parâmetros acima indicados, estão: seu caráter atrofico, incompleto e incompletável – "embrião maldito condenado a uma gestação eterna. Cresce e encorpa na reprodução de sua incompletude, engrossando sempre mais os cordões umbilicais que o atam às fontes que o tolhem e subordinam" (Chasin). Daí deriva o inacabamento de classes do capital, sendo que a burguesia brasileira não se mostra capaz de realizar suas tarefas históricas – se nos casos clássicos a burguesia realiza suas tarefas econômicas e políticas, percurso da Via Prussiana ela realiza suas tarefas econômicas porém não as políticas, no caso da burguesia engendrada na Via Colonial ela não realiza nem suas tarefas econômicas nem suas tarefas políticas (no sentido de uma revolução democrático-nacional). Em linha com sua incompletude econômica, a burguesia adota um comportamento baseado no que Chasin denomina "politicismo". Para suprir suas debilidades, a burguesia brasileira sempre dependeu do Estado, que aparece como protagonista dos processos de modernização. Considerada a incompletude, atraso e subordinação da

burguesia brasileira e as correspondentes formas de dominação à ela possíveis – que oscilam entre os polos da autocracia institucionalizada e do bonapartismo aberto – resulta que a efetiva construção da democracia resta, portanto, como tarefa da classe trabalhadora. Essa instauração, baseada num programa econômico alternativo, teria por norte o rompimento da lógica peculiar da Via Colonial segundo a qual o desenvolvimento econômico e o progresso social são mutuamente excludentes.

Palavras-chave: Capitalismo, Industrialização, Brasil, Via Colonial.

O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DE CAPITAL PRIMÁRIO-EXPORTADOR E A REPRODUÇÃO AMPLIADA DA DEPENDÊNCIA

Diogo Eduardo Moysés Carvalho dos Santos (PPGHE/USP)

diogoemcs@usp.br

Esta comunicação tem como objetivo apresentar a trajetória da constituição do padrão dominante de reprodução de capital no Brasil, na atualidade. A partir das contribuições da categoria “padrão de reprodução de capital”, elaborada nos marcos da Teoria Marxista da Dependência, e também possuindo como base as considerações de debates específicos sobre o neoliberalismo dentro do campo marxista, esta comunicação expõe a estruturação de um novo padrão primário-exportador de especialização produtiva no capitalismo brasileiro. Decorrente das pesquisas para a Tese em desenvolvimento neste Programa, o propósito deste trabalho é apresentar alguns elementos do modo dominante de reprodução de capital no país, bem como elucidar as consequências políticas e econômicas derivadas deste processo, notadamente a partir da década de 2000. Esta comunicação parte de uma abordagem específica nos debates do campo marxista acerca da caracterização das relações de produção e reprodução capitalistas no tempo presente. Compreende-se aqui o neoliberalismo como a etapa atual do sistema capitalista em sua fase imperialista, a forma pela qual o capital se reproduz na contemporaneidade, não apenas como um conjunto de instrumentos específicos de política econômica adotadas conjuntamente. Sobretudo, o neoliberalismo deve ser entendido também como um momento de intensa ofensiva das classes dominantes. A partir desta abordagem e da observação das particularidades brasileiras e latinoamericanas, considerar a predominância no país de um novo padrão primário-exportador de especialização produtiva tem como finalidade compreender um modelo que

suplanta o padrão industrializante, dominante em boa parte do século XX. A apreensão desta realidade se insere no objetivo geral de apreender o patamar atual das lutas de classes e da composição dos blocos de poder no Brasil, no início do século XXI. A reestruturação produtiva derivada da expansão do neoliberalismo - que se impõe, a partir dos anos 1970, com a expansão dos processos de financeirização e dos capitais fictícios, da intensificação das privatizações, da continuada retirada de direitos e garantias sociais conquistadas pela classe trabalhadora, da expansão dos capitais sobre todas as dimensões da vida -, pode ser observada no Brasil pelo avanço acentuado da exportação de commodities agrícolas, monopolizada pelos setores do autodenominado “agronegócio”, bem como pela expansão da terra como ativo financeiro e espaço privilegiado de valorização de capitais. Ao longo desse processo, ainda em desenvolvimento, observam-se outras transformações profundas derivadas da expansão da atividade primário-exportadora, como: a regressão da atividade industrial como setor dinâmico da reprodução capitalista e sua subordinação ao setor primário-exportador; a ampliação da participação da agroindústria no PIB; a prevalência do setor primário nas pautas de exportação; o aumento da concentração da propriedade fundiária; e a acelerada expansão de capitais sobre reservas ambientais e territórios indígenas e quilombolas. Entende-se neste trabalho que as determinações econômicas não sobredeterminam, sem contradições, a totalidade da formação econômico-social brasileira. Tampouco que o campo econômico constitui uma esfera separada das demais dimensões da realidade. Desta forma, realiza-se uma análise que busca compreender as transformações nas relações sociais de produção como movimentos contraditórios constantes, que influenciam e são influenciados pela dinâmica das lutas entre as classes. Apreender as determinações do novo padrão de reprodução de capital primário-exportador subordina-se, portanto, à compreensão das imbricações mútuas das diversas dimensões da totalidade, que, no limite, aprofundam as condições de dependência e de subdesenvolvimento do país. O breve esforço desta comunicação tem por objetivo analisar as relações entre as transformações estruturais na produção econômica e as mudanças nos blocos de poder, buscando identificar, especificamente, como se expressam as pautas econômicas e o poder político das frações da burguesia brasileira ligadas ao setor agroindustrial. Em linhas gerais, compreender a influência do novo padrão de reprodução de capital na configuração das classes dominantes e das lutas sociais em curso, bem como a influência destas nas formas de reprodução da vida no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Teoria Marxista da Dependência; padrão de reprodução do capital; dependência; agroindústria; Brasil

A TEORIA KEYNESIANA, O BRASIL E A NARRATIVA “ECONOMIA VERSUS SAÚDE” DIANTE DA PANDEMIA: COMO AS ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS ANTICÍCLICAS TÊM SIDO UTILIZADAS?

Eduardo Brandão Ornelas (PPGHE/USP)

edub2001@uol.com.br

O presente artigo tem o objetivo principal de analisar em que medida a área econômica do governo brasileiro tem adotado (ou não) estratégias e políticas anticíclicas, diante da eclosão da pandemia vinculada ao COVID-19, identificando o que tem sido adequado ou pertinente, bem como falhas e potenciais soluções. Também busca-se comparar, dentro do possível, com a atuação de outros governos. É fato que, repentinamente, muitos trabalhadores perderam seus empregos, o PIB – Produto Interno Bruto –, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – e o nível de renda caíram drasticamente, a cotação do dólar disparou, e a tudo isso se soma a piora na relação “dívida/PIB”. Assim, de março a junho de 2020, no Brasil, os únicos dados macroeconômicos positivos foram a inflação abaixo da meta e a redução da taxa básica de juros (a SELIC). Em meio a esses fatos, o presidente manteve-se em constante conflito com diversos governadores e a própria OMS – Organização Mundial da Saúde –, além de parte significativa dos médicos e da mídia especializada, chegando ao ponto, em determinado momento, de minimizar o vírus, a pandemia e seus impactos, chamando-os de uma “gripezinha”. Já o Ministro Paulo Guedes e seus “Chicago Boys”, diante de forte pressão da sociedade – apesar de sua orientação profundamente neoliberal – tomaram medidas bem pontuais, tais como a redução do compulsório, a liberação de auxílios emergenciais e de linhas destinadas a pagamentos parcial de salários de trabalhadores (desde que as empresas beneficiadas não demitissem), no entanto, essas medidas – mesmo se juntarmos todas – continuam a ser consideravelmente limitadas, se comparadas com aquilo que a teoria de Keynes estabelece. Há de se destacar que economistas neoliberais tendem a acreditar que o Estado deve deixar a economia fluir com o mínimo de intervenções (com base na “mão invisível” de Adam Smith), de modo a reduzir os potenciais entraves (legais, regulatórios, tributários, logísticos, entre outros) à iniciativa privada, estando hoje mais preocupados com as temáticas relativas à inflação e ao regime de metas, à taxa básica de juros da economia, ao endividamento público e a promover privatizações. Em outras palavras, a equipe econômica do atual governo está naturalmente mais

focada em diminuir as barreiras enfrentadas pela iniciativa privada do que atingir o pleno emprego e agir de modo a construir um Estado de bem-estar social, utilizando quando necessário estratégias e políticas anticíclicas. Não obstante, ao mesmo tempo que o capitalismo é um sistema extremamente dinâmico e capaz de gerar excedentes, cria inúmeras contradições e desigualdades socioeconômicas, tal como detalhado por Karl Marx –que apontou ainda para a ocorrência de crises cíclicas –, John Maynard Keynes, por sua vez, focou-se na avaliação dos ciclos econômicos, objetivando mitigar os períodos de depressão e seus impactos nocivos à sociedade, então estruturando toda uma teoria a respeito de emprego, juro, moeda, inflação e deflação. Por outro lado, há também de se ressaltar que o Ministério da Economia não conta com a voz ativa de economistas keynesianos ou pós-keynesianos em seu primeiro escalão. O país perdeu muito com a extinção do Ministério do Planejamento pelo governo Bolsonaro. Em outros tempos, essa pasta era responsável por refletir e planejar o futuro, o longo prazo. Seria utopia acreditar que, dada a conjuntura atual, atingíssemos rápida e facilmente o pleno emprego, contudo seria muito importante que a área econômica conseguisse manter o nível de emprego em um patamar minimamente aceitável, para, buscar atingir no longuíssimo prazo (bem depois do desenvolvimento uma cura para os enfermos e de uma vacina para todos), números próximos ao pleno emprego, somado a aumentos consistentes do nível de renda do trabalhador e aquilo que se entende por Estado do bem-estar social., em conformidade com a teoria keynesiana. É evidente que essas questões não constam dentre as principais preocupações dos colegas neoliberais e, portanto, dos economistas do governo, mas é importante enfatizar que essa possibilidade existe (no longo prazo), desde as medidas adequadas sejam implementadas. As atenções da área econômica (do governo) estão voltadas ao regime de metas e à inflação (que, por motivos óbvios ligados à oferta e demanda, trata-se de um dos raros índices econômicos que, salvo exceções em bens específicos, tende a se manter em nível adequado durante períodos recessivos), a questão da desestatização e privatização, o endividamento público e a relação “dívida/PIB”, enquanto que acabou por deixar o dólar disparar, mesmo dispondo de cerca de USD 350 bilhões em reservas internacionais. Em um momento de repleto de incertezas e de total imprevisibilidade, é que altamente questionável que a área econômica tenha permitido a cotação do dólar disparar da maneira como ocorreu, ou seja, como se fosse um investidor do mercado financeiro a se autovangloriar por estar posicionado em dólar. O Ministério da Economia e o Banco Central do Brasil deveriam objetivar que a economia ficasse o mais próximo possível do ponto de equilíbrio. Indo além, parte das reservas internacionais deveria ser utilizada diante de uma pandemia como esta, porém de uma maneira planejada e

responsável, contemplando as necessidades de curto prazo, bem como os objetivos de médio e longo prazos. Adicionalmente, apesar de o principal referencial teórico ser John Maynard Keynes, este artigo também averigua o suposto conflito que se noticiou nas mídias entre “economia” e “saúde”, quando da discussão sobre distanciamento social, isolamento, lockdown ou abertura seletiva do comércio e dos serviços. Especificamente para essa análise veridictória, será utilizado o arcabouço teórico da semiótica discursiva, especialmente em Algirdas J. Greimas e Eric Landowski. Defender a saúde e a vida é fundamental, pois, em algum momento, encontraremos um remédio específico para tratar os doentes e desenvolveremos uma vacina, que viabilize uma atuação preventiva. É uma questão de tempo. Por fim, este artigo está em construção, mas objetiva abordar as questões pinceladas acima e diversas outras (há muito a incluir) relacionadas à teoria keynesiana, ao Brasil deste momento histórico e ao combate à depressão econômica em curso.

Palavras-chave: Chicago Boys; Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); Neoliberalismo; Reservas internacionais; Teoria keynesiana.

A TRILOGIA DO CAPITALISMO PERIFÉRICO E O ENSAÍSTA DON RAÚL

Fágner João Maia Medeiros (UFMG)

fagnerjmaia@gmail.com

Raúl Prebisch (1901-1986) foi um célebre economista argentino reconhecido internacionalmente como “criador” de instituições que tiveram um papel significativo no desenvolvimento da América Latina; e também, no campo teórico, pela formulação de uma Teoria do Desenvolvimento com base no esquema centro-periferia. Ao longo de sua vida, Prebisch acompanhou com proximidade o processo de modernização (industrialização e urbanização) dos países latino-americanos produzindo informes, documentos e obras que continham diagnósticos precisos e receituários para ação. No entanto, essa trajetória não foi linear, pois ocorreram autocríticas e descontinuidades sobre os caminhos do desenvolvimento. Sobre o tema, o próprio Prebisch em um afamado ensaio biográfico dividiu seu pensamento categoricamente em cinco etapas, com base nessa divisão nos concentramos aqui na última fase

intelectual do autor em 1976, quando ele abandonou seus compromissos institucionais nos organismos regionais (UNCTAD, e posteriormente ILPES) e passou a dedicar-se integralmente a atividade acadêmica na produção de uma interpretação crítica ao capitalismo periférico. A somar, essa etapa estendeu-se até a morte súbita do autor no ano de 1986. No que toca a produção intelectual de Prebisch, esse período (1976-1986) foi marcado inicialmente por uma série de três extensos artigos publicados na recém-criada Revista de La Cepal – dirigida nesse período pelo próprio autor. A saber, os eram os seguintes artigos (i) La periferia latinoamericana en el sistema global del capitalismo no ano de 1976; (ii) Estructura Socioeconómica y Crisis del Sistema em 1978; por último, (iii) Hacia una Teoría de la Transformación publicado em 1980 encerrando a trilogia. No ano seguinte, tais artigos foram sintetizados na obra *Capitalismo Periférico: crisis y transformación*. Esse conjunto de publicações que fizemos referência acima significaram uma nova fase no pensamento de Raúl Prebisch, que manifestou rupturas em diversos sentidos. Por um lado, o tom de escrita de Prebisch deixava claro suas novas concepções ideológicas, visto que o autor passou a criticar sistematicamente diagnósticos ditos reformistas para América Latina que ele mesmo defendia no decênio anterior. Por outro lado, Prebisch apresentou um novo “arsenal teórico” multidisciplinar passando a considerar questões socioculturais, políticas e econômicas no estudo do desenvolvimento econômico, em outros termos, o autor consolidou uma análise integral do fenômeno do desenvolvimento. À vista disso, nesse artigo pretendemos estudar a produção teórica do “último” Prebisch em perspectiva, tendo a trilogia do *Capitalismo Periférico* como objeto de análise. A tese de Prebisch não á toa foi construída na forma de trilogia, em 1976 a tese do autor ainda não estava completamente “fechada”; além do mais, para Prebisch, era necessário não somente jogar luz ao “modus operandi” do capitalismo periférico, mas também propor uma saída para ação. Nesse sentido, havia uma concepção estética em torno de sua obra, os dois primeiros artigos (1976, 1978) trouxeram críticas árduas ao sistema capitalista na periferia e debruçava-se sobre seu funcionamento. Nessas publicações, Prebisch sublinhou as transformações no tecido social e econômico dos países da América Latina, sinalizando traços inerentes ao sistema capitalista periférico que mostram-se incompatíveis com o processo de modernização e democratização em curso em vários países. O resultado imediato dessas contradições seria um ciclo de crises que impreterivelmente conduzia a restauração da estrutura de poder e da apropriação dos frutos da produtividade em favor dos “estratos superiores” da sociedade, que conquistaram esse rótulo por deter a posse dos meios de produção e também por sua incontestável influência sobre o aparelho estatal. Diante disso, o último artigo (de 1980) finalizou a discussão do capitalismo

Periférico trazendo como prognóstico uma radical transformação no sistema de organização social para um tipo de, nas palavras do autor, “síntese entre socialismo e liberalismo”. O traço marcante desse novo sistema era o “uso social do excedente”, quer dizer, todas as decisões sobre alocação, distribuição e geração do excedente global de uma nação estariam sob tutela do Estado. Além disso, Prebisch também almejou a transição para uma nova sociedade pautada por valores de equidade e justiça social em contraste à “sociedade privilegiada de consumo” formada no curso da formação e modernização dos países latinoamericanos. À luz dessa breve exposição, pretendemos nesse artigo reconstituir a construção da trilogia do capitalismo periférico de Raúl Prebisch. Para tal, pretendemos não apenas averiguar suas influências teóricas presentes no texto, ou suas várias frentes de diálogo com outros autores e vertentes, mas também destacar os novos traços dessa fase intelectual do autor contrastando com sua produção teórica anterior como membro da CEPAL, ou de outro organismo. Em adição, a análise da evolução da obra em perspectiva não é sem motivos, uma vez que revistas conceituadas (Revistas de la Cepal, Crítica&Utopia e Revista Ibero-americana) serviram de espaços de debate para lapidar sua tese. Nesse ínterim, estudiosos renomados do pensamento econômico teceram críticas aos artigos de Prebisch, e tais críticas foram absorvidas e respondidas na publicação seguinte do autor. Outro aspecto relevante é o contexto do autor, compreender a particularidade do processo escrita do autor em Santiago no Chile, em plena ditadura desde o golpe de 1973 empreendido por Augusto Pinochet que retirou a agenda reformista de Salvador Allende de cena combinando reformas neoliberais com autoritarismo. Em vista disso, reconstituir o contexto político e social do momento que o autor escreveu, bem como considerar sua constelação intelectual implica no uso da abordagem “contextualista” do historiador das ideias britânico Quentin Skinner. Para Skinner, esse seria o único caminho para obter a verdadeira intenção de um autor ao escrever um texto. A partir dessas considerações, optamos por estruturar o artigo em três seções. A primeira, objetiva retomar brevemente a trajetória intelectual de Raúl Prebisch em suas fases anteriores, ao lado disso, contextualizar os acontecimentos recentes da América Latina, sobretudo, do Chile. Na segunda seção iniciamos a exploração da trilogia, abordando as duas primeiras publicações. Para, finalmente, na última seção discutir a utopia de Raúl Prebisch em sua última publicação em 1980.

Palavras-chave: Pensamento Econômico Latino-americano; Capitalismo Periférico; Raúl Prebisch (1901- 1986).

JOVEM ENGELS EM MANCHESTER: ESBOÇO DE UMA HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DO CAPITALISMO NA INGLATERRA (1842-1844)

Felipe Cotrim (PPGHE/USP)

f.cotrim.89@gmail.com

Nossa comunicação visa examinar e comentar o ensaio “O século XVIII”, de Friedrich Engels. Esse ensaio, que consiste na segunda parte da série “A situação da Inglaterra”, foi redigido por Engels em fevereiro de 1844 e publicado no jornal Vorwärts! entre os meses de agosto e setembro de 1844. Nele, Engels expôs os resultados de seus primeiros estudos sobre a formação e o desenvolvimento do capitalismo industrial na Inglaterra, que ele qualificou como sendo uma revolução de caráter social, a verdadeira revolução, e o ponto culminante das revoluções políticas inglesas do século XVII. Segundo Engels, a real consciência de seu impacto somente poderia ser devidamente apreendida por meio de uma visão retrospectiva, histórica. A tarefa à qual Engels se propôs nesse ensaio foi justamente desvelar os efeitos históricos dessa revolução social inglesa. Para tanto, Engels recorreu a um material bibliográfico que lhe oferecesse dados empíricos de caráter quantitativo e qualitativo sobre a economia inglesa dos séculos XVIII e XIX. As fontes utilizadas por Engels para essa investigação foram os livros: O progresso da nação, nas suas várias relações sociais e econômicas, desde o início do século XIX até ao tempo presente, de George Richardson Porter; A história da produção do algodão na Grã-Bretanha, de Edward Baines; e A produção de algodão da Grã-Bretanha, sistematicamente investigada e ilustrada, de Andrew Ure. Em paralelo a estes materiais empíricos, Engels combinou a filosofia da história de Hegel, o materialismo de Feuerbach e a teoria da triarquia europeia de Moses Hess. Com isso, Engels unificou a empiria da economia política britânica com a dialética da filosofia clássica alemã, significando os primeiros passos na formulação da concepção materialista da história. Todas as fontes mencionadas acima e das quais examinaremos em nossa comunicação se encontram disponíveis nas coleções Marx-Engels-Werke (MEW) e Marx/Engels Collected Works (MECW).

Palavras-chave: Friedrich Engels; História econômica; História social; Revolução Industrial; Teoria e historiografia do pensamento econômico.

A COMPARAÇÃO ENTRE CLT-CARTA DEL LAVORO.

Francisco Quartim de Moraes (PPGHE/USP)

francisco.moraes@usp.br

De longe, o mais constante lugar comum das críticas dirigidas contra a Consolidação das Leis do Trabalho por intelectuais e políticos de amplo leque ideológico (dos liberais de direita na tradição da UDN a liberais de centro-esquerda, ligados ao PSDB e ao PT) é a de que ela teria se baseado na Carta del Lavoro de Mussolini. A acusação constante de inspiração fascista tem nos dias de hoje a função de categorizar a CLT como antiquada e nefasta, afim de ocultar a redução máxima dos direitos trabalhistas. Historicamente, a Consolidação foi associada ao “atrelamento” dos sindicatos ao Estado, à estrutura vertical unitária, ao imposto sindical e à ideia de corporativismo. Os primeiros ataques no entanto partiram dos comunistas que se opunham ao Estado Novo varguista, curiosamente são eles quem defendem com maior intensidade o legado positivo de Vargas nos dias de hoje. Para entender a CLT partimos para os antecedentes da legislação trabalhista brasileira desde a abolição da escravidão, encontrando uma importante pista nos projetos de leis dos positivistas do Apostolado. De mesmo modo nos debruçamos sobre as origens do fascismo e sobre o discurso e a legislação social de Mussolini e seus asseclas, focando em figuras de suma importância no regime como o jurista Alfredo Rocco, o filósofo Ugo Spirito e o sindicalista Tullio Cianetti. Buscamos também trabalhar criticamente com duas correntes filosóficas cuja interpretação atual é muito simples e distante da realidade: positivismo e corporativismo. Ambas normalmente são tratadas como pejorativo mas sem relação com seu significado original e com os postulados destas correntes. Boa parte dos que se propuseram a estudar a CLT, ou mesmo a relação entre CLT e o fascismo, o fizeram sob um ângulo intelectual único. Juristas comparam o programa anunciado na Carta del Lavoro com as leis da CLT; historiadores analisam o contexto político do Estado Novo e as relações entre Itália e Brasil no período e filósofos estudam o positivismo e o fascismo sem necessariamente relacionar com o contexto histórico ou com a jurisprudência. Buscaremos neste trabalho, através de um olhar amplo que englobe o histórico filosófico e jurídico da CLT, compreender qual foi o ambiente intelectual da criação desta Consolidação, com foco na acusação de inspiração fascista. Vale a ressalva de que a comparação com o fascismo não é o único modo de atacar a CLT. Outra via de ataque é o chamado “mito da outorga”, consagrado nas teses de

Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort, que ajudaram a forjar o conceito de populismo. Entramos assim na disputa histórica entre a USP e Vargas. Sintetizada já na data de fundação da USP após a derrota paulista no levante armado de 1932. Este trabalho busca de maneira comparativa aprofundar temas como Varguismo e Fascismo saindo do senso comum. Apresentando historicamente quais os pontos de conexão e distanciamento destas duas correntes que influenciaram largamente o século vinte e que chegam a nós em pleno século vinte e um.

Palavras-chave: Fascismo; CLT; Vargas; corporativismo; Positivismo.

A VIAGEM DO CONCEITO: MELHORAMENTO, PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO NO PENSAMENTO POLÍTICO MINEIRO

Gabriel do Carmo Lacerda (UFMG)

gabriel.lacerda94@hotmail.com

O presente texto pretende discutir, a partir das abordagens historiográficas do contextualismo (Escola de Cambridge) e da História dos Conceitos alemã (Begriffsgeschichte), a metamorfose do conceito de “melhoramento” para “progresso” e, finalmente, para a ideia de “desenvolvimento”. Particularmente, serão analisadas as perspectivas de cinco personalidades/atores políticos – mais do que autores – no tratamento da questão. São eles: 1) José Álvares Maciel (Araújo; Filgueiras, 2017; Lopes, 1958) e José Vieira Couto (Couto, 1994 [1799]), representantes do reformismo ilustrado português (Cunha, 2011), da virada do século XVIII para o XIX, no contexto colonial; 2) Teófilo Otoni – em meados do século XIX, no contexto imperial, cujo traço marcante é a influência do liberalismo estado-unidense (Lynch, 2014; Otoni, 2002 [1858;1859]); 3) João Pinheiro (Pinheiro, 1980 [1906]), no contexto da nascente república, na virada do século XIX para o XX, inspirado pelas ideias positivistas (Alonso, 2000); e 4) Juscelino Kubistchek, de meados do século XX, na terceira república (Kubistchek, 1955; 1959). É importante ponderar como o uso destes atores, a sua virtual coerência e, sobretudo, a perspectiva de uma “continuidade” entre as suas respectivas visões é informada por uma tentativa recorrente de servir a um projeto político das elites mineiras (Gomes, 2005) que buscava superar o atraso relativo estadual, que ficou patente no início do

século XX, e que se acelerou a partir de meados da mesma centúria envolvendo, progressivamente, todo um processo e projeto amplo de industrialização e ação estatal em prol do desenvolvimento estadual (Dulci, 1984; Carvalho, 2005; Diniz, 1981, Bomeny, 1994). A partir disso, emergem algumas questões sobre até que ponto existiriam, de fato, continuidades e descontinuidades nestes discursos. Uma chave de interpretação para identificar as diferenças – e as eventuais permanências – é o exame do contexto e do significado de alguns termos-chave utilizados, transformados e reapropriados por essas diferentes personalidades, bem como a exposição das suas diferenciações ao longo do tempo. Para tanto, no relativo ao contexto, utiliza-se a perspectiva do contextualismo inglês/Escola de Cambridge (Bevir, 2011; Pocock, 2003; Skinner, 1969; Diggins, 1984; Richter, 1990). Já a dimensão de salientar os termos-chave dos textos se apoia nas diretrizes metodológicas propostas pelos autores do Begriffsgeschichte (Bodeker, 1995; Koselleck, 2006; Tribe, 2015). Nesse sentido, pensando em termos de continuidades e rupturas, Carvalho (2005), por exemplo, discute a polifonia dos discursos acerca de Minas Gerais – o que ele chama de Vozes do Ouro, da Terra e do Ferro – e como cada um dos diferentes períodos engendrou elocuições específicas que seriam posteriormente criticadas e superadas, mas, ao mesmo tempo, refletiram a capacidade da intelligentsia mineira de pensar a si mesma. Evidentemente, conforme pondera Candido (1989 [1969]), a questão do analfabetismo persistente no país restringiu a difusão de ideias, ficando estas restritas a parcelas ínfimas da população; parcelas estas responsáveis pelas macrodecisões políticas e econômicas até, pelo menos, meados do século XX. Ademais, isso impacta igualmente, conforme será exposto, nas próprias mutações, definições, substituições e elementos incorporados dos conceitos – melhoramento, progresso e desenvolvimento – ao longo do tempo. Em outras palavras, é importante ressaltar a especificidade dos discursos – portanto o contexto da difusão de ideias – em países coloniais, escravagistas e, posteriormente, subdesenvolvidos e dependentes, assim como a problemática das liberdades formais e reais, da relação com imprensa escrita e com os meios de comunicação. O presente trabalho, além desta breve introdução, estruturar-se-á primeiramente ressaltando os principais elementos teórico-metodológicos do contextualismo (Escola de Cambridge) e da História dos Conceitos alemã. Num segundo momento, ancorado nestas perspectivas são discutidos, por um lado, o contexto histórico, político e biográfico dos autores. E, por outro lado, os usos, por estes, dos conceitos de “melhoramento”, “progresso” e “desenvolvimento”, assim como as modificações no significado e definição destas palavras – e algumas correlatas –, a partir da consulta aos dicionários da língua portuguesa dos anos de 1713, 1789, 1832, 1890, 1913 e 1949. A partir deste quadro de

comparação histórica – contexto político e biográfico atrelado as definições presentes nos diversos dicionários – pode-se concluir que foi possível captar as mutações e o crescente alargamento de significado entre os termos “melhoramento”, “progresso” e “desenvolvimento”. A pluralidade dos diferentes tipos de textos redigidos pelos autores – panfletos, entrevistas, discursos, memoriais, etc. – corroborou para captar o relacionamento entre as suas problemáticas com os significados dos referentes termos presentes nos dicionários de época. Nesse sentido, compreende-se que seja proveitoso e potencial a utilização das metodologias e teorias da Escola de Cambridge e da História dos Conceitos no pensamento econômico e político brasileiro, desde que cotejados pelas especificidades próprias dos países latinoamericanos, notadamente a estreiteza dos canais de difusão e circulação de ideias e de participação política. Por fim, o mais interessante, por um lado, é uma notável quebra de elementos constitutivos e de significado de “desenvolvimento” de finais do século XIX e início do século XX. Acepção esta que, gradativamente, encarna-se de forma política, econômica e cultural sob guarda-chuva da ideia de desenvolvimentismo, principalmente ao longo do século XX. Por outro lado, os discursos dos três primeiros autores, crescentemente, servem mais como um guia, elemento aglutinador para conformar a historicidade e unidade de um discurso, de uma busca de coesão para ação, especialmente das elites mineiras, assim, servido como substrato ideológico, inclusive, para as visões dos dois autores mais recentes. Desta maneira, pode-se afirmar que transplantar pura e simplesmente as perspectivas e visões de autores como José Vieira Couto, José Álvares Maciel e Teófilo Otoni para o presente ou ver neles os germens de uma visão de desenvolvimento soariam muito dissonante e anacrônico. E, contrariamente, muitas das problemáticas e impasses trazidos por João Pinheiro e Juscelino Kubistchek, mediante mediações certas, são questões próprias do desenvolvimento do capitalismo brasileiro até o presente.

Palavras-chave: Minas Gerais; Desenvolvimento; Escola de Cambridge; História dos Conceitos; Historiografia.

OS “INCONTROLADOS” DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA: BANDIDOS OU REVOLUCIONÁRIOS?

Igor Pasquini Pomini (PPGHE/USP)

[*igorpomini@gmail.com*](mailto:igorpomini@gmail.com)

Em 1936 se iniciou na Península Ibérica um dos conflitos mais importantes do século XX, a Guerra Civil Espanhola, que durou até 1939 e terminou com a vitória de Francisco Franco e a implantação de um regime ditatorial que se findaria apenas na década de 1970. Mas a conflagração espanhola não foi apenas uma luta entre militares apoiados pelas potências fascistas da época e um governo democraticamente eleito e abandonado a sua própria sorte pelas democracias ocidentais. Houve na Espanha um processo revolucionário de grande envergadura, cuja principal característica foi a coletivização dos meios de produção e sua gestão direta pelos trabalhadores através de comitês de empresa, o que hoje se costuma a chamar de “autogestão”, mas que na época se denominava “coletivização”. Seu congênere no âmbito social foram os comitês de bairro, que surgiram principalmente na região da Catalunha, região mais industrializada da Espanha na época, e assumiram a gestão de vastos territórios diante da derrocada do poder republicano, notadamente na cidade de Barcelona. Uma vez iniciado o processo de revolução social, começou também os esforços para tentar controlá-lo ou mesmo suprimi-lo. A maior força política na região catalã eram os anarquistas, que praticamente monopolizavam o movimento operário naquela localidade, e estavam organizados na Confederação Nacional do Trabalho – CNT – e na Federação Anarquista Ibérica - FAI. Tais organizações adotaram uma política de colaboração com as outras forças políticas, o que implicou inclusive na aceitação de cargos ministeriais. Já os comunistas seguidores do regime moscovita, organizados no Partido Socialista Unificado da Catalunha – PSUC –, entendiam a Guerra Civil Espanhola não como uma luta de classes, que portanto deveria ser travada a partir da perspectiva da ação revolucionária do proletariado, e sim como uma luta de libertação nacional, o que na prática implicava no abandono da perspectiva revolucionária e na adesão a um pacto de classes que tinha como finalidade a defesa do sistema republicano e a derrota do processo revolucionário. E, para conseguir seus desígnios, estes comunistas encontraram nos partidos republicanos seus aliados naturais. Também havia um pequeno – mas importante – partido marxista dissidente, o Partido Operário de Unificação Marxista – POUM –, que

propugnava por um Estado dirigido pela classe trabalhadora, embora tenha, tal como os anarquistas, entrado para a máquina do Estado republicano com cargos ministeriais. Assim sendo, os trabalhadores revolucionários acabaram por se encontrar praticamente sozinhos diante do processo revolucionário. E desde o início eles tiveram que lidar com ameaças contrarrevolucionárias que advinham de dentro de seu próprio campo: o antifascismo. Essa era a denominação que se dava para todas as forças políticas que se opunham às forças de Franco, e que unidas deveriam barrar o avanço deste. No entanto, fundir concepções tão díspares – como anarquistas, comunistas stalinistas, comunistas heterodoxos e republicanos – sob uma única bandeira “antifascista” não seria nada fácil, na medida em que as concepções e proposições eram não apenas divergentes, mas muitas vezes contraditórias umas em relação às outras. Então, se por um lado a união antifascista se colocava como necessária para a derrota de Franco, por outro lado era um empecilho para a consolidação do movimento revolucionário. E é neste contexto de revolução/contrarrevolução que surge a figura do “incontrolado”, propugnado pelos diversos setores do campo antifascista. Esta palavra reunia sob a mesma denominação bandidos comuns, que se aproveitavam da derrocada social provocada pela guerra civil e pela revolução para cometer crimes em proveito próprio, e os trabalhadores revolucionários, que queriam aprofundar o processo em curso, fazendo uma associação entre revolucionário e delinquente. E é a existência e o significado desta figura que o presente trabalho pretende discutir.

Palavras-chave: Revolução Espanhola; Guerra Civil Espanhola; Autogestão.

INSTITUCIONALISMO E MARXISMO: UM DEBATE METODOLÓGICO

Isadora Pelegrini (UFMG/CEDEPLAR)

isadorapelegrini@gmail.com

O trabalho proposto busca estabelecer um debate entre a metodologia e as interpretações institucionalista e marxista, buscando resgatar as concordâncias entre estas duas correntes de pensamento a respeito da evolução do processo histórico e dos fenômenos sociais, bem como as discordâncias que aparecem devido às diferenças metodológicas das duas abordagens. Para tal, faz-se necessário esclarecer e definir o ponto de partida metodológico de Marx – e marxistas – e Veblen – representando os velhos institucionalistas –, destacando os principais conceitos e as

influências filosóficas. Ademais, é essencial apresentar as principais convergências e diferenças teóricas e metodológicas das duas correntes de pensamento, bem como discutir as principais críticas que autores institucionalistas tecem à perspectiva marxista. O velho institucionalismo, mais do que uma corrente de pensamento, é uma metodologia baseada na metodologia darwiniana, aplicada às ciências sociais. Darwin desenvolveu sua teoria da evolução apoiando-se em princípios complexos da seleção natural, argumentando que os organismos vivos evoluem geneticamente através do processo de adaptação ao ambiente, ao passo que este, por sua vez, também é alterado por meio de sua interação com esses organismos (HODGSON, 1998). Veblen, influenciado metodológica e filosoficamente por Darwin, cria uma explicação evolucionista dos fenômenos sociais. Segundo o autor, a teoria evolucionária é uma teoria dos processos, ou seja, de uma sequência de desdobramentos, um processo gradual de mudança (VEBLEN, 1898). Assim, o pensador desenvolve um método compatível com a análise dos aspectos socioeconômicos em que a instituição – em sentido amplo, como forma de organização humana – tem papel central e se manifesta enquanto sujeito e objeto das transformações. Segundo ele, o ambiente institucional – composto por hábitos, comportamentos, aspectos culturais, normas e leis –, ao mesmo tempo que evolui sob a ação dos indivíduos, influencia na evolução destes (HODGSON, 1998; CONCEIÇÃO, 2019). Assim, a partir da interação do indivíduo com o ambiente, o processo histórico, social e econômico vai se desdobrando cumulativamente em uma direção incerta e imprevisível (ARGYROUS; SETHI, 1996). O marxismo, por sua vez, parte da metodologia materialista histórica e dialética. O materialismo é uma concepção filosófica em que todos os fenômenos partem do material, sempre em movimento, de modo que a matéria seja "substância primeira e última de qualquer ser" (ALVES, 2017, p. 1). A dialética marxista é derivada da hegeliana, com a ressalva de sair do ponto de partida materialista, e não idealista. Enquanto, para Hegel, a consciência determinava o sujeito, para Marx o sujeito construía sua consciência a partir da apreensão do real concreto. Hegel buscou em sua lógica dialética superar a metafísica, método que assimilava a realidade por meio de conceitos dados, estáticos e permanentes, que se encontram isolados um do outro, resultando numa abordagem de "antíteses desconexas" (ENGELS, 2017, p. 38), ou seja, um raciocínio dual de antíteses que se excluem mutuamente. A dialética rompe com a lógica dualista, dando maior importância ao devir, ao movimento e à transformação. Na dialética, o ser é si mesmo e outro ao mesmo tempo, uma vez que esta concebe a realidade como dinâmica e contraditória (MASSON, 2007). O processo de conhecimento, na dialética materialista, parte do concreto por meio da percepção da totalidade concreta inicial, abstraindo-a através da construção de conceitos que separam o que é

contingencial do que é essencial – o que é a essência e o que é a aparência, ou seja, o modo como a essência se manifesta. A partir dessa abstração, o pesquisador faz um esforço para explicar o real, que antes era caótico, voltando ao concreto – que além de ser o ponto de partida, é também o de chegada (FONSECA, 1991). Assentado no materialismo, Marx procura entender a produção e transformação da vida social, política e econômica por meio da dialética, que só existe se houver movimento que, por sua vez, só ocorre se houver um processo histórico (MASSON, 2007). Marx direciona, portanto, seu pensamento à ciência da história por meio da luta entre as antíteses, a contradição, partindo da manifestação fenomênica do concreto – a aparência – para compreender a essência – a realidade. De acordo com Marx, a realidade não se mostra exatamente como ela é, de modo que a aparência, apesar de estar contida no real, o mistifica (FONSECA, 1991; MASSON, 2007). Destarte, há de se partir dessa aparência mas não ater-se a ela, processo realizado através do esforço de abstração. O institucionalismo e o marxismo, portanto, partem de uma abordagem metodológica evolucionária (HODGSON; CALLINICOS, 2005); porém, enquanto para o institucionalismo a evolução acontece por meio da seleção natural de instituições que ocorre em virtude da interação entre agente e estrutura, transformando tanto o indivíduo quanto o ambiente, sendo ambos resultado de um processo que se desdobra cumulativamente em direção ao desconhecido, para o marxismo, a evolução se dá através da luta entre contradições – em sua forma concreta, abstrata e no modo como estas formas se manifestam –, da qual, a partir da síntese, emergem novas antíteses que também estarão em luta. Por meio desse movimento da contradição dialética, abre-se um leque de possibilidades históricas, levando ao desdobramento do processo histórico também imprevisível (ALVES, 2017). Uma vez esclarecidas as semelhanças e divergências de interpretação das duas correntes de pensamento, é interessante destacar duas críticas principais que autores institucionalistas – Veblen e Hodgson – tecem a respeito de Marx. A primeira delas é de que Marx seria coletivista metodológico; ou seja, que este não teria uma concepção clara de indivíduo, sendo este determinado unicamente pela estrutura (VEBLEN, 1897). A última diz respeito ao suposto caráter teleológico do pensamento do autor, tendo em vista seus escritos políticos afirmando que, uma vez superado o modo capitalista de produção, o regime que viria a o substituir seria o socialismo; sendo, portanto, um ponto de chegada necessário à evolução estrutural da sociedade (HODGSON; CALLINICOS, 2005; VEBLEN, 1907). O trabalho propõe argumentar que tais críticas derivam da diferença metodológica entre as duas correntes. Veblen e Hodgson, por desenvolverem o pensamento dentro de uma metodologia evolucionária: i) fora das bases da dialética, não concordam que o ser pode ser, concomitantemente, ele mesmo e um

outro – o indivíduo, simultaneamente, genérico e particular; ii) fora das bases do materialismo, não reconhecem a unidade e contradição entre teoria e prática – a práxis. Assim, apesar de, aparentemente, estarem concordando em diversos assuntos, por utilizarem metodologias diferentes, a profundidade da análise e, portanto, a própria interpretação de mundo do marxismo e institucionalismo, é fundamentalmente discrepante.

Palavras-chave: institucionalismo; marxismo; metodologia; evolucionismo; materialismo-histórico-dialético .

A COMUNA DE PARIS DE 1871: A GESTÃO COLETIVA E A INOVAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICOECONÔMICAS

João Felipe Bronzato (PPGHE/USP & IIES)

bronzatojf@usp.br

A Comuna de Paris de 1871 foi um marco para as lutas dos trabalhadores e, não por acaso, foi enaltecido e utilizado para justificar teorias socialistas de diversas vertentes. Tal importância não se dá por acaso, durante pouco mais de dois meses a população de Paris teve em suas mãos o controle da cidade, momento em que chegaram a criar diversas instituições para a efetivação da revolução. Sendo a Guarda Nacional, o Comitê Central e o próprio governo comunal, com suas comissões e divisões difundidas pelos bairros de Paris, as de maior relevância dentro da lógica impressa pelo contexto revolucionário, bem como as formas de organização criadas pela população de Paris, e de que maneira elas se diferenciavam do modelo de Estado burguês, vigente em momento imediatamente anterior à deflagração da insurreição. Dado um novo formato de organização governamental, com uma ampla e efetiva participação da população parisiense podemos entender a criação de um Estado novo em formação. Dada, portanto, a envergadura de um processo de formação de um novo Estado, há que se considerar que a Comuna de Paris surge como um produto de múltiplos fatores, sendo a Comuna fruto de um momento histórico complexo, e uma construção histórico econômica vinda desde a Revolução Francesa do século XVIII. A população de Paris, que já passava por diversas privações devido à guerra e ao sítio prussiano não aceitou o armistício assinado pelo governo. Na madrugada do dia 17 de março o governo coloca em prática o plano para tomar as armas da Guarda Nacional, na

manhã do dia 18, antes das tropas leais a Versalhes conseguirem levar os canhões a população de Paris e a própria Guarda Nacional reage; oficiais são presos, soldados se confraternizam e a Comuna é declarada na capital francesa. É nesse contexto, de modo espontâneo, que vão se formando as instituições de controle coletivo do Estado, sem que houvesse anteriormente um plano bem traçado de como governar uma cidade, ou mesmo um direcionamento ideológico claro, uma vez que os próprios projetos ideológicos quanto ao controle dos trabalhadores, seja na questão política ou na econômica, ainda estavam em fase inicial. Os comunistas tinham um projeto de tomada do poder estatal e instauração do controle proletário dos meios de produção e da organização política, os proudhonianos eram contrários à ideia de uma centralização política em torno do Estado e eram a favor da posse individual de pequenas unidades produtivas controladas pelos próprios produtores. Tais projetos careciam de uma experiência prática para embasar suas ideias e a Comuna de Paris era justamente essa experiência. É nesse sentido que ela, por ser o primeiro autogoverno de trabalhadores, se torna extremamente importante. É visível que posteriormente ao evento o assunto é intensamente discutido tanto por comunistas quanto anarquistas, havendo até certo ponto uma concordância entre as duas vertentes. A Comuna não foi um evento uníssono, operários, intelectuais e uma pequena burguesia compuseram o corpo de eleitos e eleitores. Estes tinham visões muito diferentes do que deveria ser feito e os rumos que deveria tomar a municipalidade de Paris, o que, certamente, implicaria nos rumos da Comuna. Muitos viam a insurreição unicamente como uma defesa patriótica da cidade contra o invasor estrangeiro e o governo, tido como traidor. Não foi o sufrágio universal de diversas tendências políticas que fez a Comuna ser inovadora nas questões de organização política e social. A atuação direta dos trabalhadores nas comissões dos arrondissements, nas fábricas e nos serviços públicos da Comuna foi essencial para que esta pudesse existir e lhe dar o caráter de organização coletiva que teve. A estrutura do governo comunal foi formada por representantes dos vinte bairros que compunham a cidade, quase setenta delegados os quais organizaram uma comissão executiva e diversas comissões de trabalho, que se estendiam pelos bairros, abarcando diversos outros membros e funcionários. Formaram, assim, um autogoverno onde os poderes executivo e legislativo não estavam divididos, mas juntos e descentralizados. Os membros da Comuna em sua “Declaração ao Povo Francês” publicada no dia 19 de abril, em um jornal controlado pelos trabalhadores, definiram algumas formas de controle dos trabalhadores sobre a burocracia, organizado em três pontos básicos. O primeiro é o sufrágio geral para funcionários e representantes, visando com isso excluir interesses pessoais. A segunda forma de concretização do controle dos trabalhadores era o chamado Mandato Imperativo, que consistia

na ideia de que os funcionários e representantes eram subordinados à população e não a algum superior, obrigando estes a atender as demandas dos trabalhadores e destruindo assim a hierarquia estatal. O terceiro ponto de controle coletivo da burocracia é a revogabilidade a qualquer momento dos que deixassem de, por algum motivo, aplicar as suas decisões. Esta medida era de extrema importância para a gestão coletiva do Estado, sendo que sua efetiva aplicação impede a possibilidade de uma separação de uma elite estatal e os trabalhadores. Outra mudança importante de ser citada sobre a destruição do antigo aparelho estatal oficializada pela Comuna é a destituição do exército profissional e da polícia regular, colocando no lugar o conceito do “povo em armas”. É nessa questão que chegamos à uma das mais importantes instituições organizadas pelos trabalhadores nesse período, a Guarda Nacional. O Comitê Central da Guarda Nacional foi formado por membros eleitos por voto direto dos integrantes de cada batalhão em seus bairros, sendo que algumas vezes era eleito por todo o bairro, sem distinção de patente. A tradição de escolher representantes na Guarda Nacional já era conhecida, com recrutamento em massa ocorrido a partir de 1870, esta prática adquire um caráter popular e operário, culminando com a adoção da milícia organizada. Apesar de esse caráter popular e sem uma hierarquia no formato do exército regular que foi construída ser parte importante da efetivação de um novo modo de produção, muitos autores apontam a falta de uma organização mais severa e hierárquica como um dos fatores do fracasso militar da Comuna. A Comuna de Paris de 1871 foi a primeira grande revolução da era contemporânea, e a primeira tentativa de inversão efetiva da lei do valor. Através de práticas de organização criadas no processo da luta contra a opressão e a exploração, a classe operária parisiense deu início ao primeiro movimento da lei do institucional com a crescente extinção do poder político. A Comuna, portanto, detém seu ineditismo e conseqüente importância histórica no processo de análise dos movimentos de luta de classes justamente por ser o primeiro movimento de trabalhadores a subverter a lógica da lei do valor, a qual é condição sine qua non para a reprodução do modo capitalista de produção.

Palavras-chave: Comuna; revolução; Estado.

AS RELAÇÕES ENTRE ARTE E POLÍTICA NA DITADURA BRASILEIRA

Luis Claudio Reginato Carvalho (PPGHE/USP)

reginato@usp.br

Apresento o resumo do artigo acadêmico pela perspectiva do curso que participei no primeiro semestre de 2020, da disciplina da pós-graduação do departamento de história - FLH5558-1/1Relações Entre Arte e Política na Historiografia da Ditadura Militar Brasileira: "Partilha(s) do Sensível" que trata do vínculo indissolúvel da obra de Rancière entre a arte e a política e que aprofundamos nos anos da ditadura no Brasil, entre 1964 e 1985. Com o ato de pensar e investigar o objeto da pesquisa do meu mestrado em História Econômica, utilizarei a historiografia para desvendar às duas perspectivas de Mario Pedrosa, o crítico de arte e o pensador político desta época. A obra "A Partilha do Sensível", como toda política tem uma arte e toda a arte tem uma política, me faz pensar sobre a definição da problematização do indivíduo Mario Pedrosa. A partir das explanações e debates de nossas aulas, julgo que esta problematização pode me ajudar em meu objeto de pesquisa, pois, Mario Pedrosa, crítico de arte, constituiu parte importante na "partilha do sensível" e o outro Mario Pedrosa, o político e intelectual de viés econômico e social, também não o fez? Como ele estaria inserido nesse contexto, já que seu habitat difere do crítico de arte e colunista de artigos no JB e Correio da Manhã, para o pensador dos problemas sociais e econômicos de um país periférico e totalmente submisso ao capital opressor e imperialista? Gostaria que esse artigo seja inserido no próximo capítulo de minha dissertação, como uma investigação desse grande pensador brasileiro, crítico de arte e pensador político. Sentidos, e é nesses dois sentidos que fazem compreender que, aquilo que me pertence, é também aquilo que eu compartilho. Assim se encontra com o Mario Pedrosa intelectual, mas engajado politicamente por acreditar que a revolução será benéfica para a nação. No livro "A Opção Brasileira" em seu capítulo quatro, que a opção é mesmo de se ter uma revolução já que primeiro, o presidente João Goulart trai todas as expectativas e não consegue governar, e assim se instalando o caos, e que também nossas elites até esse momento jamais conseguiram a sobrevivência sem a ajuda do Estado, e que sua única preocupação é da subserviência ao Imperialismo estadunidense, mas que depois o sistema econômico criado pelo governo ditatorial, e ainda será muito criticado pelos empresários "tupiniquins". O comum também se encontra nele, e não é só na estética, mas também na política, pois Mário Pedrosa

pretende a popularização cada vez maior, mesmo depois de ser considerado o maior crítico brasileiro de artes plásticas, e oriundo de família oligárquica nordestina em decadência, como nos lembra Marcelo Ridenti. Mario Pedrosa enfim busca que a transformação aconteça, sendo que o fruto do trabalho deve continuar através do trabalhador, e numa dialética, terminando com a subserviência de quem não concorda com o que é o parasita nessa engrenagem capitalista. Só assim o homem novo terá a possibilidade de alcançar a libertação, com ajuda e parceria do Estado, Conselhos e Sindicatos. Trarei para a mesa de comunicação, nesse XI Congresso de História Econômica na Universidade São Paulo, o estudo de um Mario Pedrosa em um mesmo eixo do intelectual preocupado com arte alcançando e levando ensinamento e cultura a todos, em conjunto, com aquele que nunca esteve separado do primeiro, que pode acreditar numa nova possibilidade de vida para uma nação periférica, latino-americana, com uma sociedade de classes desiguais, em que uma elite que em grande parte ainda vivia de ideias que não eram apenas conservadoras, mas arcaicas e ultrapassadas, sufocando aqueles que realmente movimentam a roda da economia, e que é, os seus trabalhadores.

Palavras-chave: Política, Pensamento Econômico, Arte, Revolução

LIBERALISMO E TECNOCRACIA: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS CONFLITOS ENTRE OS ECONOMISTAS NAS DITADURAS MILITARES DO CHILE (1973-1982) E DA ARGENTINA (1976-1982)

Marcos Taroco Resende (CEDEPLAR/UFMG)

marcostaroco07@hotmail.com

A maior parte da literatura sobre as ditaduras militares do Chile (1973-1990) e da Argentina (1976-1983) concentra-se na análise da política econômica, buscando a realização de um balanço das diversas políticas implementadas, de forma conjunta ou específica, seus instrumentos técnicos e os resultados econômicos e sociais, enfatizando que a política econômica chilena foi mais radical na aplicação dos princípios monetaristas que na experiência argentina. Por outro lado, há relativamente poucos trabalhos que integram de maneira dinâmica a análise das políticas econômicas ao papel dos economistas como tecnocratas e suas disputas. Portanto, tratando a equipe econômica como não monolítica, e observando os condicionantes

políticos para a formulação e o direcionamento das políticas econômicas. Esse aspecto em conjunto com o enfoque comparativo entre os dois países, faz parte da contribuição da pesquisa. Desta forma, a dissertação visa contribuir para o preenchimento desta lacuna, que está na intersecção entre a História Econômica e a História do Pensamento Econômico, por captar a difusão das ideias econômicas e seus impactos concretos. O objetivo do trabalho é analisar comparativamente a formulação das políticas econômicas e seus resultados a partir de uma ótica interpretativa que privilegie a atuação e a participação dos economistas no governo. Para alcançar o objetivo, o método de pesquisa combinou a análise documental e revisão bibliográfica. A análise documental se concentrou primeiramente nos planos econômicos, El Ladrillo no Chile e o Programa de Expansión, Recuperación y Expansión de la Economía Argentina para a verificação das intenções iniciais, e também em declarações públicas de membros da equipe econômica no decorrer da implementação dos programas econômicos para observar suas possíveis alternâncias e conflitos. Além disso, a pesquisa se baseia em entrevistas, artigos em jornais do período, biografias e testemunhos de vários economistas para clarificar os conflitos no processo decisório. Isto é articulado com a bibliografia a respeito da participação e dos conflitos dos técnicos no governo, para balancear os limites do primeiro tipo de pesquisa. Os resultados apontam que as equipes econômicas não eram monolíticas, e tinham em seu seio intensos conflitos entre economistas e profissionais que dirigiam a economia. Os Chicago boys - que tinham maior coesão interna e foram amparados por Pinochet - através de uma série de movimentações políticas e institucionais no interior do Estado que envolveu alianças, persuasões e conflitos, lograram maior poder em relação ao caso argentino, superando resistências de determinadas frações militares, e de outros economistas e profissionais com projetos alternativos de política econômica. De outro lado, Martínez de Hoz, um advogado pragmático e autodidata em economia, se movimentou institucionalmente para tentar contornar um campo mais hostil no âmbito do processo decisório em relação aos militares, que interferiram com mais intensidade na política econômica. Porém o ministro também geria conflitos com os liberais tradicionais fora do governo e na gestão política do interior da sua equipe econômica (entre liberais tradicionais e liberais tecnocratas).

Palavras-chave: Economistas; ditaduras; políticas econômicas; Chile; Argentina.

HICKS E VON MISES SOBRE HISTÓRIA E A HISTÓRIA ECONÔMICA: UM PARADOXO?

Múcio Tosta Gonçalves (UFSJ)

Ana Luísa Costa Bernardes Faria (UFSJ)

mucio@ufs.edu.br

A presente proposta parte da definição de que a História Econômica, como campo de conhecimento científico interdisciplinar, tem por objetivo apreender as articulações e os imbricações que explicam as distintas causas e trajetórias assumidas pelas formações econômicas no tempo e no espaço – entendidas ambas como dimensões fundamentais para a compreensão das experiências socioeconômicas humanas. A História Econômica, como produto e como meio de pesquisa e ensino, então, não se baseia na separação entre o “econômico” e o “social”. Nesse sentido é que residem as suas capacidades específicas de indagar e de explicar a realidade. Por isso, compreende-se que a História Econômica constitui um espaço disputado por diversas correntes teóricas e analíticas nas Ciências Econômicas e Históricas. Historiadores e economistas que adotam perspectivas (mais) quantitativistas, micro centradas ou localizadas e aquelas dos distintos tipos de estruturalismos, digladiam pelo domínio da produção de conhecimentos e verdades nesse campo. A presente proposta, ao centrar a atenção nas interpretações sobre História Econômica realizadas por John Hicks (1904-1989) e por Ludwig von Mises (1881-1973), dois economistas que adquiriram grande reputação nos seus respectivos campos e temas de análise, procura entender os usos da História Econômica como forma de produzir confirmações sobre postulados teóricos e projetos políticos de política econômica. Para quem pouco conhece as ideias dos dois autores, e tendo em vista as posições pró establishment de ambos, parece que a concepção de História Econômica produzida por eles é a de mero repositório de dados - os quais, feitas as “devidas” abstrações analíticas, serviriam para confirmar o estado atual do funcionamento do mercado. Reside aí, talvez, um paradoxo. Hicks, britânico, foi eminente professor da London School of Economics (LSE), ganhador do Prêmio do Banco da Suécia para as Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel em 1972, juntamente com Kenneth Arrow (1921-2017), por suas contribuições para a teoria do equilíbrio econômico geral e a teoria do bem-estar. Ademais, ele é reconhecido por sua contribuição fundamental para uma interpretação da teoria de John M. Keynes (1883- 1946), expressas no

modelo IS-LM, central para a moderna teoria macroeconômica de inspiração neoclássica. Em duas de suas principais obras - *Value and Capital* (1939), *Capital and Growth* (1965), ele não explorou a ideia de história. Ele o realizou nos livros *A Theory of Economic History* (1969) e *Capital and Time* (1973). Originalmente próximo das ideias da chamada Escola Austríaca (EA), Hicks revisou suas ideias, avançando da incorporação da ideia de dinâmica (não linearidade) do ciclo econômico para a análise de mudanças econômicas (ou “impulsos”) ao longo do tempo. Aparentemente, Hicks teria passado a perceber que a economia é uma ciência social histórica, ao dar ênfase para a relação entre crescimento econômico e as mudanças tecnológicas. Mesmo assim, permaneceu a sua proximidade com as ideias da EA, especialmente as de Carl Menger (1840-1921) e Friedrich Hayek (1899-1992), uma vez que ele não abandonou por completo a ideia da tendência da economia ao equilíbrio. Por sua vez, von Mises, considerado fundador da Escola “Neo Austríaca”, austríaco naturalizado norteamericano, desenvolveu suas teses a partir do que ele denomina de método praxeológico. Segundo o autor, o objetivo do método é explicar a estrutura lógica da ação humana pela análise dos fatores que levam as pessoas a atingirem os seus objetivos, produzindo um conhecimento válido para todas as situações, com base em hipóteses e inferências que não derivam da experiência. As proposições e afirmativas sobre a economia e a ação humana não se sujeitam, pois, à verificação com base na experiência, sendo tanto lógica como temporalmente prévias a qualquer compreensão de fatos históricos. Pretendendo construir uma análise econômica e uma compreensão da ação humana supostamente livres de juízo de valor, von Mises defendeu um *laissezfaire* irrestrito e o respeito total aos direitos de propriedade privada, cabendo aos governos limitarem-se a defender a pessoa e a propriedade dentro do seu território. Ele desenvolveu suas ideias nas obras *The Theory of Money and Credit* (1912), *Liberalism* (1927), *Human Action* (1949) e *Theory and History* (1957), bem como em diversos artigos e livros contra o socialismo, o marxismo e o que ele identificava como sendo qualquer forma de intervencionismo governamental na economia de mercado. A ênfase na ação individual egoísta, para o autor, demanda uma concepção da história como uma forma de reação humana consciente aos meios natural e social, tais como eles foram e são determinados pelas ações das gerações anteriores e contemporâneas. Assim, a história lidaria com as ideias e os fins que as pessoas estabeleceram como meta, e os historiadores devem se referir ao significado dos fatos como sendo a interpretação que as pessoas dão à situação que viveram e que resultou das suas ações ou, alternativamente, à interpretação que outros indivíduos deram ao resultado de tais ações. Para von Mises, as causas da história são, então, os fins que os indivíduos e os grupos de indivíduos estabelecem como

meta. Partindo de tais postulados e conclusões, a proposta do presente artigo é a de avaliar criticamente as contribuições de ambos os autores para a produção de concepções contraditórias sobre a História e sobre o alcance da História Econômica como campo de conhecimento particular. Nesse sentido, as ideias de ambos autores não são tão somente paradoxais. Elas revelam o peso que perspectivas ortodoxas e conservadoras podem ter para negar – ou, no mínimo, relativizar – as dinâmicas de processos e/ou eventos sociais e históricos, incluindo suas possíveis transformações.

Palavras-chave: John Hicks; Ludwig von Mises; Pensamento Econômico contemporâneo

O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO PENSAMENTO ECONÔMICO DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

Paulo César das Neves Sanna Robilloti (IE/Unicamp)

paulorobilloti@gmail.com

Uma das mais influentes economistas brasileiras, Maria da Conceição Tavares é consagrada na literatura por suas análises originais e instigantes nas áreas de economia brasileira, economia política e economia política internacional. Seus ensaios iniciais podem ser estudados dentro do marco teórico do pensamento cepalino, quando a economista se consagrou por se destacar como "discípula" de Raúl Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto. Sob o pretexto de um encontro mais amadurecido com suas teses,, será feita uma leitura minuciosa do "estado da arte" das ideias sociais e econômicas latino-americanas que lhe deram sustentação teórica, com vistas a identificar tanto as principais influências sofridas por Conceição Tavares como os elementos que a diferenciaram no debate econômico. Na sequência, será resgatado o "núcleo duro" da economia política da autora, onde ela se apoiou em autores como Marx, Keynes, Kalecki e Steindl para fazer sua crítica à dinâmica capitalista. Por fim, tendo como referência as partes I e II, na terceira parte abordamos seu pensamento econômico no tocante à industrialização brasileira e os rumos do desenvolvimento capitalista mundial e seus impactos à economia brasileira. Seu pensamento é periodizado em três momentos: a fase cepalina (de 1963-1974), a fase do Desenvolvimento Capitalista no Brasil (de 1974 a 1985) e, por fim, a fase da Economia Política Internacional (de 1985 aos dias atuais). Ainda que apontemos os principais elementos

de todo seu pensamento, o foco da apresentação é sobre a primeira e, fundamentalmente, a segunda fase de seu pensamento econômico. Não foram poucas as contribuições teóricas do estruturalismo ao pensamento de Conceição Tavares. Começando pelo método histórico-estrutural de análise, passando pela obsessão com a questão do desenvolvimento econômico, o repúdio à visão de automatismos do mercado para se percorrer a via do desenvolvimento, a ideia de estilos de desenvolvimento e o papel das empresas transnacionais na dinâmica do sistema. No entanto, a autora adicionará ao método originário de análise cepalino, a sua chamada “economia política”, apoiando-se em Marx, Keynes, Kalecki, Steindl e Schumpeter, para analisar a dinâmica e o processo da acumulação de capital no Brasil, o que a levará a rever muitos pontos discutidos no âmbito da Cepal. O primeiro ponto a ser criticado pela autora será a periodização da economia entre “primário exportador” (de 1808 a 1930) e “substituição de importações” (de 1930 em diante) – tal como fez Raúl Prebisch, Celso Furtado, Anibal Pinto e ela mesma em seus trabalhos iniciais. Compartilhando a visão de João Manuel Cardoso de Mello, Conceição Tavares defende que a periodização correta deva partir do conceito de capital enquanto uma relação social, privilegiando, em um primeiro plano, as relações trabalhistas e as conexões entre a burguesia mercantil cafeeira e a burguesia industrial. O objetivo dos autores é a problemática da formação e do desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina, de tal modo que este passa a se constituir com o advento do trabalho assalariado, em 1888. Desta forma, perde o sentido a periodização da Cepal que privilegiava apenas os condicionantes externos à dinâmica das economias latinas. A periodização da proposta fica a seguinte: até 1808, “economia colonial”; de 1808 a 1888, “economia mercantil-escravista nacional”; de 1888 a 1933, “economia exportadora capitalista retardatária”, de 1933 a 1955, “industrialização restringida”, e de 1955 em diante, “industrialização pesada”. Vale ressaltar que as contribuições analíticas da autora se concentram de 1955 em diante. A autora também utilizará com o conceito de acumulação de capital de forma mais refinada que os intérpretes da Cepal. Nas análises cepalinas o consumo conspícuo era visto como algo perverso à taxa de acumulação, distribuição e inflação (enfim, para o próprio crescimento) na medida em que tais modalidades de gastos reduziam a poupança e, conseqüentemente, o investimento e o crescimento a longo prazo da capacidade produtiva das economias periféricas – esta ideia, como vimos, está presente desde os primeiros trabalhos de Prebisch e ganham destaque tanto na obra de Furtado como na de Aníbal Pinto. Como adequadamente aponta Serrano (2001), estes autores não partiam da análise do processo de acumulação de capital em si (como fará Tavares em 1974; e 1978), mas partiam da ideia de um planejamento adequado ao desenvolvimento. Em

seus trabalhos da década de 1970 e 1980 Conceição Tavares rompe com esta visão, passando a analisar a economia em desenvolvimento como um certo tipo de economia capitalista, baseando-se nos esquemas setoriais de análise desenvolvidos por Michael Kalecki para compreender a dinâmica das economias capitalistas. Em sua visão, o consumo conspícuo tem relevância como estímulo à acumulação de capital e ao mercado interno de países com distribuição desigual da renda (e não como um impedimento a ambos). Desta forma, há um deslocamento da análise: a ênfase, no pensamento de Conceição Tavares, recairá para os determinantes financeiros e tecnológicos do investimento autônomo. A questão do papel do consumo conspícuo como um problema da realização dinâmica foi deixada em segundo plano, bem como qualquer tendência à estagnação do capitalismo periférico. A economista desenvolverá a ideia de que a distribuição de renda é exógena ao processo de acumulação e a economia cresce puxada pelo efeito acelerador e multiplicador da expansão do consumo das classes mais altas - ponto desenvolvido por Serrano (1995). Em outras palavras, os fatores distributivos são determinados por uma série de elementos que (à primeira vista) não passam pelo processo de acumulação de capital – o que não quer dizer que o ritmo e a forma de acumulação não afetem a determinação das variáveis distributivas. Não existe, no pensamento da autora, um axioma que trate fatores distributivos impostos mecanicamente pela acumulação de capital. Desta forma, o aumento do consumo de bens de maior valor agregado não reduz o consumo dos trabalhadores, muito pelo contrário, aumenta-o. É verdade que, apoiada em Kalecki, a autora defenderá que os efeitos multiplicadores do gasto (em investimentos ou em consumo conspícuo) serão tanto maiores quanto maior for a participação dos salários na renda. Em síntese, compreender os rumos do capitalismo global e periférico, em particular, foi o grande tema da obra de Maria da Conceição Tavares. Em seu esforço crítico de repensar a dinâmica do capitalismo a autora propôs uma leitura altamente original dos grandes teóricos da economia.

Palavras-chave: Maria da Conceição Tavares; Estruturalismo; Desenvolvimento Capitalista; Celso Furtado; Economia Política

TENSÕES NA NOVA ORDEM ESTADUNIDENSE: CRISE HEGEMÔNICA OU SISTÊMICA?

Ricardo Antonio Soldera (IE/UNICAMP)

rasoldera@gmail.com

O restabelecimento da hegemonia estadunidense na década de 1980 está baseada em vínculos estabelecidos entre a alta finança estadunidense atuante a nível global, a burguesia estadunidense ligada à tecnologia de ponta do complexo industrial-militar e o governo dos Estados Unidos. Estas são as frações da classe hegemônica estadunidense elevadas à condição de classe hegemônica mundial. E promovem o aprofundamento da economia transnacional por meio da abertura comercial e financeira e combate ferozmente a classe trabalhadora. As burguesias transnacionais oriundas dos países centrais foram beneficiadas pela nova ordem nascente e aderiram prontamente à hegemonia estadunidense. Ao mesmo tempo, as burguesias transnacionais consolidaram uma economia mundial através das tecnologias da terceira revolução industrial. A empresa transnacional se tornou global e o seu comando central subordina diferentes cadeias produtivas pelo planeta. Neste sentido, as filiais das empresas transnacionais se desvincularam dos nexos locais com o objetivo de formar um sistema produtivo mundial integrado à matriz e cada vez mais independente das particularidades dos países hospedeiros. As classes dominantes dos demais países tiveram de se submeter à nova ordem estabelecida. Apesar da resistência inicial, as classes dominantes de grande parte dos países foram aliciadas por meio de pressões econômicas, chantagens militares e pelas novas fontes de riqueza e consumo conspícuo e participam ativamente da abertura comercial e desregulamentação financeira. Uma verdadeira vingança do capital contra o trabalho teve início também na década de 1980. Os trabalhadores sofreram reduções salariais, perda de empregos e direitos sociais em todos os países. Os movimentos trabalhistas foram colocados na defensiva pelos poderes das novas legislações e pelo desemprego produzido pelos ajustes fiscais. Com a desintegração da União Soviética, o espectro do comunismo afastou-se definitivamente da Europa, desfazendo os últimos medos das classes dominantes. Além disso, as fissuras entre os diferentes setores da classe trabalhadora se alargaram. A pressão para retirada das políticas de proteção social penalizou os setores mais fracos da classe trabalhadora, enquanto os trabalhadores mais qualificados conseguiram se adaptar minimamente às novas tecnologias. As

transformações nos processos de produção e a fronteira cada vez maior entre trabalho braçal e não braçal quebraram a unidade dos trabalhadores. A pandemia de Covid-19 penaliza muito mais os trabalhadores precarizados e evidencia ainda mais as fissuras da classe. Dois acontecimentos alteraram radicalmente a atuação dos Estados Unidos no século XXI: os atentados de 11 de setembro de 2001 e a Revolução nos Assuntos Militares (RAM) já em curso desde meados da década de 1990. Trata-se de uma mudança fundamental na natureza da guerra por meio do uso de armas e comunicações munidas das mais avançadas tecnologias do complexo eletrônico. Uma série de tensões ameaçam a nova ordem estadunidense. A ascensão da Rússia e da China como potências, as guerrilhas nos países recentemente ocupados, a insatisfação pela crescente precarização do trabalho dentro e fora dos Estados Unidos e a crise de 2008, cujos desdobramentos ainda não haviam terminado e foram agravados pela pandemia de Covid-19. Há muito tempo se discute se estamos em uma crise hegemônica ou em uma crise terminal do capitalismo. A pandemia de Covid-19 coloca em evidência esse debate. A peste bubônica tivera papel importante na crise terminal do feudalismo.

Palavras-chave: Hegemonia; Ordem Mundial, Complexo Industrial-Militar, Burguesias Transnacionais, Classe Trabalhadora.

LIÇÕES MEXICANAS PARA PENSAR AS NOVAS DIREITAS NA AMÉRICA LATINA

Ricardo Neves Streich (PPGHE/USP)

ricardostreich@gmail.com

Dentre os desdobramentos da crise econômica de 2008, é possível encontrar o desgaste das formas de fazer política que marcaram o mundo globalizado após o final da guerra fria. Esta forma de fazer política consistiu, em linhas gerais, em alterar o sentido e o papel do Estado na sociedade. O “consenso de centro”, na denominação de Chantal Mouffe, significou a redução da disputa política aos ditames neoliberais. A democracia, então, deixou de ser o espaço de disputa política entre perspectivas antagônicas, já que o papel do Estado foi reduzido à alocação eficiente dos recursos públicos. Desta forma, é possível afirmar que a crise da noção de democracia resulta da incapacidade do “consenso de centro” em responder os anseios e demandas da sociedade. Atualmente os grupos de direita/extrema-direita têm sido mais

eficientes na capitalização das frustrações herdadas da crise hegemônica do “consenso de centro”. Na América Latina, isto significou o fim da “onda rosa” – período compreendido entre 1998 e 2015 no qual os maiores países do continente foram governados pela esquerda/centro-esquerda –, especialmente com as vitórias eleitorais da direita liberal (Maurício Macri na Argentina em 2015) e da extrema-direita (Jair Bolsonaro no Brasil em 2018). Contudo, é interessante observar que o México, segunda país do continente em termos econômicos e populacionais, experimentou o período de forma bastante diversa quando comparado à maior parte do continente. Entre os anos de 2000 e 2012 o México foi governado pelo Partido Acción Nacional (PAN). As vitórias de Vicente Fox (2000) e Felipe Calderón (2006) representaram as primeiras derrotas do Partido Revolucionario Institucional (PRI) em 71 anos. O PAN é um partido da direita tradicional mexicana que congrega desde católicos conservadores a grandes empresários. Por isto os dois presidentes panistas articularam estratégias discursivas conectadas à tradição do partido. Assim, Fox utilizou seu histórico profissional – havia sido CEO da Coca-cola no México – para criar o discurso do “gestor” que passa por cima dos interesses “ideológicos” e “políticos” em prol de escolhas racionais. Calderón, por sua vez, articulou a continuidade do discurso liberal na economia, mas adotou posições conservadoras nos costumes. Neste sentido, não é difícil perceber que os arquétipos mobilizados pelos panistas são os mesmos da nova direita latino-americana contemporânea (por exemplo, o “gestor” Macri e o “liberal-conservador” Bolsonaro). Ademais, é imperativo apontar a força discursiva do conservadorismo panista, o qual foi capaz de vencer duas eleições (na segunda economia da América Latina) justamente no contexto em que a maior parte dos países latino-americanos eram governados por partidos de esquerda. Por isto, o escrutínio das estratégias discursivas de Fox/Calderón podem ser de grande valia para a lançar luzes à atuação da nova direita que atua hoje no continente. Desta forma, o objetivo desta comunicação é analisar, a partir da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, as estratégias discursivas de Fox/Calderón – com especial ênfase na construção das relações adversariais, na crítica ao establishment e na relação entre política, economia e costumes – para tirar lições que permitam aprimorar a análise sobre a nova direita latinoamericana e também verificar se, e em que medida, podemos tratá-los como precursores narrativos desta nova direita que emergiu no continente após a “onda rosa”.

Palavras-chave: Partido Acción Nacional; Fox; Calderón; México; populismo.

DO HISTÓRICO NA NATUREZA À NATUREZA DO HISTÓRICO-SOCIAL: AS CONSIDERAÇÕES DE ENGELS A RESPEITO DA TEORIA EVOLUTIVA DARWINIANA

Rodrigo Nagem de Aragão (PPGHE/USP)

rnagem@uol.com.br

A comunicação em proposta visa abordar e discutir as considerações sobre Teoria da História que Friedrich Engels empreende ao examinar criticamente, no decorrer dos manuscritos e fragmentos textuais que atualmente compõem a obra “A Dialética da Natureza”, certas questões de fundo teórico presentes na teoria da evolução das espécies desenvolvida por Charles Darwin. Com isso, pretendemos apresentar como Engels concebe e analisa as particularidades dos processos de evolução e transformação das espécies no meio natural e os diferencia dos processos de produção e transformação da realidade social por meio da atividade humana. Para tanto, a comunicação foi pensada e estruturada em três partes. Na primeira, iremos tratar brevemente da concepção materialista e dialética da História formulada conjuntamente por Marx e Engels, expondo os seus fundamentos mais importantes - a constituição histórica do ser social mediante o desenvolvimento das formas de produção das suas condições de existência, a determinação do ser social sobre as formas de consciência e a oposição dialética entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas -, a fim de estabelecer os marcos teóricos em função dos quais, posteriormente, avaliaremos as implicações das considerações de Engels. Na segunda parte, iremos, primeiramente, expor a perspectiva engelsiana a respeito da historicidade da Natureza e, sobretudo, da dialética enquanto processo objetivo inerente à matéria como um todo. Na sequência, partindo desse quadro referencial, iremos desenvolver o tema central da comunicação através dos seguintes tópicos: a) como Engels pensa dialeticamente o processo de evolução da vida orgânica; b) os pontos em que Engels concorda com Darwin: i. a crítica à concepção metafísica de natureza imutável e estática, ii. a diversificação e complexificação das formas de vida por meio de oposições dialéticas na realidade material; c) os pontos em que Engels discorda de Darwin: i. a seleção natural elaborada enquanto “sobrevivência do mais apto”, ii. a generalização da teoria malthusiana; d) o papel do trabalho, segundo Engels, na humanização do homem e na diferenciação entre os processos históricos da natureza e os processos históricos das formações sociais humanas; e) a crítica de

Engels ao caráter ideológico da transposição, para o campo do social, das dinâmicas próprias do meio natural (darwinismo social). Na última parte, como já apontado, iremos ponderar as implicações dos raciocínios de Engels para a concepção materialista e dialética da História, de modo a contrastar as especificidades da História com relação às da Natureza, examinar o problema da escala temporal na historicização do natural e do social e analisar como Engels trabalha a dialética na passagem do natural (adaptação da existência ao meio) ao histórico-social (produção dos meios de existência). Por fim, espera-se que a comunicação concorra no sentido de aprofundar o debate acerca do materialismo dialético enquanto matriz epistemológica e de tematizar contribuições provenientes desse instrumental teórico para se pensar questões do campo da Teoria da História.

Palavras-chave: Dialética da Natureza; Materialismo Histórico-Dialético; Teoria da História; Darwinismo; Friedrich Engels.

AÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DE SEBASTIÃO JOSÉ CARVALHO E MELLO NO CONTEXTO DO TERREMOTO DE LISBOA DE 1755: ANÁLISE DAS MEMÓRIAS E DAS CRÍTICAS SOBRE AS MEDIDAS ADOTADAS PELO ESTADO

Ronaldo Capel (ASC/FFLCH/USP)

rcapel@alumni.usp.br

Em 1º de novembro de 1755, Lisboa foi atingida por um terremoto seguido de um maremoto, destruindo parte da cidade. O que não foi destruído pelos agentes naturais fora destruído por um incêndio, ceifando milhares de vidas e causando prejuízos materiais. Tal evento é considerado pela historiografia como o momento derradeiro para alavancar a figura de Sebastião José de Carvalho e Mello, ministro do rei de Portugal D. José I e futuro Marquês de Pombal, como grande estadista por conta das medidas políticas e econômicas adotadas no intercurso da catástrofe. Assim que Lisboa começou a se recompor do pavor causado pelos acontecimentos, Carvalho e Mello propõe a “retomada” interferindo em setores estratégicos: condena os sujeitos que cometerem crimes no momento da catástrofe, determina a edificação de alojamentos e abastecimento para a cidade, deixa de lado a pompa de sua posição e habita por alguns meses um barracão de madeira, recusa donativos estrangeiros, etc. As medidas adotadas

pelo Ministro foram criticadas por seus opositores ligados à Igreja e uma parte da fidalguia. Na “APOLOGIA Sobre as obras publicas, e particulares, que se fizeram em Lisboa por causa do terremoto de 1755”, há uma breve descrição das medidas adotadas por Carvalho e Mello, sendo as mesmas esmiuçadas no “Memorias das principaes providencias que se derão no terremoto que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755, ordenadas e offerecidas a’ Magestade Fidelissima DeElRey D. Joseph I. Nosso Senhor por Amador Patricio de Lisboa”. Partindo de tais documentos e das obras de João Lúcio de Azevedo – “O Marquês de Pombal e a sua época”; Teixeira Soares – “O Marquês de Pombal: a lição do passado e a lição do presente” e Francisco José Calazans Falcon – “A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada”, John Smith – “Memorias do Marquez de Pombal...”, além da análise dos documentos assinados pelo Ministro entrementes ao terremoto e os desdobramentos em anos posteriores, é possível traçar as ações políticas e econômicas adotadas num momento atípico da história por conta de eventos de ordem natural. O ideário da época apontava a catástrofe natural como uma forma de punição divina devido aos pecados cometidos pelos lisboetas, sendo a tomada de decisões políticas e econômicas para atenuar as perdas alvo de tais ideais considerados “tradicionais”. Fato que corrobora para uma breve visualização do que foi considerado como ilustração em Portugal, expressa no “conflito” de ideias entre o padre jesuíta Gabriel Malagrida e Carvalho e Mello. Carvalho e Mello tomou medidas próximas da truculência e crueldade para com seus concidadãos, medidas estas que se voltavam mais para uma nobreza apadrinhada e resistente às imposições do Ministro. A arrecadação de recursos destinados a reconstrução de Lisboa foi coletada em diversas fontes, inclusive no Brasil por intermédio do dito “subsídio voluntário”. Da prepotência ou da liberalidade das ações tomadas pelo futuro Marquês de Pombal, fato é que Portugal sairia do evento catastrófico socialmente e economicamente modificado, substituindo velhos hábitos e promovendo a ascensão de velhos agentes. Da tirania e da opressão, há quem alguns anos depois elencou Carvalho e Mello como “abençoado” por promover a liberdade do jugo das superstições inquisitoriais, principalmente os judeus que foram obrigados a se converterem e viviam sob constante ameaça.

Palavras-chave: Pombal; Antigo Sistema Colonial; Ilustração; Terremoto de Lisboa; História Colonial.

O PENSAMENTO ECONÔMICO DA ESCOLA DE SALAMANCA (1526-1604)

Suelem Halim Nardo de Carvalho (UEM)

suelemhalim@hotmail.com

Nossa pesquisa tem como objetivo central mostrar que existiu uma tradição intelectual católica durante o período conhecido como Escolástica Tardia, a Escola de Salamanca, que, inserida num contexto histórico de desenvolvimento comercial mundial, produziu um número significativo de obras voltadas para explicação do funcionamento da economia, das atividades comerciais e financeiras, caracterizando o que Schumpeter (1971, p.136)* chamou de fundamento da ciência econômica. Os teólogos são conhecidos por escreverem obras de filosofia e teologia, mas as obras dos escolásticos tardios não ficaram restritas a estas áreas do conhecimento humano. Na verdade, os escolásticos do final da Idade Média e começo da Idade Moderna escreveram sobre variados assuntos. Política, direito e economia, por exemplo, foram temas muito recorrentes entre os trabalhos dos dominicanos e jesuítas ibéricos, dos séculos XVI e XVII. Nessa direção, a chamada Escola de Salamanca - corrente filosófica nascida na Universidade de Salamanca - foi uma tradição muito importante, pois esteve na origem de uma plêiade de pensadores que se tornaram ilustres pela influência que exerceram no desenvolvimento de uma série de conhecimentos, inclusive na área do pensamento econômico. Durante a Idade Média, os escolásticos tratavam de temas econômicos em livros de direito canônico, nas imensas Sumas de Teologia e até em obras tão inesperadas como coleções de sermões ou em manuais de confessores. Além disso, as referências aos temas econômicos constituíam capítulos esparsos em meio a tratados sobre moral, filosofia, direito e justiça. Somente com a chamada Escolástica Tardia, já no século XVI e mais especificamente com a Escola de Salamanca, veremos o aparecimento de obras dedicadas inteiramente a uma temática econômica como a usura ou ao comércio, por exemplo. Os escritores da Escolástica Tardia foram os responsáveis pela criação de um tipo de tratado chamado *De Iustitia et Iure* (sobre a Justiça e o Direito), nos quais discutiam assuntos predominantemente econômicos. E, como não poderia deixar de ser, diferentemente das correntes posteriores (mercantilista e fisiocrata), os escolásticos escreviam sobre economia desde uma perspectiva moral. Invariavelmente, as

* SCHUMPETER, Joseph A. *Historia del análisis económico*, Barcelona: Ediciones Ariel, 1971.

questões sobre empréstimos, contratos, juros, comércio etc. estavam profundamente envolvidas em discussões como justiça, licitude e correção. A relevância destes tratados residia na necessidade de compatibilizar a fé cristã com as novas realidades econômicas e sociais. Tratava-se de elaborar um corpus que serviria de guia moral para os setores sociais mais ligados aos processos de transformação econômica, como os comerciantes por exemplo. Nessa direção, nossa pesquisa busca tornar evidente que os clérigos pertencentes à Escola de Salamanca nutriram interesse por entender o funcionamento dos mercados, sim, mas a preocupação em conhecer as leis da economia se justificava porque estavam constantemente preocupados em garantir que os indivíduos pudessem salvar suas almas através daquilo que eles consideravam ser "práticas cotidianas moralmente corretas". Por isso toda a discussão econômica presente nos textos dos escolásticos salamantinos é carregada de um profundo moralismo cristão.

Palavras-chave: Escola de Salamanca; Pensamento Econômico.

O ANTIGO EGITO NO COLAPSO DO SISTEMA-MUNDO DA IDADE DO BRONZE

Thomas Henrique de Toledo Stella (MAE/USP)

djehuty@usp.br

A Teoria do Sistema-Mundo, de Immanuel Wallestein, foi elaborada para se compreender globalmente as relações econômicas no capitalismo moderno, considerando a existência de três categorias de países: centro, semiperiferia e periferia. Para Wallerstein, o Sistema-Mundo formou-se nos últimos cinco séculos. Entretanto, André Gunder Frank e Barry Gills sugerem que o atual Sistema-Mundo iniciou-se há 5 milênios, na assim chamada Idade do Bronze. Em contraste, Samir Amin propôs a existência de outros sistemas-mundo protocapitalistas, com características distintas do atual, no qual o processo de acumulação difere-se do capitalismo moderno. Nessa linha, David Warburton propôs a existência um Sistema-Mundo da Idade do Bronze. Entende-se o começo da Idade do Bronze como a transição do 5o ao 4o milênio antes da Era Comum, quando emergiram os primeiros estados e estes estabeleceram relações comerciais e diplomáticas entre si. O final da Idade do Bronze ocorreu na virada do 2o para o 1o milênio aEC, época de seu colapso, que deu início à assim chamada Idade do Ferro. Na Idade do Bronze,

a Mesopotâmia e o Antigo Egito eram estados centrais, acompanhados de outros reinos emergentes como os Micênicos, Minóicos, Hati, Assíria e Babilônia. Esses foram os primeiros impérios, que subordinavam reinos menores em complexas tramas que envolviam comércio, conflitos, guerras e ocupações. Entre essas que são consideradas as primeiras civilizações, desenvolveu-se um tipo de diplomacia, com a troca de correspondências escritas em geral em cuneiforme acadiano. Também havia a rivalidade pelo controle de zonas estratégicas de extração de matérias-primas e rotas comerciais. Nesse Sistema-Mundo da Idade do Bronze, os continentes africano, asiático e europeu encontravam-se comercialmente integrados. O Mediterrâneo era o centro desse complexo o qual Fernand Braudell, referindo-se a um período posterior, identificou suas transformações de longa duração. O bronze, uma liga metálica formada basicamente por cobre e estanho, era fundamental para a produção de armas e outros bens manufaturados. Outros produtos como ouro, prata, tecido, tinturas e bens de diversas naturezas circulavam na região. O navio Uluburum, encontrado naufragado na costa da Turquia, apresentou uma pequena janela de o quão conectado encontrava-se todo esse complexo. Entretanto, uma série de fatores de ordem natural, política, social e econômica operaram para que ocorresse o colapso do Sistema-Mundo da Idade do Bronze. Do ponto de vista militar, os chamados "Povos do Mar" derrubaram e saquearam reinos no Egeu, Anatólia e Levante, mas foram contidos no Antigo Egito. Por sua tradição elitista, são raros os egiptólogos que procuram compreender de maneira mais ampla a economia do Antigo Egito a partir de uma conjuntura externa. Esta apresentação debate as possibilidades e limitações da aplicação da Teoria do Sistema-Mundo para analisar o Antigo Egito do final da Idade do Bronze, particularmente da 20ª Dinastia, quando o período do Novo Reinado foi encerrado em razão da fragmentação do Alto e Baixo Egito.

Palavras-chave: Antigo Egito; Sistema-Mundo; Idade do Bronze; Geopolítica; Civilizações.

A INDÚSTRIA MAQUILADORA NO MÉXICO: LIDERANÇA DE UMA TRAJETÓRIA DE CRESCIMENTO OU ALGOZ DA INSERÇÃO PERIFÉRICA?

Vinicius Figueiredo Silva (UnB)

vinicius.eco27@gmail.com

O período que se estende desde à II Guerra Mundial foi marcado por um célere crescimento das economias capitalistas. Permeado pelo plano de recuperação das economias no pós-guerra, o grande capital monopolista norte-americano seguia seu curso, formando uma nova articulação da economia mundial que se processou em várias frentes. Um dos fenômenos mais representativos do peso da reestruturação do capitalismo na América Latina está implícito no modelo das maquiladoras mexicanas inaugurado na década de 1960. Estabelecida pelo Programa de Industrialização da Fronteira Norte à partir de um acordo entre o governo mexicano e as autoridades estadunidenses, as indústrias” maquiladoras são um grupo de empresas responsáveis por fazer a montagem final (assemble) de diferentes partes de um produto em um determinado território através do processamento de inúmeros materiais, insumos, peças e componentes. Estes insumos e componentes possuem uma peculiaridade interessante: estes são importados sem taxaço do Estado, porém, essa importação tem um caráter temporal. A importação é temporal justamente porque o objetivo da indústria maquila é o de montar o produto com insumos importados para que ele prontamente seja reexportado para o país de origem da empresa ou até mesmo para outras localidades definidas pela matriz. Melhor dizendo, uma vez que sua funcionalidade se expressa basicamente em realizar a montagem final de insumos já produzidos por outras economias e o único componente mexicano incorporado à produção é a mão de obra barata e desqualificada, essas empresas não realizam uma atividade produtiva no sentido literal da palavra. Entretanto, cabe ressaltar que as maquilas diferenciam-se dos demais modelos empresariais não apenas pelo papel que cumprem, mas, também, devido ao fato de estas possuírem um tratamento aduaneiro específico e localizarem-se, geralmente, nas chamadas Zonas Francas. Todavia, continuam a carregar em suas entranhas alguns requisitos exploratórios que agora, são condicionados pelo sistema básico de neocolonização: o acirramento das relações de exploração da força de trabalho e do subdesenvolvimento. Dentro deste contexto, o objetivo deste artigo é discutir as origens da

indústria maquiladora no México. Valendo-nos destes antecedentes, buscamos entender como a inserção do país nas cadeias globais de produção tem emoldurado sua estrutura socioeconômica no período recente. Partiremos da hipótese de que a reversão estrutural da economia mexicana por meio do regime de maquilas apresenta suas raízes no próprio processo de industrialização dependente, típico das economias subdesenvolvidas. Para tanto, na primeira parte, apresentamos brevemente os dilemas da industrialização e inserção periférica no século XX. Logo após, abordamos as novas exigências requeridas à industrialização latino-americana nos marcos da transnacionalização do capital. Na terceira parte, tratamos acerca do surgimento das maquilas mexicanas enquanto fenômeno representativo desta reestruturação do capitalismo neste período. Por último, analisamos os impactos deste modelo de produção no país.

Palavras-chave: surgimento; maquilas; México; desenvolvimento; subdesenvolvimento.

NOVAS DEPENDÊNCIAS E NEOEXTRATIVISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Vinicius Moraes da Cunha (PPGHE/USP)

vinicius.moraes50@gmail.com

O objetivo desse trabalho consiste em refletir sobre a crise contemporânea e suas implicações para a América Latina, especialmente o caso brasileiro, de modo a observar se há algum tipo de linha de força relacionada ao contexto de crise que estimula o modelo de acumulação primário-exportador. O neoliberalismo avança conforme se constroem as taxas de lucro, em forma de regime político, social e econômico plástico o suficiente para extrair da sociedade valor, onde antes havia direitos, preservação do meio ambiente e democracia. Ao mesmo tempo, o capitalismo segue sem rivais, em termos de alternativa sistêmica. Todavia, no interior da hegemonia capitalista, concorrem modelos de algum modo alicerçados, de um lado, nos EUA e, por outro lado, na China. É possível dizer que um dos traços em comum de ambos os modelos tem a ver com a pouca atenção dada aos limites geofísicos da terra, fato que aproxima de níveis ainda mais alarmantes a emergência climática. A entrada da China como player geopolítico decisivo tem impacto direto nos países do sul global, posto que os fluxos e intercâmbios de mercadorias foram ampliados e direcionados à Pequim como centro político. Isso implica em

novas formas de dependência, uma vez que o crescimento chinês absorve a produção de economias que acumulam valor a partir do neoextrativismo. Sem contar as “antigas” relações de dependência. A pandemia de Covid-19 joga luz sobre questões muito importantes, das quais queremos destacar duas. A pulsão predatória que faz avançar a fronteira agropecuária estimula doenças de origem zoonótica. Por outro lado, a competição do capitalismo global, tendo em sua “primeira divisão” países tecnologicamente avançados, resguarda, e talvez reforça, o lugar de exportação de matérias-primas ocupado pelos países fora desse circuito, estimulando um modelo concentrador de renda, devastador do meio ambiente e propício a novas pandemias. Enfim, a ideia, então, é desenvolver as reflexões acima citadas a partir de críticas contemporâneas que buscam analisar a crise atual do capitalismo e o que significa uma economia de matriz neoextrativista em tempos de aceleração do neoliberalismo e pandemia.

Bibliografia: Acosta, A.; Brand, U. Pós-extrativismo e decrescimento. Saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Autonomia Literária, Editora Elefante, 2018. Azam, Geneviève. Decrescimento. In: Solón, Pablo (Org.). Alternativas sistêmicas. Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Editora Elefante, 2019. Brown, Wendy. In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the west. Nova York: Columbia University Press, 2019. Dardot, Pierra; Laval, Christian. A Nova Razão do Mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2018. Gudynas, Eduardo. Direitos da Natureza. Ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Editora Elefante, 2019. Fraser, Nancy; Jaeggi, Rahel. Capitalismo em debate. Uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020. Milanovic, Branko. Capitalism, alone: the future of the system that rules the world. Cambridge, Mass. Harvard University Press, 2019. Solón, Pablo. Desglobalização. In: Solón, Pablo (Org.). Alternativas sistêmicas. Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Editora Elefante, 2019. Streeck, Wolfgang. Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018. Svampa, Maristella. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019. Wallace, Rob. Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

Palavras-chave: Dependências; neoextrativismo; neoliberalismo; capitalismo; meio ambiente.

A PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA DE LENIN. ANÁLISE DIALÉTICA ENTRE IMPERIALISMO, DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA RÚSSIA E CONCEPÇÃO DE PARTIDO/VANGUARDA NA SUA ESTRATÉGIA SOCIALISTA

Yang Borges Chung (IFBAIANO)

yang.b.chung@gmail.com

Este trabalho tem como objeto a análise da práxis revolucionária de Lenin, enquanto dirigente político, teórico e estadista da Revolução de Outubro de 1917. Pretende-se uma contribuição teórica do fenômeno que sistematize a elaboração dialética e totalizante deste dirigente e teórico marxista. Particularmente, discutindo a relação entre as condições históricas objetivas do imperialismo existente do início do século XX, as particularidades do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e as condições subjetivas que possibilitaram sua concepção de partido revolucionário e vanguarda, ante a necessidade histórica da revolução e do Socialismo enquanto estratégia revolucionária. Utilizaremos como fontes teóricas algumas das suas principais obras escritas, entre fins do século XIX, até os primeiros anos da década de 1920. Vladimir Ilich Ulianov (o Lênin), escreveu o texto “Imperialismo. Fase superior do capitalismo”, no qual apresenta um quadro da economia mundial capitalista nas suas relações internacionais na véspera da Primeira Guerra Mundial e as condições objetivas da indústria russa, resultado da política ditada pelas grandes potências hegemônicas durante aquele período da história da humanidade. Esta obra possui importância, sobretudo, devido a sua originalidade em perceber a partir das condições históricas do imperialismo, sua particularidade na Rússia e virtualidades de uma situação pré-revolucionária naquele país. Discute algumas das principais obras de autores que haviam discutido a questão do imperialismo e analisou as características principais do mesmo naquele período da história: predominância do capital financeiro em relação ao capital produtivo, monopólio e concentração da produção pelos bancos e de diversos ramos da indústria através dos cartéis e trustes; centralização, exportação de capitais e partilha do mundo feita pelas grandes potências imperialistas por meio da ocupação de colônias. O dirigente comunista emprega crítica ao reformismo de Kautsky, presente em toda uma corrente ideológica da II internacional no que se refere ao abandono dos princípios do marxismo e ao oportunismo “democrático” presente na esquerda existente daquele período da história em diversos países

que construíram governos de coalização burgueses com a participação de socialistas e operários. Estes submeteram os trabalhadores dos seus respectivos países à escolha de uma política nacionalista e política imperial para uma guerra sem precedentes que teve como objetivo perpetuar a exportação de capitais e ocupação militar nas possíveis áreas de influência em detrimento da deterioração das condições de vida do proletariado dos países participantes desta guerra. É sabido que isto trouxe sérias consequências para o movimento socialista revolucionário internacional, no que se refere a perspectiva de unidade dos partidos comunistas defenderem em conjunto a não participação dos seus países na guerra imperialista. O imperialismo materializa a concentração e fusão cada vez mais intensa entre os bancos, as indústrias e o comércio, por meio das posses das ações dos diretores dos bancos nos conselhos de administração das empresas da indústria, comércio etc. Assistiu-se à formação de grandes monopólios das riquezas naturais dos países mais atrasados e concentração de capitais nas mãos de países cada vez mais ricos com seus lucros elevados que engendram a exportação de capitais. Enquanto o desenvolvimento desigual segregava a maioria da população mundial dos outros países. Foi a partir das condições históricas do imperialismo mundial, do desenvolvimento do capitalismo na Rússia enquanto periferia do sistema europeu da economia capitalista com as suas características e singularidades, quanto a sua formação social, que se iniciou as condições históricas e políticas para a formação de um pensamento liberal e intelectualidade social-democrata. A partir deste período e pela influência do marxismo em alguns destes círculos surgiu uma fração do Partido Operário Social Democrata Russo (POS DR), os bolcheviques, que processualmente se construiu como vanguarda e direção do movimento revolucionário russo. É importante destacar a crítica de Lenin aos métodos artesanais e economistas dos mencheviques e outros agrupamentos políticos do período e a importância que este atribuiu à combinação entre a luta corporativa e sindical e a luta política partidária e programática. A necessidade da combinação entre a espontaneidade das massas com o trabalho profissional, disciplinado e sistemático de uma organização clandestina, de uma vanguarda comunista como trabalho fundamental na criação das condições subjetivas para a revolução socialista em um país com as características da Rússia. Organização que deve dirigir e organizar o movimento revolucionário em todo país, formar novos quadros políticos e porta vozes do povo, aptos a denunciar todas as formas de opressão. Criar agitação, propaganda e teoria revolucionária cuidadosa a respeito da realidade, sustentada na história e com programa capaz de enfrentar todos os obstáculos na construção do Socialismo. O partido revolucionário deveria dirigir os trabalhadores para a criação de uma consciência de classe para si e tomada do poder político do Estado por meio de

uma revolução Socialista. Nas condições históricas produzidas pela realidade russa, os bolcheviques conseguiram criar as condições históricas para obter a maioria da direção política dos sovietes e superar a dualidade de poderes então existente antes da revolução, entre este instrumento de organização dos trabalhadores e a Duma. As vésperas deste acontecimento histórico Lenin retomou a elaboração que havia iniciado a respeito do tema do Estado, no trabalho “O Estado e a revolução”, quando sistematizou as obras de Marx e Engels que discutem esta temática e revitalizou de maneira vigorosa esta discussão a partir da experiência russa. Desmistificou a concepção hegeliana da existência histórica de um Estado como um instrumento da razão e moral acima da sociedade e das classes. Reafirmou os pressupostos discutidos por Marx e Engels e caracterizou o Estado como instrumento de dominação e violência de uma minoria perante a imensa maioria da sociedade. Ditadura de classe, mesmo que historicamente travestida das mais variadas formas de governo, incluindo as democracias liberais representativas. Com os mais variados instrumentos coercitivos, jurídicos, repressivos e investigativos voltados para organizar e defender os interesses da classe economicamente dominante. Defende a tomada e utilização do Estado pelo proletariado como instrumento de dominação dos trabalhadores, da ditadura de classe do proletariado perante a burguesia, considerando ser a forma mais avançada de democracia para a construção do Estado Socialista, supressão dos vestígios da sociedade capitalista, posterior extinção do Estado e formação de novas bases de uma sociedade comunista sem classes sociais.

Palavras-chave: práxis; imperialismo; capitalismo; partido; socialismo.



**PPG
HE** ■

Programa de Pós-Graduação
em História Econômica



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

